



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 163 QUINTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 147ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2016	6
1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Oradores	
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Críticas à decisão da Procuradoria-Geral da República de oferecer denúncia contra S. Ex ^a ; e outro assunto	8
SENADORA ANGELA PORTELA – Alegria pelo 28º aniversário de criação do Estado de Roraima; e outro assunto	10
SENADOR LASIER MARTINS – Satisfação com o início das discussões para a reforma política no País; e outro assunto	12
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da aprovação de medidas legislativas benéficas a portadoras de câncer de mama	14
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Críticas à metodologia de divulgação dos resultados do ENEM 2015 e à tentativa de reforma do ensino médio via medida provisória	16
SENADORA MARTA SUPILY – Alegria pela aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei que altera o Simples Nacional; e outros assuntos	18
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Registro do transcurso de 28 anos da promulgação da Constituição Federal; e outros assuntos	21
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro do decurso de 28 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988; e outros assuntos	23
SENADOR PAULO PAIM – Indignação com a PEC 241/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos da União	26
SENADOR PAULO BAUER – Relato do processo eleitoral no estado de Santa Catarina	27
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Margarido; e outro assunto	29
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Registro do Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa e dos 28 anos de promulgação da Constituição Federal	31
1.2.3 – Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. José Leonildo Soares, primeiro Suplente do Senador Roberto Rocha	33
1.2.4 – Comunicação	
Do Senador Pinto Itamaraty, de filiação partidária (PSDB) e adoção do nome parlamentar	33
1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR IVO CASSOL – Defesa da aprovação do uso da fosfoetanolamina sintética; e outros assuntos	33
SENADOR REGUFFE – Exposição e defesa da aprovação das proposições apresentadas por S. Ex ^a em defesa de uma reforma política profunda	36
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Registro do lançamento, pela Presidência da República, do programa Criança Feliz, calcado nos fundamentos do Marco Legal da Primeira Infância	40
1.2.6 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Sobre a necessidade de uma reforma política no País	42
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016, dos Senadores Ricardo Ferraço, Aécio Neves e outros Senadores que altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Transcorrida a quinta sessão de discussão em primeiro turno, com apresentação de Expediente s/	



nº, por meio do qual os subscritores requerem que suas assinaturas apostas às Emendas nºs 3 a 5 sejam consideradas de apoioamento.....	48
1.3.2 – Item 3	
Proposta de Emenda à Constituição nº 113A/2015 (nº 23/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (direitos eleitorais e partidos políticos)</i> . Transcorrida a quinta sessão de discussão em primeiro turno.....	48
1.3.3 – Comunicação	
De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrar a Comissão Especial das Obras Inacabadas...	48
1.3.4 – Apreciação de requerimento	
Nº 735/2016, do Senador Elmano Férrer e outros Senadores. Aprovado.....	48
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Realização de sessão	
Continuação da realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos, projetos de lei e leitura de expedientes	49
1.4.2 – Transformação de sessão	
Transformação da sessão deliberativa de amanhã em sessão não deliberativa	49
1.4.3 – Oradores	
SENADOR ELMANO FÉRRER – Comentários sobre as eleições municipais e defesa da rediscussão do sistema político-eleitoral	49
1.4.4 – Requerimentos	
Nº 737/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de autorização para desempenho de missão no período de 12 a 18 de novembro próximo. Aprovado.....	51
Nº 738/2016, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente. Aprovado.....	51
1.4.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Defesa de votação urgente da LDO; e outros assuntos	51
1.4.6 – Requerimentos	
Nº 739/2016, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão no período de 7 a 18 de novembro próximo. Aprovado	54
Nº 740/2016, do Senador Sérgio Petecão, de autorização para desempenho de missão no período de 22 a 27 do corrente. Aprovado.....	54
1.4.7 – Oradores (continuação)	
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Considerações sobre a necessidade de melhoria da mobilidade urbana; e outro assunto.....	55
1.5 – ENCERRAMENTO	58

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 147^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrar a Comissão Especial das Obras Inacabadas (Ofícios nºs 52/2016-Bloco Moderador; 66/2016-PSDB; 93/2016-Bloco da Resistência Democrática; 159/2016-PMDB; Memorando nº 30/2016-Bloco Democracia Progressista).....	59
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Ofício nº 60/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	65
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Ofício nº 61/2016).	67
Do Senador Pinto Itamaraty, de filiação partidária (PSDB) e adoção do nome parlamentar.....	68
Do Senador Marcelo Crivella, de reassunção ao exercício do mandato, pelo Estado do Rio de Janeiro (Memorando nº 42/2016).	70
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de cessão provisória, ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista, de uma vaga de suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 61/2016)	71
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memorando nº 33/2016).	72
2.1.2 – Pareceres	
Nº 804/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 13/2016.....	73



Outubro de 2016	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL	Quinta-feira 6 5
Nº 805/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 15/2016.....	79	
Nº 806/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2016.		
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto..	86	
Nº 807/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 130/2015	90	
2.1.3 – Projetos de Lei do Senado		
Nº 363/2016, do Senador Zeze Perrella, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar a obrigação de órgãos e entidades de trânsito disponibilizar meios eletrônicos para que recursos às multas de trânsito possam ser feitas integralmente pela Rede Mundial de Computadores..	95	
Nº 364/2016, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes	99	
Nº 365/2016, do Senador Otto Alencar, que estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica	104	
2.1.4 – Projeto de Resolução		
Nº 55/2016, do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, que veicula o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar o âmbito de vedações ao funcionamento das Comissões. Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto.....	108	
2.1.5 – Requerimentos		
Nº 732/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gibran Antônio Garcia Daher	112	
Nº 733/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Margarido.....	115	
Nº 734/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann e outros Senadores, de informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	118	
Nº 735/2016, do Senador Elmano Férrer e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos destinada a discutir apoio financeiro e a dívida dos Estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.....	120	
Nº 736/2016, do Senador Eduardo Braga, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Margarido.....	123	
Nº 737/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de autorização para desempenho de missão no período de 12 a 18 de novembro próximo	126	
Nº 738/2016, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente.....	127	
Nº 739/2016, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão no período de 7 a 18 de novembro próximo.....	128	
Nº 740/2016, do Senador Sérgio Petecão, de autorização para desempenho de missão no período de 22 a 27 do corrente	129	
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA		
2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016		
Expediente s/nº, por meio do qual os subscritores requerem que suas assinaturas apostas às Emendas nºs 3 a 5 sejam consideradas de apoio.....	133	
PARTE III		
3 – DESPACHO DO CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL.....	134	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	135	
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	138	
6 – LIDERANÇAS	139	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	142	
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	162	
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	167	
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	220	



147^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 5 de Outubro de 2016

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Raimundo Lira, da Sr^a. Ana Amélia e dos Srs. José Medeiros, Reguffe e Cidinho Santos.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 2 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

147^a Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 05/10/2016 07:00:00 até 05/10/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	PB	Deca	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X

Emissão 05/10/2016 20:36:10



Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PSDB	SP	José Aníbal	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 70 senadores.



ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no Diário do Senado Federal. (**vide Parte II do Sumário**)

Queria cumprimentar as colegas e os colegas Senadores, os funcionários e todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Angela, pela ordem.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a está inscrita, Senadora Angela, para uma comunicação inadiável.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sou a quarta inscrita. Entretanto, em função de uma reunião do Núcleo de Educação que nós temos agora, eu vou solicitar também a minha inscrição no horário destinado à comunicação inadiável, dependendo, portanto, porque, se for primeiro na condição de orador inscrito, eu farei uso. Se não, farei uso no horário destinado à comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria também uma inscrição para comunicação inadiável. São três por dia. Acho que comporta. Preferiria que a Senadora Fátima fosse a primeira oradora, mas vai ser a segunda oradora ou a terceira, não é, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Passo, então, em permuta, para o Senador Fernando Bezerra, primeiro orador inscrito.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

Antes, eu queria dar as boas-vindas para a instituição de ensino Colégio Fractal, de Goiânia, que nos visita.

Sejam bem-vindos todos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs Senadoras, Srs. Senadores, hoje, tinha me preparado para fazer o registro da excelente performance do meu Partido, o PSB, nesse último pleito eleitoral. De fato, o PSB conquistou 414 prefeituras e irá disputar em segundo turno mais nove grandes cidades, com destaque para a disputa nas capitais Recife, Aracaju e Goiânia.

Não posso deixar de registrar a grande vitória em Pernambuco, onde o nosso Partido elegeu 68 prefeitos e vai disputar com amplas chances no segundo turno as cidades de Recife e Olinda.

Destaco ainda, Sr. Presidente, com imensa alegria, a vitória do nosso Partido em Petrolina, onde o Prefeito eleito Miguel Coelho obteve mais de 60 mil votos, com uma vantagem de mais de 20 mil votos sobre o segundo colocado, uma expressiva vitória que abre novas perspectivas para o desenvolvimento da mais importante cidade do sertão pernambucano.

No entanto, Sr. Presidente, é meu dever hoje também expressar o meu sentimento de injustiça em face da decisão da Procuradoria-Geral da República de oferecer denúncia contra mim no âmbito do Inquérito nº 4005.

Este inquérito foi instaurado em razão da suposta citação do meu nome por dois colaboradores, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que me colocaram como suposto solicitante de valores para a campanha de Eduardo Campos ao Governo do Estado de Pernambuco, em 2010.

À Polícia Federal, instituição que muito respeito e é essencial à democracia brasileira, cabia a averiguação dessa tal citação do meu nome por esses indivíduos extremamente duvidosos, que, ainda no início da investigação, quando colocados frente a frente, mudaram suas versões.



Mesmo diante da contradição extrema dessas colaborações, que, como disse, nasceram inverídicas, a investigação contou, inclusive, com busca e apreensão de documentos, como também a quebra dos meus sigilos fiscal e telefônico, o que, posso afirmar, foi absolutamente desnecessário, já que bastaria uma requisição para que eu e minha defesa entregássemos toda a documentação requerida, como fizemos por iniciativa própria em diversas oportunidades.

Finalizada a investigação, constatou-se a mais absoluta inverdade das colaborações que a iniciaram. Entretanto, mesmo diante de todas as provas, que demonstraram não haver qualquer indício de um ato irregular praticado por mim, a delegada responsável por esse inquérito lançou relatório absurdo, sem qualquer subsídio jurídico, imputando-me até mesmo o crime de organização criminosa, baseada em ilações, interpretações fantasiosas e leis que nem mesmo eram vigentes à época dos fatos.

Como se sabe, esse relatório final lançado não tem qualquer vinculação jurídica, já que cabia à Procuradoria-Geral da República dar a sua interpretação sobre os fatos apurados.

Eu e minha defesa tínhamos certeza quanto ao imediato arquivamento do caso, já que, como disse, não existe qualquer indício de irregularidade praticada por mim.

Causou extrema surpresa a denúncia lançada nesta última segunda-feira, publicada no site da Procuradoria-Geral da República antes mesmo que tivéssemos conhecimento dessa posição por parte da PGR.

Claro, Sr. Presidente, que verifiquei que essa absurda ideia de organização criminosa que constava do relatório final do inquérito já foi imediatamente afastada na denúncia pela Procuradoria-Geral da República.

Também observei que a Procuradoria, analisando todos os meus documentos contábeis anexados por minha livre iniciativa, concluiu que toda a minha vida fiscal e bancária é da mais absoluta legalidade, tudo registrado, tudo como manda a lei.

Por isso mesmo é que houve a tecnicidade necessária por parte do Ministério Público Federal em afastar qualquer ilação que colocasse em dúvida a licitude de minha vida financeira.

Agora, quanto aos demais pontos da denúncia em si, deixarei a cargo dos meus advogados a análise jurídica. Posso afirmar, contudo, que são absolutamente inverídicas as imputações. Elas continuam baseadas em palavras de um desses talas colaboradores, e sem qualquer fiapo de prova quanto a esses absurdos que ele alegou.

Nunca fiz qualquer solicitação indevida para a campanha de Eduardo Campos ao governo estadual em 2010, algo que nunca poderão afirmar, porque nunca ocorreu. Se não solicitei, Sr. Presidente, tampouco recebi qualquer vantagem indevida, até porque não fui candidato a eleição em 2010 nem coordenei a campanha, nem do ponto de vista político nem do ponto de vista financeiro. Isso tudo pode ser demonstrado pela análise das minhas contas bancárias e do meu patrimônio.

No meu período enquanto Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, mantive, por óbvio, diversas audiências em órgãos estatais, acompanhadas por técnicos da instituição ou por representantes do Governo Estadual ou por empresários, mas sempre com o único objetivo de atrair investimentos legítimos para Pernambuco.

Nesse momento, como homem público, por todos os 34 anos de minha trajetória pessoal e política sem ter contra mim qualquer condenação transitada em julgado por qualquer Corte de Justiça ou de Contas, reafirmo que mantenho minha confiança nas instituições democráticas e, principalmente, no Judiciário brasileiro.

Tenho a certeza de que esses absurdos dos quais me acusam serão rechaçados e de que, com base na lei, essa denúncia será rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua compreensão e pela concessão do uso da tribuna nesse expediente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É o mínimo que a Presidência pode fazer para V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

Esperamos sinceramente que ninguém seja prejulgado, ninguém seja, muito menos, condenado neste País, como corriqueiramente temos visto, sem que se chegue à conclusão dos processos que tem.

Lamentavelmente nós estamos numa situação em que a condenação vem primeiro, a denúncia vem depois, a investigação vem depois, aí se parte de fato consumado. Isso é um precedente terrível.

Tomara que a justiça seja sempre feita e que as instituições cumpram bem o papel que todos nós esperamos delas, que é o de fazer o cumprimento da lei sem prejulgamento e sem prejuízo para qualquer cidadão que porventura venha a ser questionado na Justiça.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria igualmente ratificar e endossar as palavras de V. Ex^a a respeito da questão judicial e dos esclarecimentos necessários feitos pelo Senador Fernando Bezerra, ao mesmo tempo em que cumprimento o



desempenho do seu Partido em Pernambuco. E dizer que também no Rio Grande do Sul o 40, do seu Partido, PSB, saiu-se muito bem, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Para uma comunicação inadiável, a Senadora Angela Portela.

Com a palavra V. Exª, Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, registro neste plenário do Senado, com muita satisfação, o encontro que tivemos ontem com a Governadora do meu Estado, Suely Campos, com sete Deputados Federais da nossa Bancada de Roraima e com o Presidente da República para tratarmos de uma questão crucial para o nosso Estado, que é a construção do Linhão de Tucuruí. Como se sabe, é a linha de transmissão que, ao ligar Manaus a Boa Vista, permitirá a nossa conexão com o sistema interligado de energia elétrica. Roraima é hoje a única unidade da federação que permanece isolada do sistema elétrico nacional.

Tive a oportunidade de, ao lado da Governadora e da nossa Bancada Federal, reafirmar a urgente necessidade da retomada das obras do Linhão de Tucuruí. Sem elas, permanecerá indefinidamente a nossa grave crise energética. Apagões constantes, tarifas elevadas, dependência de termelétricas e do fornecimento de energia da Venezuela, são os problemas que enfrentamos. Em poucas palavras, temos energia cara e ruim. Foi esse o quadro que mostramos ao Presidente da República.

Faço aqui uma observação. Como todos sabem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu sou oposição ao Governo Temer. Tenho, porém, responsabilidade integral com o meu Estado. Por isso mesmo, sempre usei o meu mandato, que me foi confiado pelo povo de Roraima, para defender os interesses do nosso Estado, seja qual for o governo.

Justamente nesse sentido, solicitamos o apoio do Governo Federal para destravar a execução do projeto já atrasado em função de uma sequência de contratempos, a maioria de natureza judicial.

Como disse a Governadora Suely ao Presidente Temer, Roraima precisa de energia confiável, farta e barata em atendimento a demandas prementes da população, abrindo perspectiva de investimentos produtivos no Estado. Tudo isso é essencial para integrar Roraima à infraestrutura de energia do País e, a partir daí, proporcionar o desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, faz tempo que aguardamos uma solução. O Linhão de Tucuruí foi leiloado pela Aneel há cinco anos, em 2011. O consórcio Transnorte, formado pelas empresas Alupar e Eletronorte, foi o vencedor da concorrência. E eu tive a oportunidade de participar deste leilão lá em São Paulo. A previsão era de que a obra ficasse pronta em janeiro de 2015, sendo construída na faixa de domínio da BR-174. Contudo, passados cinco anos, ainda aguarda autorização para cruzar os 125km da terra indígena Waimiri Atroari.

Lutei muito ao enfrentar esse problema, percorrendo uma série de gabinetes da Esplanada dos Ministérios e do Palácio do Planalto.

Consegui que a então Presidenta Dilma Rousseff se empenhasse pessoalmente por uma solução. Foi graças à intervenção direta da Presidenta Dilma que, em dezembro do ano passado, a Funai chegou a emitir a Carta de Anuência, documento que faltava para o Ibama expedir a licença prévia.

Mesmo assim, permanecia uma série de condicionantes que, para serem cumpridas, precisavam...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – ... de um termo de referência minutado pela Funai, imprescindível para a emissão de Licença de Instalação.

No início deste ano, o Consórcio Transnorte chegou a apresentar o termo de referência para a elaboração do projeto básico para a Funai analisar, mas até o presente momento não houve qualquer manifestação daquele órgão federal. A empresa tem a prerrogativa de, em sua área, emitir autorização para emissão da Licença de Instalação de todos os outros órgãos federais, mesmo existindo parecer do Ibama comprovando que esse trajeto é o único possível para o linhão. Esse trajeto é o único possível, é o mais barato.

Conforme a Governadora Suely Campos, que se reuniu com os waimiris atroaris em outubro do ano passado, os impactos ambientais à cultura indígena são mínimos, uma vez que a altura das torres excede a copa das árvores mais altas e o uso de...

(Interrupção do som.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – O impacto é mínimo para o povo indígena, uma vez que altura das torres excede a copa das árvores mais altas e o uso de tecnologia é intensivo, reduzindo a mão de obra empregada, e, em consequência, os contatos com os indígenas são



minimizados.

Para tornar clara a gravidade do nosso problema, Roraima apresenta hoje uma demanda atual de 189MW, suprida apenas parcialmente pela geração da usina hidrelétrica Macagua, localizada na Venezuela. Essa energia nos chega pela linha de transmissão de Guri, com 95MW. Para garantir o fornecimento de energia para Boa Vista e parte do interior do Estado, no ano passado a Eletrobras ampliou o parque de usinas termelétricas, totalizando a oferta de 189MW.

As projeções de demanda futura, considerando o crescimento anual de 10%, apontam um déficit, já a partir deste ano, sendo inevitável a necessidade de construção de outras usinas térmicas, que são muito caras. O custo de operação das usinas termelétricas é exorbitante, superando 720 milhões ao ano, sendo mais de 500 milhões decorrentes somente da aquisição do diesel.

É por isso que insisto: nossa energia é cara e ruim. Além dos altos custos, traz problemas de natureza ambiental. Uma usina com capacidade de produzir 100MW de energia requer o plantio de 600 mil árvores para compensar a emissão de gás carbônico, caso funcione tão somente três meses por ano.

Em Roraima, as emissões de CO₂ mais relevantes provêm dessas termelétricas em operação. O equacionamento dessas variáveis, como acredito ter demonstrado, é crucial para Roraima.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, trata-se da qualidade de vida de uma parcela significativa de brasileiros e do desenvolvimento econômico da Região Norte. Neste sentido, deve ser encarada como causa nacional.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de tempo suficiente para parabenizar o meu Estado, que hoje faz 28 anos.

Roraima, um Estado jovem, um Estado promissor, dentro desses 28 anos teve grandes avanços. Como eu disse aqui agora há pouco, ainda falta muito – ainda falta a questão básica da nossa segurança energética –, mas foram esses avanços que desenharam Roraima como um Estado jovem e promissor. Até mesmo as estatísticas mostram esse quadro.

Em 1988, quando deixou de ser Território Federal e passou para a condição de Estado, Roraima tinha uma população estimada de 217 mil habitantes. Essa população mais que dobrou, impulsionada pela vinda de dezenas de milhares de migrantes em busca de oportunidades.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revela que quase 230 mil pessoas se mudaram para nosso Estado nesse período. Escolheram Roraima para viver, assim como eu. Foi assim que chegamos a 514.229 habitantes em 2016, de acordo com informações atualizadas do IBGE.

Também são do IBGE projeções de que o Estado deverá chegar a quase 600 mil habitantes em dez anos.

O IBGE também apontou a existência de 55.992 índios em Roraima, distribuídos em 477 comunidades indígenas de 10 etnias. São 22 terras indígenas demarcadas em 10 milhões de hectares, que correspondem a 46% do território do Estado.

Conforme o Instituto, 83% da população indígena de Roraima vive em terras demarcadas, o maior percentual entre todos os Estados brasileiros.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Mas não foi apenas a população que cresceu nesse período. Apesar de todas as dificuldades – inclusive, como demonstramos, na área energética –, conquistamos grandes avanços na nossa economia e na nossa qualidade de vida.

O Estado deixou de ser dependente apenas da agricultura. Contamos com produção mais diversificada, registrando iniciativas importantes na indústria e no setor de serviços.

É verdade que, do ponto de vista estrutural, permanecemos dependentes do Poder Público. Quase metade de nosso Produto Interno Bruto vem da estrutura governamental. Sabemos que essa situação precisa ser revista e que precisamos de mais investimento não apenas estatal, mas principalmente do setor produtivo.

Mesmo assim, conseguimos, com muito trabalho, melhorias importantíssimas na qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano de Roraima é o segundo melhor da Região Norte.

Minha mensagem, Sr. Presidente, para a população de Roraima, portanto, é o reconhecimento de que o longo caminho percorrido trouxe um progresso significativo. Com as graças de Deus e com nosso esforço incessante, conseguiremos novas conquistas.

Parabéns ao meu Estado de Roraima por seus 28 anos! Parabéns ao povo de Roraima!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento



V. Ex^a e a população do Estado de Roraima.

Convidado para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador Lasier Martins.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Jorge Viana, Senadores, Senadoras, telespectadores, ouvintes, venho à tribuna para destacar essa reunião de hoje pela manhã. Foi uma surpreendente reunião sob alguns aspectos – e V. Ex^a está concordando comigo. E, por ter se realizado com tanto sucesso, merece divulgação.

Como venho do ramo da comunicação, apresso-me em dizer que aquele grande clamor nacional por reforma política começa a ser atendido.

V. Ex^a estava lá, Senador Jorge Viana, com sua liderança, seu equilíbrio...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fiz uma intervenção...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Fez uma intervenção, com o seu carisma.

Aliás, cumprimento-o também por essas qualidades, porque V. Ex^a registrou a exceção brasileira. O Acre ganhou a Prefeitura de Rio Branco, com o PT, com o seu partido – partido que, aliás, V. Ex^a defende com muita dignidade, com muita educação, e, por isso, o admiramos.

Mas a reunião de hoje eu digo que foi inesperada porque foi exatamente a apenas três dias depois do terremoto eleitoral de domingo passado. Então, foi louvável a iniciativa dos Presidentes das duas Casas, que estavam presentes, Senador Renan e Deputado Rodrigo Maia, e de todos os Líderes partidários do Congresso.

Eu lá compareci designado pelo meu partido, o PDT, cujo Líder está em licença atualmente, o Senador Acir Gurgacz.

Digo que foi surpreendente porque foi súbita, foi oportuna, em atenção à grande reivindicação dos brasileiros para que tratemos da reforma política. Era de se esperar que levasse algum tempo, que houvesse mais articulações, mas, não; houve o convite em caráter de urgência, e lá estavam todos os Líderes para dar início a um trabalho que foi definido, ao final, pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, como prioridade do Congresso Nacional: a reforma política.

Por quê? Porque a população eleitoral brasileira exige, e foi em proporções desagradáveis, com altos índices de abstenção, de votos em branco e de votos nulos em todo o Brasil. Houve cidades, como uma do interior de São Paulo, referida hoje de manhã, a cidade de Bauru, em que metade do eleitorado não foi às urnas. Por quê? Porque são eleitores indignados, desencantados com os rumos que a política vem tomando.

Então, hoje pela manhã, sensível a esse clamor das urnas e a esse clamor social, os Presidentes das Casas convocaram os Líderes, e lá se começou a decidir.

Por exemplo, no dia 9 de novembro, já haverá uma sessão do Senado para decidir ao menos sobre três itens primordiais lançados para discussão, quais sejam, a criação da cláusula de barreira – cláusula de desempenho, como também é chamada –, o fim das coligações proporcionais e a criação da federação de partidos.

A certa altura da reunião, quando praticamente todos os Líderes tiveram a oportunidade de se manifestar, ao final, foi dito pelo Presidente Rodrigo Maia que talvez os 35 partidos de hoje se resumam a oito partidos. É um apelo que a população brasileira tem feito, a fim de se acabar com os partidos de aluguel, com as conveniências, com o toma lá dá cá, com tudo aquilo que se sabe dessas mazelas que caracterizam a vida política brasileira.

Então, com a criação, por exemplo, da federação de partidos, os partidos que têm afinidade ideológica se integrarão numa federação e poderão enfrentar as eleições sem se descharacterizar e sem extinguir os seus partidos de origem. Com relação às coligações proporcionais, isso vai também evitar esse associativismo negativo que tem havido para as eleições.

Então, Sr. Presidente Jorge Viana, eu estou aqui para dizer aos brasileiros que assistem à TV Senado e que ouvem a Rádio Senado que o processo da reforma política está começando mais cedo do que se imaginava, e com o ineditismo ou uma raridade, qual seja, os dois Presidentes das Casas lado a lado, em sintonia, em comum acordo. V. Ex^a, que é um Senador de mais tempo nesta Casa sabe disto: nem sempre estão nesta sincronia os dois Presidentes. E dessa vez mostraram que estão dispostos.

O Senado vai passar a discutir, logo em seguida, daqui a poucos dias, logo depois da eleição de segundo turno, aqueles itens aqui mencionados; e a Câmara também vai escolher os seus itens para discutir. Com isso, nós teremos já um encaminhamento de mudanças talvez profundas, porque lá adiante virão outros itens.

Houve uma grande centralização do debate, hoje pela manhã, o qual eu contestei. Acho que não é



hora para discutir de novo o financiamento de campanha. Essa é uma matéria delicada, árida e antipática ao eleitorado brasileiro. E o eleitorado brasileiro deu sinais de que ficou satisfeito com o critério atual, sem financiamento de empresa privada às campanhas. Foram campanhas pobres, difíceis, mas, pelo menos, ficaram mais transparentes.

Se eu pudesse opor alguma objeção quanto àquilo que votamos no ano passado – V. Ex^a foi o Presidente da Comissão daquela minirreforma do ano passado, e eu tive oportunidade de ser um dos membros –, daria mais tempo de campanha, porque, de certo modo, a campanha deste ano favoreceu aqueles nomes mais conhecidos. Aqueles que pretendiam estrear na vida político-partidária, concorrendo a cargo eletivo, tiveram muito pouco tempo para se tornar conhecidos. Eu acho que poderíamos dilatar um pouco mais esse prazo.

Mas, de um modo geral, nós estaremos, então, começando uma reforma política ao encontro dos anseios da população brasileira.

Lá adiante, não sei em que momento, vamos discutir também o sistema de governo, que é um outro apelo que foi intensamente discutido nesses últimos tempos, sobretudo em razão do processo do *impeachment*, que se prolongou demasiadamente e que poderia ter sido evitado, por exemplo, se já tivéssemos um outro sistema, como um presidencialismo moderado, que é o que defendo – lá adiante, se tiver oportunidade, quero defender a tese do presidencialismo moderado – ou do parlamentarismo.

Não precisaríamos ter passado por aquele drama que vivemos durante longo tempo, com prejuízos a matérias legislativas tão importantes.

O financiamento de campanha, como eu estava dizendo aqui, já em conclusão, a meu juízo, Presidente, não deve ser retomado por hora. Há outras prioridades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Se nós estamos atendendo a um apelo do eleitorado brasileiro, que quer mudanças, devemos, em primeiro lugar, atender ao apelo desta sociedade brasileira, e não aos nossos interesses; e financiamento de campanha é coisa que diz respeito imediata e principalmente, em primeiro lugar, a nós, concorrentes. Então, isso pode ficar para depois. O ano que vem é muito longo. Haverá tempo para isso.

Mas o essencial que eu queria dizer aqui desta tribuna é que estamos iniciando...

Sim, meu prezado Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Sr. Presidente e Senador Lasier, eu vinha, por meio do rádio, acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a. Muito oportuno. Ontem, eu dizia que, para o Brasil melhorar, não precisa fazer nada de excepcional. Basta mudar os procedimentos que nós achamos errados e que a população majoritária acha errados. Nós sabemos que o instituto da reeleição não deu certo no País. Juntou o instituto da reeleição, mais o financiamento empresarial de campanha e mais o excesso de partidos, e nós presenciamos o que aconteceu no País. Todos nós sabemos, realmente, que tudo isso deu errado. Então, se nós pudéssemos ser mais pragmáticos e resolver exatamente essas questões que são mais simples, como acabar com a reeleição; acabar com a coligação proporcional; manter o financiamento de pessoa física, porque já existe o fundo partidário mais o financiamento de pessoa física... Houve alguns problemas? Houve algumas fraudes? Sim, mas o que nós devemos fazer? Nós devemos fazer o que os saxônicos gostam de fazer, que é aperfeiçoar aquilo que tem condições de ficar cada vez melhor. Quais foram as falhas dessas eleições? As falhas dessas eleições foram o uso indevido de alguns CPFs pelo Brasil afora. Então, com a Justiça Eleitoral, com a Polícia Federal e com o Ministério Público, nós temos condições de corrigir essas falhas que aconteceram.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Mas é só olhar: na eleição municipal de 2012, houve um gasto das campanhas de R\$6 bilhões, e agora esse gasto se reduziu para R\$2 bilhões, o que mostra que, em relação àquilo que nós achamos errado, que é o custo elevado das campanhas no País, nós encontramos o caminho a ser aperfeiçoado. Portanto, eu combino com V. Ex^a, concordo que a mãe de todas as reformas e a mais urgente, a mais emergencial é a reforma política, para que possamos ganhar novamente a credibilidade, o respeito e a parceria da opinião pública brasileira. Portanto, V. Ex^a está de parabéns.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. Sua intervenção só ressalta ainda mais a importância desse tema, que começa a ter prioridade a partir de agora, no Congresso Nacional, porque houve um reconhecimento hoje, pela manhã, em várias manifestações, durante a reunião de uma hora e meia, de que a classe política brasileira tem sido muito atacada, tem sido muito enxovalhada, mas, em grande parte, por sua própria culpa, por omissões, por desvios, por participação em processos espúrios, tudo aquilo que se sabe. Por isso, a sociedade brasileira tem clamado



por essa reforma política, que começa a andar.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Concluindo, Sr. Presidente Jorge Viana, este é o fato positivo, auspicioso, saudável do dia de hoje: tão logo retornamos das eleições municipais, já estamos tratando daquele grande apelo brasileiro, que é o da reforma política, para que a política, com pé maiúsculo, a política respeitada, passe a ser regenerada a partir de agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senador Lasier.

Convido a Senadora Ana Amélia para uma comunicação inadiável. Ficou acertado aqui que a Senadora Fátima vai usar da sua inscrição, e V. Ex^a tem a palavra, Senadora Ana Amélia. (Pausa.)

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu saúdo V. Ex^a com a fita alusiva ao Outubro Rosa, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estava, inclusive, daqui da tribuna...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar os demais Senadores que se associaram a essa iniciativa.

Exatamente por conta disto, estou, hoje, muito estimulada, porque a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados – e já agradeço ao seu Presidente, Deputado Osmar Serraglio e, especialmente, ao Relator da matéria, Deputado Covatti Filho – aprovou um projeto de minha autoria, o PL 3.595, de 2012, que assegura às mulheres portadoras de deficiência um cuidado diferenciado e equipamentos especiais para a feitura da mamografia, que é fundamental para detectar o câncer de mama, e de outros exames, para detectar, por exemplo, o câncer do colo de útero.

Precisamos tratar de maneira desigual as situações desiguais. Não podemos tratar da mesma maneira situações diferentes. E é exatamente este o sentido do projeto, para que o Sistema Único de Saúde, na sua política de prevenção ao câncer de mama, que é o que mais mata as mulheres no nosso País, especialmente no meu Estado do Rio Grande do Sul, onde a incidência é muito alta, assegure a essas mulheres portadoras de deficiência um equipamento especial para que elas possam, em unidades especiais próprias, fazer esses exames de prevenção, especialmente no caso da mamografia, para o câncer de mama, e também do exame intrauterino, para o caso do câncer de útero.

Eu queria também dizer que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou um requerimento de minha autoria – e agradeço ao Presidente, Senador Edison Lobão, e aos Senadores lá presentes por isto – para realizar, neste mês de outubro, uma audiência pública para debater duas questões: uma, a eficácia da lei que tratou a chamada Lei dos 60 dias, de autoria do ex-Senador Osmar Dias, para saber como vem sendo implementada a aplicação dessa lei; e também aquela que determina ao Sistema Único de Saúde, no mesmo ato cirúrgico da retirada de uma mama contaminada pelo câncer, fazer a reconstituição da mama, para que a mulher saia do hospital já com o seu corpo completo, havendo condições médicas.

E recebi também hoje, com muita alegria, uma informação do Dr. José Pedrini, um dos mastologistas que presidiu a Sociedade Brasileira de Mastologia. Hoje, no Hospital Conceição, um hospital público em Porto Alegre – ele é mastologista do Hospital Conceição –, foi feita a caminhada do Outubro Rosa no Hospital Conceição. E a Superintendente-Geral do Hospital, Dra Adriana Acker, também manifestou ter sido vítima, ou ter sido portadora de um câncer de mama, já estando incluída também na relação das vitoriosas.

Então, são essas duas iniciativas que eu queria compartilhar com os Srs. Senadores e as Sr^as Senadoras, por estarmos aqui celebrando o Outubro Rosa. E todas as iniciativas, sejam das mulheres, Parlamentares, ou dos homens, que nós possamos também fazê-lo.

Há aqui um projeto de resolução para o qual eu queria também pedir o empenho dos Presidentes, para que a gente vote, para impedir que o SUS limite a realização da mamografia a mulheres acima de 50 anos.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como a incidência de câncer, como vimos na exposição de fotografias do Grupo Renascer, aqui na galeria – basta ir ao corredor entre a Câmara e o Senado para ver –, acomete mulheres cada vez mais jovens, que estão tendo de submeter-se à



mastectomia, então, não é possível que se faça mamografia após os 50 anos, mas, sim, que se faça o quanto antes possível, porque temos, com a prevenção, a possibilidade de curar muitas mulheres.

Eu perdi uma irmã com câncer de mama, e outra irmã venceu essa batalha conta o câncer, mas precisamos cuidar de todas as mulheres.

Com alegria, concedo um aparte ao Senador Raimundo Lira, embora saiba que, como se trata de uma comunicação inadiável, não é permitido aparte. Mas eu tenho a impressão de que o Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, entenderá que o Regimento Interno desta hora deve ficar menor do que...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu entendo que V. Ex^a entenderá. Estou fazendo uma comunicação inadiável, que não permite aparte, mas, como estou tratando de câncer de mama, do Outubro Rosa, V. Ex^a entenderá a relevância que tem este tema em relação ao Regimento Interno.

Então, com muita alegria, Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida. Após a fala, porque estou aqui com os dados, vou fazer o registro da importância de o Senado estar envolvido nessa campanha tão importante, e as iniciativas de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, nesse sentido.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu só estou fazendo este aparte, sabendo de antemão que não é regimental, em função do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É uma causa de todos, inclusive do Regimento.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Nós estamos no Outubro Rosa e temos também poucos Senadores inscritos para falar da tribuna. Mas eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, que vem sempre aqui com assuntos absolutamente oportunos. E não sei por que, não sei qual a análise que é feita em relação à mulher só poder fazer a mamografia pelo SUS a partir dos 50 anos. Qual é a garantia de que a mulher só vai ter indícios da doença a partir dos 50 anos? Portanto, é uma decisão absolutamente fora de lógica e que, sem dúvida nenhuma, prejudica as mulheres do nosso País, principalmente as mulheres de baixa renda. Então, concordo com V. Ex^a. Mais uma vez, eu a parabenizo porque, repito, V. Ex^a sempre traz para esta tribuna assuntos que são de relevância e que são momentosos. Quero também aqui aproveitar para ressaltar o Outubro Rosa que o País está fazendo todos os anos, alertando as pessoas. O Brasil é um país que dá exemplos ao mundo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Apesar de falharmos em muitas coisas, damos exemplo ao mundo de todas as campanhas que são nacionais, como, por exemplo, a do cigarro. Hoje, o País é um dos que têm o menor índice de fumantes do mundo; o exemplo das vacinas coletivas, que foram adotadas no País e que têm o mesmo nível de eficiência dos países mais desenvolvidos; e agora essa campanha que o País vem fazendo ano a ano do Outubro Rosa, para proteger as nossas mulheres dessa doença que leva tantas mulheres à morte. É importante essa campanha e é importante essa mudança no SUS, sobretudo porque um dos maiores ganhos que a nossa geração teve nos últimos 50 anos foi exatamente a cultura da Medicina preventiva. Se nós não baixarmos essa idade dos 50 anos, estaremos abrindo mão desse grande...

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ...prêmio que a evolução tecnológica da Medicina trouxe para a população não só do Brasil, mas do mundo. Temos que aproveitar isso. Parabéns, Senadora!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Para terminar, Senador Jorge Viana. Sei que V. Ex^a fará referência ao papel que o Senado teve nessa matéria do Outubro Rosa.

O nosso prédio, que é tão bonito, está iluminado pela cor rosa – à noite, pode-se ver melhor. Ali, na galeria de fotos, organizada pelo Grupo Renascer de Brasília, há uma jovem de 28 anos e uma de pouco mais de 30 anos, mastectomizadas, o que revela a necessidade de a prevenção abranger também mulheres mais jovens que 50 anos. Isso cada vez é mais urgente.

Eu queria agradecer, renovar o agradecimento à Câmara dos Deputados por ter aprovado hoje, na CCJ, esse meu projeto.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele trata de oferecer às



mulheres deficientes, portadoras de deficiência, uma mamografia com equipamentos adequados à sua condição física e também às mulheres que fazem prevenção ao câncer do colo de útero.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Senadora Fátima, que estava aguardando a tribuna. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a.

Antes de passar para a Senadora Fátima, que é a próxima oradora inscrita, eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e pedir ao Senador Raimundo Lira que assuma a Presidência, porque vou a uma audiência.

É muito importante aqui ressaltar, Senadora Fátima, essa campanha que fazemos no Senado. Aliás, o prédio fica lindamente bonito com essa cor rosa, à noite. Ontem, estava fantástico! Vou pôr na minha rede social.

Senadora Lídice, esse é um dos tipos de câncer que mais matam, mais tiram vidas no mundo. Quase dois milhões de mulheres no mundo têm câncer de mama e quase 1/3 delas perde a vida, exatamente porque descobrem tarde, porque não fazem prevenção.

E tudo o que pudermos fazer para chamar a atenção para uma doença que mata, uma doença que tira a vida de pessoas que, aparentemente, com saúde, estão vivendo a plenitude da vida e, quando detectado, é uma questão de pouco tempo.

Os dados são alarmantes no nosso País. Eu estou me referindo a mais de 60 mil mulheres que são, todos os anos, diagnosticadas com esse câncer que sempre está disputando o primeiro lugar por sua agressividade tanto das mortes quanto também do próprio diagnóstico. Há cura, é possível. Então, eu acho que, como membro da Mesa Diretora, 1º Vice-Presidente, e os demais colegas, são campanhas assim que criam uma pedagogia de buscar saúde, de evitar o custo da saúde, mas essencialmente salvar vidas.

Acho que o Senado, lamentavelmente, tem uma minoria feminina, mas temos muitas funcionárias – que não são minoria, mas um grande número. Acho que as Senadoras também nos ajudam...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Uma minoria de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... a fazer campanhas como esta.

Eu quero aqui chamar a atenção de todos. Fotografem o Senado, peguem uma fotografia do Senado Federal, divulguem nas redes sociais, porque a causa é muito nobre, é a causa que salva vida das mulheres de todo o nosso País.

Senadora Fátima Bezerra, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, inicialmente, eu quero fazer um registro sobre os resultados da avaliação do Enem 2015 divulgados ontem e destacar, a exemplo de muitos educadores, professores e gestores pelo País afora, o estranhamento nosso devido ao fato de os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica não terem, a exemplo do que vinha sendo feito nos últimos anos, se sobressaído no *ranking* das escolas com melhores desempenhos.

É fato que, durante esses últimos anos, governos Lula e Dilma, nós investimos muito na educação, inclusive na interiorização do acesso ao ensino superior, na interiorização do acesso ao ensino técnico. Saímos de 144 escolas para quase 600 escolas. O Nordeste foi extremamente contemplado, o meu Estado, o Rio Grande do Norte. E essa expansão da educação profissional no nosso País se deu de uma forma muito consistente, Sr. Presidente, porque o modelo de ensino, o ensino médio integrado à educação profissional, levando em consideração as peculiaridades de cada região, valorizando as vocações regionais, essas escolas que hoje são o maior orgulho do Brasil, as escolas técnicas federais. Elas são o maior orgulho do Brasil. Aliás, essas escolas têm exibido o título de melhor qualidade em matéria de ensino médio não só no Brasil, mas no mundo. Isso já foi constatado. Daí, Sr. Presidente, repito, estranharmos o fato de, no Enem de 2015 divulgado ontem, apenas uma ou outra escola pública apareceu e depois, inclusive, da 30^a posição.

Hoje, Sr. Presidente, recebi a informação de que os institutos federais teriam sido retirados da pesquisa com a desculpa – imagine só – de que os institutos são voltados à educação profissional e não ao ensino médio.

Pois bem, com base nessas informações dadas pelo MEC, o Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) divulgou uma nota sobre o assunto hoje, pedindo esclarecimento ao MEC, através do Inep, sobre a exclusão da Rede Federal no resultado do Enem 2015.



Eis a íntegra da nota do Conif, Sr. Presidente:

A ausência dos Institutos Federais no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 por escola, divulgado nesta terça-feira, [4/10] causou indignação ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif). Para buscar um esclarecimento, o Conif oficiou ao [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais] Inep uma solicitação de reunião.

De acordo com o Presidente do Conif, [Professor] Marcelo Bender Machado, o Conselho não tinha ciência de que a Rede Federal seria desconsiderada na última avaliação do Enem. [Abre aspas]: "As instituições da Rede vêm crescendo positivamente no ranking. Portanto, tínhamos uma expectativa diferente para a divulgação do resultado. Cabe-nos, agora, divulgar e tentar reverter esta situação". No resultado referente a 2014, divulgado em agosto do ano passado, as instituições da Rede Federal tiveram reconhecido desempenho e foram destaque entre as melhores do Brasil. [...]

Daí a seguinte pergunta: por que excluíram os institutos federais do Enem 2015? Será que isso tem a ver com a Medida Provisória nº 746, que quer, de cima para baixo, através de um ato impositivo, restritivo reformular o ensino médio? Meu Deus! Por que o Governo não reconhece a experiência exitosa, repito, desse patrimônio do povo brasileiro que é a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive patrimônio naquilo que eles têm de melhor, que é o modelo educacional que combina a formação geral com a preparação para o trabalho? Não é à toa que essas escolas são extremamente disputadas. Não é à toa que a maior alegria que os pais têm é ver seus filhos conseguirem uma vaga nas escolas técnicas federais.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que eu me associo ao Conif, eu me solidarizo com o Conif, ao mesmo tempo em que nós vamos apresentar um requerimento na Comissão de Educação, vamos convidar o Conif, vamos convidar o Inep e o MEC para debater o resultado não só do Ideb como do Enem 2015, e para que o MEC explique à sociedade brasileira, repito, por que deixou de fora, por que excluiu do resultado do Enem 2015 as escolas técnicas federais.

E por falar na MP 746, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, expressar a nossa preocupação porque entendo que o Governo ilegítimo que está aí utilizou o método mais desastrado, inadequado e inoportuno para tratar de um tema tão relevante, de tão grande repercussão social que é o tema do ensino médio.

É bom sempre repetir que o ensino médio é uma das etapas mais importantes da educação básica, mexe com os sonhos, as esperanças e os anseios de milhões de jovens por este País afora. Este Governo não tinha o direito de fazer o que fez: propor uma reformulação dessa, via MP, que tem caráter impositivo e restritivo.

É bom lembrar que são apenas 120 dias que o Congresso Nacional tem para discutir, decidir e, finalmente, aprovar. Então, isso é inaceitável, lembrando que o Ministério da Educação, ao mandar esta MP para cá, assim o fez de forma unilateral: ouviu apenas os secretários estaduais de educação, mas se esqueceu de dialogar com os estudantes, com os professores, com os especialistas, com as academias e com as universidades, desprezando, inclusive, o Fórum Nacional de Educação, uma entidade extremamente representativa da luta em defesa da educação.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que temos esperança de que essa medida provisória vai ser retirada. Tanto é assim que cresce em todo o Brasil um movimento para que a medida provisória seja retirada ou rejeitada. Esse movimento, inclusive, mais do que nunca, tem um caráter suprapartidário, porque estamos preocupados com os destinos da educação.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tanto é assim que a MP já é objeto hoje, Senador Lindbergh, de várias iniciativas no campo do Poder Judiciário, pedindo exatamente a retirada dela, para que esse tema, repito, seja objeto de debate e de discussão, via projeto de lei.

Quero ainda acrescentar que o Ministério Público Federal, através da Procuradoria de Defesa dos Direitos do Cidadão, pediu ao Procurador-Geral, Dr. Janot, que desse um parecer pela constitucionalidade da medida provisória, considerando que ela não é exatamente o caminho mais adequado pelo quanto ela tem de inibidor, porque temos um prazo de apenas 120 dias para discutirmos um tema dessa envergadura em um País como o Brasil, de dimensão continental, com uma rica diversidade...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E nós reconhecemos, sim, que precisa ser melhorado. Sabemos, sim, que mudanças precisam ser feitas no ensino médio. Agora, o caminho, primeiro, não é vir uma MP de cima para baixo, sem considerar o diálogo com a sociedade. Será que



elas acham que é por essa via que vão construir consensos, que vão construir entendimentos, desprezando, repito, um acumulo de debates existentes exatamente sobre essa matéria? E, ainda por cima, Senador Lindbergh, além de a forma ser equivocada, quero dizer do conteúdo. O conteúdo da MP, em vez de reformar para melhor o ensino médio, vai deformar o ensino médio pelo quanto de propostas equivocadas que tem a MP, porque querer iludir os alunos no sentido de que basta apenas flexibilizar o currículo ou basta apenas ampliar a carga horária para tornarmos essas escolas do ensino médio atrativas com boa qualidade do ensino é uma ilusão! Isso é uma falácia! Não basta apenas flexibilizar o currículo, ampliar a carga horária. É necessário ter um projeto pedagógico claro, consistente, associado à reformulação do ensino médio, o que passa pela infraestrutura das escolas, escolas decentes, com laboratórios, com bibliotecas, escolas dotadas das novas tecnologias; passa por revermos a relação de discente e aluno; passa, sobretudo, por encararmos de frente e cumprirmos o PNE naquilo que ele tem de muito ousado que é uma agenda de valorização e de respeito dos profissionais da educação.

Então, é esse, Sr. Presidente, o caminho.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um pequeno aparte?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concedo.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só quero parabenizá-la... A Senadora Marta é a próxima inscrita? Eu falo depois. Não quero atrapalhar. Eu abro mão do aparte, Senadora Fátima, e falo novamente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k., Senadora Marta.

Quero só concluir dizendo, portanto, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que é preciso tratar esse tema com muita seriedade e com muito carinho. Daí porque o nosso apelo aqui para que essa medida provisória, repito, seja retirada.

É necessário fazer mudanças no ensino médio? É, mas não por essa via de medida provisória. O debate tem de ser retomado via projeto de lei e em consonância com o Plano Nacional de Educação, porque o Plano Nacional de Educação já está, muito claramente, apontando, através das suas metas e das suas estratégias, o que deve ser feito para virmos com medidas concretas capazes de trazer um ensino médio atrativo para os estudantes e não com essas medidas ilusórias, paliativas, como é a MP 746.

E, por fim, dizer também que é preciso lutarmos aqui fortemente para que a PEC 241 não prospere. Aliás...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...o Congresso Nacional coordenado pelas centrais sindicais, por partidos, por diversas instituições. E essa grande mobilização que está tomando conta do Brasil e que vai crescer vem na direção de pedir a rejeição da PEC 241, pelo que ela tem de nefasto.

A PEC 241 é a cara mais cruel do golpe que foi dado na democracia, porque ela significa negar direitos, significa subtrair direitos. A PEC 241 é o Estado mínimo que eles defendem, mas o Estado mínimo de direito para os pobres, inclusive para os estudantes, e o Estado máximo para os patrões, de muitos juros para engordar cada vez mais as contas bancárias dos banqueiros. Por isso, nós continuamos firmemente aqui na luta junto com os movimentos sociais e com a sociedade...

(Interrupção do som.)

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu quero aqui da Presidência informar que os universitários da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, de Goiânia, estão nos visitando nas galerias. Portanto, sejam bem-vindos ao Senado Federal.

Com a palavra à Senadora Marta Suplicy, que permutou com a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento todos os colegas Senadores, o pessoal que está assistindo e também você que está assistindo



em casa.

Ontem nós tivemos três grandes avanços, que foram a aprovação na Câmara do Supersimples, do projeto dos profissionais de salão de beleza e também o Outubro Rosa. Eu gostaria de falar sobre esses três temas.

O Supersimples, que são as mudanças no regime tributário do Simples Nacional, foi aprovado praticamente sem alterações da aprovação aqui no Senado, por unanimidade. É um projeto de lei que altera os limites de faturamento para que micro e pequenas empresas possam aderir ao Supersimples.

Nós estávamos e estamos vivendo uma situação muito grave, no momento em que as pequenas empresas não conseguem passar de faixa tributária, porque o aumento é um solavanco muito rápido, grande. Então, elas acabam criando filiais e outros tipos de entendimentos que prejudicam a si próprias no crescimento, mas também a receita do próprio País.

Com essa aprovação do novo Supersimples, o MEI, que é o pequeno empresário, bem pequeninho, que podia faturar no ano até 60 mil, vai passar para um patamar de 80 mil anuais. No caso da Empresa de Pequeno Porte, o limite hoje é de 3,6 milhões e vai passar para 4,8 milhões/ano, o que vai permitir dar um salto também maior.

Nós aprovamos também o parcelamento de 120 meses para as empresas que estão em dificuldade financeira hoje e que estavam, desde o ano passado, tentando fazer com que esse projeto fosse aprovado, para que não fechassem as portas. Hoje, finalmente, ele foi aprovado na Câmara e vai haver um parcelamento. Depois que o projeto for regulamentado, haverá um prazo de 90 dias, que elas vão poder aumentar para 120 dias, mesmo que já estejam pagando prestações, parcelamentos. Depois desse prazo de 90 dias, fecha a possibilidade de ter esse aumento para 120.

Também aprovamos o investidor-anjo, que é interessante porque vai incentivar as micro e pequenas empresas na área de inovação. São conhecidas como *start-ups*, pequenas empresas em que o investidor-anjo pode colocar o seu dinheiro – pode ser pessoa física ou jurídica –, pode fazer um aporte de capital e não vai ser considerado sócio nem ter qualquer direito à gerência ou voto na administração da empresa. A vantagem é que esses investidores não responderão por qualquer dívida da empresa, inclusive em recuperação judicial. O capital terá que ficar investido na empresa por no mínimo dois anos e no máximo sete anos.

A luta para essa reforma ser concretizada começou no ano passado, em setembro, quando eu recebi a relatoria do projeto do Supersimples. Nós nos empenhamos muito para promover, de forma justa e célere, uma reforma que sabia que seria bastante difícil, porque depende de todas as instâncias tributárias do País.

Em dezembro, nós aprovamos o projeto e o requerimento de urgência na Comissão de Assuntos Econômicos. Em julho, aprovamos em plenário e o texto final retornou à Câmara dos Deputados e foi aprovado ontem.

Na votação, somente foi rejeitada a prestação mínima de R\$150 exigida do microempreendedor individual, que é o MEI, e foram excluídas das tabelas que passavam a cobrar alíquotas maiores os serviços advocatícios e os de corretagem. Foram essas as modificações na Câmara.

Isso foi fruto de um trabalho estreito do Senado com as pessoas que já tinham trabalhado no projeto na Câmara dos Deputados, para que chegasse lá e tivesse o mínimo de alteração e possibilidade mais célere de aprovação.

Foram dez meses de intensa negociação do meu gabinete também com o Governo, com representantes de Estados e Municípios, com a Receita Federal e com diversos agentes da indústria, do comércio e do setor de serviços.

Todo esse esforço certamente valeu a pena, pois sabemos que a aprovação do Simples vai gerar emprego, aliviará o micro e o pequeno empreendedor de uma sobrecarga tarifária desmedida ao mudar de faixa dentro do Simples, mas, acima de tudo, é enorme a possibilidade de revitalizar a nossa economia. É disso que nós precisamos, de mais vigor, de mais emprego e de menos impostos. O Supersimples dá a um Brasil informal a formalidade. O Supersimples vai ajudar, sem dúvida, o Brasil a sair da crise.

Também foi aprovada a parceria entre profissionais de salão de beleza, um projeto que regulamenta a relação entre o salão de beleza e os trabalhadores do salão, os profissionais, permitindo a contratação de cabeleireiros, manicures, maquiadores e outros profissionais pelo regime de parceria.

Em resumo, os salões de beleza vão poder agora firmar contratos escritos com profissionais cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores. Esse projeto, que será lei quando sancionado, cria a figura do salão-parceiro e do profissional-parceiro. O primeiro, o salão-parceiro, é o dono, e o profissional-parceiro são os que trabalham naquele salão. Hoje é bastante confusa a situação e absolutamente desregulamentada, com muita ação na Justiça.

Nós sabemos que esse é um projeto que, no caso... Esse é um grande passo, no caso do profissional-



parceiro, que é o cabeleireiro. Ele vai poder atuar como microempreendedor individual. Muitos até já atuavam, mas as questões trabalhistas eram bastante grandes.

Eu fui a relatora do projeto aqui no Senado, que também passou por unanimidade, também na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais. Aí, nós fizemos audiências públicas com os profissionais donos de salão, com cabeleireiros, com várias entidades, com o objetivo de garantir a possibilidade de aprofundamento do debate sobre a matéria, para subsidiar a convicção das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores.

Nós chegamos a um texto com duas emendas em relação ao texto originalmente enviado pela Câmara. Essas emendas foram ontem aprovadas pelos Deputados e Deputadas, porque elas oferecem proteção aos trabalhadores e cuidam para que não haja precarização da profissão, o que era um grande debate travado aqui nessas Comissões que eu mencionei.

Em resumo, em relação aos trabalhadores, tudo que não estiver enquadrado como parceria terá de ser registrado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Se o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria, a relação será considerada como vínculo empregatício. E os parceiros dos salões de cabeleireiros também terão a possibilidade de ser microempreendedores ou microempresas, fazendo, consequentemente, suas próprias contratações e recolhendo tributos devidos pelo Regime Especial de Tributação, previsto no Estatuto da Micro e Pequena Empresa, o Simples Nacional. Isso trará mais segurança jurídica.

Estamos regulamentando uma situação que já existe, mas que gera muita confusão para os empreendedores, para os donos de salão também. Os avanços do projeto são imensos ao estabelecer regras claras sobre contratações, com a consequente redução dos embates trabalhistas na Justiça.

A possibilidade de celebração de contrato de parceria previne o enquadramento da relação profissional como empregatícia e vai trazer para a formalidade mais de um milhão de trabalhadores da beleza.

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPILCY (PMDB - SP) – Tudo isso está em sintonia com nossa defesa de menos impostos, mais postos de trabalho e mais renda.

Por fim, ontem representei o Senador Calheiros no lançamento da campanha Outubro Rosa, no Congresso Nacional, cerimônia que realizamos no Salão Negro.

Propus e reitero aqui a ideia de apoiarmos uma ação em que as mulheres sejam atendidas no sistema integrado da saúde da mulher: em que ela possa ter, num mesmo local, um clínico geral, um ginecologista, um obstetra, um radiologista, um geriatra. Enfim, que ela tenha atendimento na função reprodutiva, mas que também tenha um atendimento depois da menopausa.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de celebrar o livro do homenageado de ontem, em que ele coloca...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPILCY (PMDB - SP) – Eu vou pedir mais uns dois minutos, Senadora.

O livro lançado ontem relata a experiência do médico Harold Freeman, que atuou 45 anos com cirurgia oncológica no Harlem. Ele estava frustrado pelos altos índices de mulheres com câncer de mama em fase avançada. Exatamente a situação que vemos hoje aqui, que o Inca está colocando com muita propriedade. A mulher faz um exame; depois, às vezes, ela não vai buscá-lo, isso fica perdido; e ela acaba tendo um resultado positivo e sofre as consequências por não ter ido buscar seu exame. Outras vezes, ela fica na fila dos exames e quando consegue ter o acesso é muito tarde.

Então, a ideia desse médico americano é interessantíssima: um navegador dentro dessas instituições...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPILCY (PMDB - SP) – ...desses postos de saúde. Quando a mulher tiver a suspeita do câncer, uma pessoa, seja assistente social ou alguém da equipe da saúde, começa a acompanhar a trajetória dessa mulher até, se finalmente for necessária a cirurgia, a cirurgia, para que ela não fique perdida nesses vários trâmites que ela tem que fazer, andando de departamento médico para departamento médico e, quando consegue ser finalmente atendida, ela não consegue.

O Brasil tem o Programa Saúde da Família, que é um exemplo, eu diria, até para o mundo, porque ele realmente faz muita diferença. Eu o levei para São Paulo quando fui prefeita. Hoje nós temos a cobertura em São Paulo ainda muito pequena, Senadora Ana Amélia, só 38%; Florianópolis tem 100%; Rio de Janeiro tem 75%. Esse é um programa que deveria ser muito incentivado...

(Soa a campainha.)



A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...não só pela prevenção do câncer mas pela prevenção de todas as doenças, principalmente pelo tratamento das crônicas, em que se chega antes quando há um programa de saúde da família.

Mas eu não sei se seria incompatível termos um programa focado na saúde da mulher, porque a mulher tem uma fragilidade na saúde pela própria questão da gestação, por ter um físico diferente do homem. Os cuidados são diferenciados e muito graves – não querendo deixar o câncer de próstata de lado, porque o câncer de próstata também tem óbitos por falta de atendimento –, a questão da mulher é algo que eu gostaria também inclusive de discutir com a Bancada Feminina do Congresso, os avanços que nós podemos ter na área específica da saúde da mulher.

Acho que ontem foi um evento importante, porque possibilitou a nós todas fazermos uma reflexão sobre o tema. Agora acredito que temos de dar os próximos passos.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta Suplicy, eu quero cumprimentá-la pela abordagem do último tema de que V. Ex^a falou.

Estou muito feliz também porque a Comissão de Constituição e Justiça aprovou hoje, em caráter terminativo, o Projeto nº 3.595, de 2012, de minha autoria, que determina que o SUS, na sua política de prevenção ao câncer de mama e ao câncer de colo de útero, também permita acesso às mulheres portadoras de deficiência física. Porque, veja, a mamografia é fundamental na prevenção ao câncer de mama, mas, para uma mulher tetraplégica, por exemplo, o aparelho não está preparado para que ela seja atendida. A mesma coisa em relação ao câncer de colo do útero. Esse projeto foi aprovado hoje, e estou muito feliz.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu só posso parabenizá-la, porque é um avanço extraordinário.

Como é que uma mulher numa cadeira de rodas vai fazer exame...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Como é que uma mulher numa cadeira de rodas ou portadora de outro tipo de deficiência vai fazer um exame nas máquinas que nós conhecemos? Quer dizer, as pessoas parece que não pensam. Parece que não existe a população portadora de algum tipo de deficiência.

Quero parabenizá-la. É um grande avanço. Mulheres unidas, nós estamos conseguindo muita coisa aqui no Senado.

(Durante o discurso da Sr^a. Marta Suplicy, o Sr. Raimundo Lira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Jamais seremos vencidas.

A senhora também falou da questão das parcerias. Nós trabalhamos juntas, eu a apoiei nesse projeto do Ricardo Izar da parceria do salão de beleza.

Mas, sobretudo, a questão do Simples Nacional. O meu Estado do Rio Grande do Sul, Senadora Marta, é um Estado onde as cervejarias artesanais, as microcervejarias, a vinícola pequena, o alambique pequeno estão hoje florescendo como pontos de referência para atração turística, desenvolvendo e criando oportunidades aos bons empreendedores, que começam com uma pequena unidade artesanal ou uma microcervejaria e, logo em seguida, podem, pelo seu talento, se transformar numa média ou numa grande empresa. Então, parabéns. A manutenção do texto que o Senado aprovou em relação a esse benefício foi extremamente relevante.

Parabéns pelas iniciativas, Senadora Marta.

Convido para fazer uso da palavra, como Liderança do PSC, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia; Senadoras aqui presentes, Senadores aqui presentes, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais.

Sr^a Presidente, quero aqui registrar com muito orgulho a presença do Presidente da Fames, a Federação dos Municípios do Estado de Sergipe, o ex-Prefeito de Aquidabã, cidade da região Norte do nosso Estado, e também amigo Marcos da Acauã. Ele veio participar de uma reunião da Confederação Nacional dos Municípios, reunião essa que veio trazer mais uma vez as pretensões, os desejos e as necessidades dos Municípios brasileiros, sobretudo na questão do Pacto Federativo.

Hoje à tarde eles ainda deverão ter reunião com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, bem como com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Obrigado, Marcos, pela sua presença.



Sra Presidente, hoje comemoram-se os primeiros 28 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. A nossa Constituição cidadã, fruto do trabalho e da obstinação de tantos brasileiros que lutaram para a restabelecer a democracia em nosso País. É importante observarmos que ela está aí, firme, corajosa, garantindo os destinos do Brasil e de gerações de brasileiros, além de ser a mais longeja Constituição brasileira em tempos de democracia.

Elaborada por uma assembleia constituinte de 559 Parlamentares, com diversas crenças políticas, ela não só restabeleceu a inviolabilidade de direitos e de liberdades básicas, como também instituiu uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos. É indiscutivelmente um dos textos mais completos do mundo, em termos de garantias individuais, o que lhe rendeu o apelido de "Constituição cidadã".

Ao falar dela, Sra Presidente, lembro-me da pujança de nossas instituições e do quanto o País seguiu firme, desde a sua promulgação, na autonomia que garantiu ao Ministério Público... E, no momento atual, lembro-me dos jovens procuradores de Curitiba, que souberam entender seu alcance e significado em prol da sociedade brasileira.

Entretanto, faz-se imprescindível dizer o quanto ainda temos que fazer para que a nossa Carta Magna seja, definitivamente, a Constituição cidadã, nas palavras daquele brasileiro que tinha o peito repleto de amor pelo País, Ulysses Guimarães, homem cuja trajetória de significado mal cabe no oceano que lhe serve de morada eterna.

O Dr. Ulysses Guimarães completaria amanhã, exatamente amanhã, cem anos de vida, e, junto à homenagem que rendo à Constituição brasileira de 1988, quero saudar a memória deste brasileiro ilustre, cuja estirpe tanta falta está fazendo ao Brasil, sobretudo nos dias atuais.

Sra Presidente, colegas Senadores, como falar da nossa Carta Magna e de Ulysses Guimarães sem nos reportarmos à campanha das Diretas Já e ao retorno do povo às urnas?

E, por falar em retorno às urnas, o processo eleitoral deste ano, precisamente domingo passado, foi, sem sombra de dúvidas, o termômetro de como a sociedade brasileira está descontente com a classe política. O desgaste era previsível, já que a maioria da população brasileira considera que os políticos não conseguem promover os benefícios e os direitos de que os cidadãos necessitam e que estão claramente colocados na nossa Constituição.

Infelizmente, ainda convivemos com muitas mazelas, embora tenhamos garantido, na nossa Constituição cidadã, Senadora Ana Amélia, muitos direitos: direito à saúde, direito à educação, direito à segurança pública. Mas direitos, Sra Presidente, cuja efetividade ainda falta em diversos cantos deste País. A dor social atinge milhares, ou melhor, milhões de famílias, e o único caminho, com toda certeza, seria através de uma boa escolha, tendo a política como instrumento.

Domingo passado confirma o que estamos dizendo há alguns anos: política não é profissão; política é missão, é compromisso com a palavra empenhada, é responsabilidade com a coisa pública – afinal, o bem público é propriedade de todos –, é eficiência na gestão.

Em Aracaju, capital do meu Estado, Sergipe, o recado foi claro e objetivo: de um universo de 397.228 eleitores, a soma de votos brancos, nulos e abstenções chegou a 139.723. Lá teremos segundo turno e a certeza de que mudanças estruturais profundas precisarão ser realizadas na gestão do Município, com coragem e determinação, pelo nosso próximo prefeito.

Sra Presidente, é com a certeza da necessidade de mudanças e de renovação que, em Aracaju, eu e o Senador Antônio Carlos Valadares nos unimos e criamos um novo bloco político coeso e compromissado com o futuro não só dos aracajuanos, mas de todos que vivem em nosso Estado. Apresentamos esse novo bloco ao povo sergipano, procuramos dirimir as divergências municipais e partimos para as eleições de 2016.

Pois bem, colegas Senadores: comemoramos o resultado deste pleito dizendo que, nos 74 Municípios do interior do Estado, conseguimos eleger mais de 45 prefeitos e dezenas de vice-prefeitos, um percentual que representa ou que supera 60% dos Municípios sergipanos. E seguimos na luta para elegermos o prefeito da nossa capital, Aracaju.

Sra Presidente, é com muita alegria que vimos o PSC, em nosso Estado – e não só o PSC, mas também partidos outros irmanados nesse projeto –, ter um crescimento importante, um crescimento gigante em relação às eleições de 2012. Os meus mais sinceros parabéns aos nossos amigos correligionários e partidários e o desejo de que saibamos conduzir as prefeituras com respeito ao povo e à coisa pública.

O que vimos em Sergipe, Senadora Lídice, e em todo o País, com o resultado das urnas no domingo passado, foi a demonstração clara e inequívoca de que o povo não aprova mais o modelo de governo que vem sendo aplicado e, realmente, exige mudanças. Mudanças, Sra Presidente, no sentido de que a coisa pública



merece muito respeito. O gasto público tem que ter, definitivamente, qualidade.

Entretanto, antes de finalizar, eu gostaria de parabenizar os prefeitos e vereadores eleitos em todo o País, em especial os dos Municípios sergipanos, além de desejar que saibam conduzir as prefeituras e as câmaras de vereadores com respeito ao povo e à coisa pública. Lembrando sempre que política não é missão de ninguém; política é verdadeiramente missão, compromisso, eficiência, transparência e qualidade na gestão.

Gostaria, pois, de finalizar, lembrando o que afirmou o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o então Deputado Ulysses Guimarães, quando da promulgação da Constituição cidadã de 1988. Abro aspas: "A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é também traidor da Pátria." Fecho aspas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Eduardo Amorim pela manifestação. De fato, foi uma manifestação democrática...

(Soa a campainha.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e muitos partidos, como V. Ex^a mencionou – no seu caso, o PSC, Líder aqui no Senado –, saíram-se muito bem nesse empenho de tornar a política melhor.

Parabéns, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saudar os visitantes, os alunos da instituição de ensino da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, da área de ensino superior.

Então, sejam bem-vindos ao Senado Federal neste momento.

Convido para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Lídice da Mata.

Em seguida, falará, com uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim. Depois do Senador Paulo Paim, o Senador Paulo Bauer. Pela sequência, a Senadora Vanessa Grazziotin, como Liderança do PCdoB.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, caros visitantes, estudantes, com uma presença feminina muito grande, que sejam bem-vindas ao Parlamento, ao Senado brasileiro, para participar dos nossos trabalhos, acompanhando os nossos trabalhos.

Sr^a Presidente, eu queria fazer alguns registros hoje, aqui, da tribuna. E um deles, Sr^a Presidente, é a respeito do dia de ontem, quando nós inauguramos a iluminação do Outubro Rosa no Senado Federal.

V. Ex^a já pôde falar sobre isto, e eu quero parabenizá-la pela conquista do projeto. Outros Senadores também falaram, e nós estivemos juntas em uma solenidade ontem. E para nós é muito importante, neste mês de outubro inteiro, relembrar este momento.

Trata-se de uma campanha para prevenir o câncer de mama em nosso País. Esse câncer é responsável, hoje, pela maior parte das mortes de mulheres e é um câncer que terminou ficando, em certa medida, como marca de existir nas mulheres, embora ele possa, também, acometer homens.

E eu quero destacar, com satisfação, que o Secretário de Saúde da Bahia, Dr. Fábio Vilas-Boas, anunciou ontem, durante o lançamento da campanha Outubro Rosa, lá no meu Estado, que a Bahia, através do Cican, que é o Centro Estadual de Oncologia existente em nosso Estado há muito tempo, responsável pelo atendimento da população mais carente, daqueles que não têm acesso a planos de saúde, daquelas mulheres que não têm acesso a planos de saúde, e que tem sido uma referência no tratamento oncológico do câncer de mama e no atendimento à prevenção de câncer na mulher baiana.

E a Bahia bateu o recorde mundial de realização de mamografias ao longo de um só mês, em 2015, com mais de 20 mil exames. Isto é a demonstração do compromisso do Estado, não apenas do compromisso do Estado, mas da resposta da população a esta campanha que nós desenvolvemos no Senado Federal. O Governo, o Parlamento, as instituições democráticas do Brasil inteiro já aderem ao Outubro Rosa, com o nosso lacinho rosa, que é mesmo, portanto, muito importante para as mulheres.

Eu estive recentemente com um médico amigo e ele me dizia: "Olha, Lídice, nas circunstâncias que vivemos no Brasil, de médicos como eu [ele é mastologista], nós já nos preparamos praticamente para a ideia de que toda mulher terá câncer de mama um dia, em um momento. O que nós precisamos, no entanto, é ter a condição de lhes dar um diagnóstico com antecedência, para que ela possa tratar e se curar", porque este câncer é curável. E são milhares de mulheres que conseguem passar pelo câncer de mama e hoje já têm



acesso, inclusive, à cirurgia de recuperação da mama, portanto, o mais perto de uma vida normal possível, algumas inclusive com a vida absolutamente normal.

Esse resultado, portanto, me deixa muito feliz, no que diz respeito ao atendimento da política pública, no nosso Estado, de combate ao câncer de mama e ao apoio que nós temos recebido do movimento de mulheres, dos militantes e das militantes da área de saúde em nosso Estado, para a prevenção do câncer feminino de mama.

Também, Srª Presidente, como há pouco o Senador que me antecedeu falou, eu quero registrar aqui que hoje é o aniversário da nossa Constituição cidadã, Constituição que completa 28 anos. Eu tive a honra de ser uma das 26 mulheres constituintes deste País, ainda muito jovem. Pude estar aqui, no Congresso Nacional, participando desse momento ímpar da reorganização da vida nacional e da democracia brasileira. E não posso deixar de registrar, portanto, este momento. É o momento em que ocorrem também mudanças políticas importantes no Brasil. E nós precisamos estar muito antenados com as ideias que passaram, que foram vitoriosas na Constituição, naquele momento, há 28 anos.

A primeira delas diz respeito à participação popular. Esta Constituição levou o nome de Constituição cidadã pela intensa participação popular que ela alcançou, recorde na política brasileira, principalmente num momento em que saímos de uma ditadura militar, de um regime militar. A Constituição cidadã deu a marca, no Brasil, de que a política não pode ficar limitada àqueles que são escolhidos para representar o povo nos Parlamentos. Ela tem que ter instrumentos de participação popular, e a nossa Constituição prevê isto.

O segundo aspecto deste momento constitucional é justamente o dos direitos ali consignados aos trabalhadores e aos cidadãos brasileiros: o direito à dignidade, a uma vida decente, a um salário decente e a esse direito que V. Exª, Senador Paulo Paim, como Constituinte, representa tão bem neste Parlamento, que é o direito dos trabalhadores.

E, neste momento, nós que fomos constituintes, mais ainda, temos que estar atentos para que novas políticas não visem retirar direitos dos trabalhadores, direitos que estão consolidados e consignados na Carta Constitucional de 1988, porque eles representam o momento maior de expressão, de participação popular que a nossa sociedade alcançou como organização de uma carta, de uma escrita coletiva do Brasil em torno do seu pensamento que o Legislativo foi capaz de fazer.

Ao parabenizar, ao lembrar a Constituição brasileira, eu quero também saudar o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), da nossa Universidade Federal da Bahia, que, nesta data simbólica, lança, neste momento, uma obra sobre a participação feminina na Constituinte, minha cara Presidente. A Profª Salete Maria é autora do livro *A Carta que elas escreveram: as mulheres na Constituinte de 1987/88* e Sonia Jay Wright é autora de *Estratégias de inclusão das mulheres na política institucional: a opinião parlamentar estadual do Nordeste*. Por precisar estar aqui, eu, infelizmente, não posso estar lá, em Salvador, neste momento importante de reflexão sobre a luta das mulheres na universidade brasileira. Essas duas feministas refletiram sobre todas as conquistas que nós realizamos daquele momento até os dias atuais.

E ainda quero lembrar, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que amanhã, dia 6 de outubro, por coincidência, Senadora Rose, é marcado pelo centenário do Deputado Ulysses Guimarães, que foi o grande mestre, o grande articulador, o Presidente da Constituição cidadã. Ele, num discurso belíssimo, em 5 de outubro de 1988, consagrou, com todos nós, essa Carta que dá às mulheres brasileiras, dá aos Municípios brasileiros, dá às crianças e jovens deste País o reconhecimento que em nenhum momento da história...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... política desta Nação esses segmentos tiveram. Dá aos negros brasileiros esse reconhecimento quando condena o racismo como um crime inafiançável em nosso País. Portanto, não posso deixar de celebrar com muita alegria, neste dia de hoje, neste momento em que celebramos os 28 anos da Constituição, também o centenário de nascimento de Ulysses Guimarães.

E termino, Srª Presidente, portanto, também com frases de Ulysses Guimarães a respeito da nossa Constituição.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª, depois me concede um aparte? Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não. Depois de ler.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Depois de ler? Pois não.

“A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.”



É esta a Constituição que temos de defender, e preservar aquilo que significou a mudança e a consolidação dos direitos do povo em nosso País.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Um aparte ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. E o trágico é que, no dia do Dr. Ulysses, nós vamos rasgar a Constituição cidadã, com a votação da PEC 241, na Comissão Especial, porque é rasgar o segundo capítulo da Constituição: direitos sociais, as vinculações constitucionais para educação e para a saúde pública. Senadora Lídice, eu pedi o aparte para falar dessa propaganda por parte do Governo ilegítimo de Michel Temer, que diz o seguinte, em propaganda oficial: "Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer". Eu quero anunciar que nós estamos entrando, no dia de hoje, com uma representação ao Ministério Público Federal. Isso aqui não pode acontecer.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós temos normas rigorosas para publicidade dos órgãos públicos. Isso aqui tem uma mensagem subliminar do PT e das forças de esquerda, "Vamos tirar o Brasil do vermelho", no meio de um processo eleitoral, com dinheiro público! Um texto de mentiras! Em uma parte aqui, eles falam o seguinte: "Houve um aumento de 285% dos gastos do Ministério da Educação". E dizem que não, que os resultados do Ideb não melhoraram. Na verdade, houve, sim, esse investimento bem maior nos governos Lula e da Presidente Dilma para expansão das universidades públicas, para mais do que duplicar o número de escolas técnicas no País. Agora, isso aqui é um escândalo. Eu tenho dito que, nessa representação nossa, nós vamos pedir a suspensão imediata dessa publicidade. Agora, aqui há também uma coisa que nem a ditadura militar teve a coragem de fazer. Aqui, há uma mensagem de incitação à violência...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... de incitação ao ódio. "Vamos tirar o Brasil do vermelho." Eu estou escandalizado com isso. Isso aqui não dá para aceitar como uma coisa normal. Nós vamos tomar todas as medidas jurídicas cabíveis, mas sinceramente é preciso dizer aqui que este Governo passou completamente dos limites, e nós queremos saber quanto custou essa campanha com dinheiro público.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E aumentando o gasto em publicidade.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aumentando o gasto em publicidade. Isso tem que ser resarcido. Então, faço questão de pedir este aparte. Agradeço a V. Ex^a, para dizer que isso não vai passar sem uma resposta dura de nós que fazemos oposição aqui, no Senado, oposição na Câmara dos Deputados. Eles não podem usar verba pública para fazer luta política, principalmente num período eleitoral. Nós não vamos nos intimidar e aceitar esse tipo de coisa. Quando falo que é incitação à violência é porque é também. "Vamos tirar o Brasil do vermelho." Nós já estamos vendendo espetáculos de violência, de aumento do ódio, do discurso de intolerância nas ruas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, é triste ver um governo utilizar-se de recursos públicos para fazer algo como isso aqui. Muito obrigado, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada. Incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. Cumprimento-a também pelo que a Bahia vem fazendo em relação aos avanços para prevenção do câncer.

Convido para fazer uso da palavra – é o último orador como comunicação inadiável – o Senador Paulo Paim.

Após o Senador Paulo Paim, será o orador inscrito, Senador Paulo Bauer. Depois do Senador Paulo Bauer, está inscrito, como Liderança, o Senador Lindbergh Farias. Isso é apenas para deixar claro como está o grau das inscrições para falar.



Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, vim à tribuna para falar sobre o grande ato realizado hoje na Câmara dos Deputados, no Auditório Nereu Ramos, contra a PEC 241. Eu havia sido convidado para estar lá, mas, como tivemos de estar nas comissões do Senado, presidindo ainda a Comissão de Direitos Humanos, não pude me fazer presente, mas quero cumprimentar todos os que estiveram lá: Senadores, Deputados, movimentos sociais, estudantes, associações de entidades populares, acadêmicos, comunidade médica, professores, servidores e partidos que se somaram ao que chamo sempre de frente ampla pelo Brasil.

A PEC 241, de 2016, do Governo atual, limita por 20 anos os gastos públicos da União, inclusive em áreas essenciais, como saúde, educação, além de desmontar o Estado brasileiro e acabar com a proteção social. Entre os ataques efetuados por essa proposta estão destruir direitos de aposentados, de trabalhadores, os salários justos, a valorização do salário mínimo, enfim, os próprios vencimentos dos servidores; ferir acordos internacionais firmados pelo Brasil para manter políticas de combate à desigualdade, à pobreza e à violência; impedir os novos governos eleitos de implementar, durante 20 anos, seus programas econômicos, embora eles, sim, estejam no Governo através do voto das urnas, do voto do povo; congelar por 20 anos a competência do Poder Legislativo para definir todo ano os gastos através das leis do Orçamento; submeter os Estados e Municípios à vontade ditatorial do Governo Federal, deixando governadores e prefeitos de mãos atadas.

Se a PEC existisse desde o ano de 2006, o salário mínimo, que hoje é de R\$ 880, seria de R\$ 550. Já o orçamento da saúde, que foi de R\$ 102 bilhões este ano, seria de R\$ 65 bilhões. Com a educação seria a mesma coisa, em vez de R\$ 103 bilhões, seriam R\$ 31 bilhões. A PEC reduzirá brutalmente as verbas para a segurança. Aí eu me lembro do meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde a população chora, clama, pede investimentos em segurança. Com isso, com certeza, só vai aumentar a criminalidade.

Com recursos congelados, qual será a saída? Cortar benefícios como aposentadorias. Sem investir, a economia para e aí, sim, vocês verão o que é o desemprego que continua aumentando. A imagem que venderam e que passaram é que, se a Presidenta fosse imputada, o problema do desemprego estaria resolvido. Não resolveu coisíssima nenhuma, continua aumentando. Programas sociais serão cortados ou extintos, pois deixarão de ser prioridade para o Governo que está aí.

Para termos um parâmetro, se a PEC for aprovada, a população terá menos hospitais, porque o que explicam é que com menos dinheiro, vai haver mais investimento na saúde. É uma conta que não fecha. Como é que, se eu tenho menos verbas, eu vou investir mais em hospitais e mais em saúde?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse milagre nem Cristo poderia fazer – nem Cristo poderia fazer. Quer dizer, eu reduzo as verbas da saúde e da educação e, ao mesmo tempo, digo que vai melhorar a saúde e a educação.

Menos vagas nas escolas para os filhos dos pobres; não haverá aumento real de salário-mínimo; quero ver como vão ser benefícios, como o Bolsa Família, como vai ser o Prouni, como vai ser o Fies, como vai ser o Minha Casa, Minha Vida; menos amparo da Previdência, principalmente em aposentadorias; e menos segurança, com poucos recursos para os policiais.

Eu lembro quando disseram aqui: "Olha, se reduzir o pagamento dos empregadores para a Previdência, vai melhorar o emprego, porque os empregadores investirão no mercado, isso vai gerar emprego, mais gente trabalhando, mais gente recebendo, mais gente pagando a Previdência."

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Resultado: reduziram (*Fora do microfone.*) em 20% a contribuição do empregador sobre a folha para 1,5%, 1%, desemprego aumentando e a Previdência, segundo eles mesmos, tendo problema de caixa.

Sr. Presidente, o relatório dessa PEC que lembra algo semelhante às propostas que só víamos nos tempos mais duros de toda a nossa história, ou nunca vi algo semelhante, foi lido ontem na Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à Constituição. Após pedido de vista, a votação só deverá ser realizada na quinta-feira. Depois o texto vai para o Plenário.

Eu cumprimento os milhares de manifestantes que, no dia de hoje, fizeram um movimento contra essa PEC.

(Interrupção do som.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu digo não à PEC 241. (*Fora do microfone.*)

Os direitos da população não podem ser jogados na lata do lixo. Quem viver, verá, pessoal, para onde estamos indo com essa PEC 241.

Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma comunicação inadiável, Senadora Vanessa, e já há um orador pedindo, porque o Senador Paim... A comunicação são cinco minutos, eu dei dez minutos mais dois, então, são doze minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Compreendo. Agradeço o nobre Senador Paim. Muito obrigada. Sem problema, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu queria pedir a colaboração da Senadora e do Senador Paim. São cinco minutos. Ele tem sido sempre generoso, mas há dois Senadores esperando para falar também, é por isso só.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia ceder um aparte à Senadora, mas entendo que V. Ex^a, de fato, deu-me além do tempo que era permitido. Eu fiz todo o meu pronunciamento. Agradeço e aqui eu encerro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Paulo Paim, pela colaboração. Também agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Bauer.

O próximo orador, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, é o Senador Lindbergh Farias. E o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, assomo à tribuna neste instante, na condição de Senador pelo Estado de Santa Catarina, para poder aqui informar a V. Ex^as como se desenvolveu o processo eleitoral no meu Estado, no último domingo.

Depois de uma disputa eleitoral equilibrada, uma disputa eleitoral sem maiores problemas e sem termos vivido nenhuma situação de calamidade ou situação de segurança pública ou coisa parecida, como é natural em Santa Catarina, onde a alta politização do povo catarinense sempre contribui para que as campanhas eleitorais se desenvolvam no mais elevado nível, debatendo ideias, debatendo propostas e, evidentemente, buscando os votos, nós pudemos constatar que, em Santa Catarina, se manteve aquele perfil de equilíbrio político em que partidos políticos conquistaram espaços importantes nas administrações municipais e nas câmaras de vereadores. Nós constatamos que, a exemplo do que aconteceu no País, alguns partidos tiveram um crescimento mais expressivo no resultado eleitoral alcançado ou pelo número de prefeitos eleitos ou pela expressão e grandeza dos Municípios conquistados.

É necessário esclarecer que Santa Catarina tem 295 Municípios, apenas três sujeitos a um segundo turno. E nesses haverá o segundo turno. Nos demais Municípios, o processo eleitoral permitiu que os grandes partidos continuassem grandes e alguns partidos que não tinham essa expressão ficassem ainda menores, como é o caso específico do Partido dos Trabalhadores, que elegeu um número muito inferior de vereadores nesta eleição do que havia eleito na anterior e também um número bem menor, quase 50% menor, de prefeitos do que tinha na eleição anterior. Isso obviamente permitiu que outros partidos crescessem, como o PSB, como o PR, mas não impediu que partidos como PSDB, PMDB e PSD tivessem um resultado eleitoral com algum acréscimo em relação às eleições anteriores.

É preciso também mencionar e registrar, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, telespectadores que nos assistem pela TV Senado, aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e também aqueles que estão aqui, participando desta sessão e nos emprestando audiência nas galerias – eu saúdo a todos que visitam esta Casa neste instante...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Informo ao Senador Paulo Bauer que é mais um grupo da instituição de ensino Universidade Católica de Goiás. É mais um grupo. A Universidade toda nos dá a honra desta visita. Apenas identifico os nossos alunos do ensino superior da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Eu saúdo os alunos, os acadêmicos que aqui estão, de forma muito fraterna, porque é muito importante e valioso ver os estudantes brasileiros presentes nas sessões do Senado, presentes no Congresso Nacional, acompanhando os trabalhos que aqui se realizam.

Prosseguindo no meu raciocínio e nas informações que presto, quero registrar que teremos agora eleições em segundo turno nas três maiores cidades de Santa Catarina: a nossa capital, Florianópolis, a Cidade



de Blumenau e a Cidade Joinville. Nessas três cidades, temos as disputas realizadas, ou sendo realizadas, entre PMDB e PP, em Florianópolis, onde o PSDB é vice do PMDB; temos uma eleição em Joinville, onde o PMDB disputa com o PSD; e, em Blumenau, o PSDB, que inclusive está representado pelo atual Prefeito Napoleão Bernardes, disputa com o PSD. Naturalmente, até o dia 30 a campanha vai se deflagrar e haverão de ser eleitos aqueles que eleitores dessas cidades considerarem mais preparados e adequados para, no momento atual, comandarem os Municípios.

Mas é preciso falar aqui, Senador Ataídes Oliveira, de uma coisa muito interessante que se pôde constatar em Santa Catarina e que tem a ver com a nossa decisão, com a votação que esta Casa e também a Câmara dos Deputados fizeram em relação à legislação eleitoral.

A primeira observação que faço é a de que, sem dúvida alguma, esta foi a campanha visualmente mais limpa que já tivemos nos últimos anos e nas últimas décadas. A decisão tomada de não termos placas eleitorais colocadas em terrenos baldios, em frente a prédios ou mesmo em áreas específicas destinadas pela Justiça Eleitoral foi uma limpeza, foi algo saudável, que não atrapalhou e não comprometeu o resultado eleitoral, permitindo que as cidades não tivessem aquela poluição visual e ajudando ainda os candidatos a gastar menos dinheiro e os partidos, idem.

De outro lado, a decisão tomada de não termos financiamento de empresas nas campanhas eleitorais, coisa que espero que nunca mais aconteça na vida de nosso País, nem pelo caixa 1 nem pelo caixa 2... E de caixa 2, eu não entendo, mas há quem entenda. Há quem consiga compreender isso. No meu caso, nós não compreendemos essa questão, porque não há prática desse modelo na minha vida pública, mas o fato é que a decisão tomada de não termos arrecadação junto a pessoa jurídica para financiar a campanha permitiu que candidatos a prefeito e a vereador se aproximasse mais do eleitor, fossem mais diretos, expusessem as suas ideias pessoalmente para grupos efetivamente interessados no processo da gestão e da política municipal. Também essa falta de recursos fez com que os candidatos fizessem programas eleitorais no rádio e na televisão sem se preocupar muito com aquela coisa de tornar aquilo um espetáculo artístico.

As apresentações, as participações de candidatos em programas eleitorais gratuitos foram muito mais identificadas com a realidade. Vimos uma produção sem tanto luxo, sem tanto capricho, sem tanto recurso tecnológico, mas, em compensação, constatamos uma linha de comunicação mais direta, franca e verdadeira entre candidatos e eleitores.

Por último, é preciso mencionar, registrar e fazer um cumprimento à Justiça Eleitoral. No meu caso, faço esse cumprimento à Justiça Eleitoral de Santa Catarina, que mais uma vez deu um show de organização e de competência. As eleições transcorreram normalmente e o resultado foi conhecido em poucos minutos. Isso, Senadora Ana Amélia, não é mais do que obrigação em Santa Catarina, porque a urna eletrônica nasceu em Santa Catarina. Muita gente esquece, não tem mais isso na lembrança, mas a primeira experiência de urna eletrônica no Brasil foi exatamente em Santa Catarina. Lá o processo se desenvolveu. A Justiça Eleitoral tem aperfeiçoado a cada eleição esse procedimento. Nós temos que aplaudir a Justiça Eleitoral de Santa Catarina, na pessoa do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o Desembargador Cesar Abreu, que soube conduzir como poucos e muito bem esse processo eleitoral.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Também registro aqui, Sra Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, que tivemos em Santa Catarina grandes vitórias, mas a vitória mais expressiva do PSDB foi na cidade de Criciúma, uma cidade localizada no sul de Santa Catarina, onde um ex-Prefeito, que foi reeleito, mas não pôde assumir por uma questão jurídica, agora disputou novamente e foi eleito com 78% dos votos. Portanto, uma eleição inédita, uma eleição fantástica, que foi conquistada graças à credibilidade de um homem público, o ex-Deputado e ex-Prefeito Clésio Salvaro, mas que também foi conquistada graças a um modelo de gestão que ele implantou naquela cidade, um modelo que é específico e próprio do PSDB, ou seja, uma gestão enxuta, com investimentos voltados à atenção e ao desenvolvimento do Município e, principalmente, à qualidade de vida das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu tenho certeza de que ainda teremos oportunidade de falar de eleições em outro momento, mas é preciso dizer que assim como João Dória foi vencedor em São Paulo, o que é uma vitória emblemática para o nosso Partido no Brasil, também em Santa Catarina nós tivemos na vitória desse nosso companheiro na cidade de Criciúma uma vitória emblemática para o PSDB de toda a nossa querida Santa Catarina.

Tenho certeza de que os novos prefeitos vão trabalhar com dedicação, os novos vereadores vão se



empenhar acima de tudo para fazermos a nova política, a política decente, a política voltada para o povo, a política com honestidade – acima de tudo, com honestidade –, varrendo do País a corrupção, a ineficiência, a mentira e a politicagem. Nós queremos um Brasil melhor e vamos tê-lo com certeza.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, pela Liderança do PCdoB, porque o inscrito, Senador Lindbergh, pela Liderança, não estava presente. A Senadora fala agora pela Liderança do PCdoB e faz a permuta com o Senador José Pimentel. Não vindo o próximo orador, que é o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Pimentel falará na sequência da Senadora Vanessa Grazziotin, com esse esclarecimento.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Explico também, novamente, que liderança e comunicação são cinco minutos, mas estou dando dez minutos para todos os Senadores se manifestarem. Então, a Senadora Vanessa também terá os mesmos dez minutos, mesmo que sejam cinco em comunicação de liderança.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar o pronunciamento, Sr^a Presidente, eu quero aqui registrar que acabei de protocolar junto à Mesa um requerimento baseado nos arts. 218 e 221 do nosso Regimento Interno, que requer seja encaminhado, o referido requerimento, um voto de pesar aos familiares, amigos e parentes do Sr. Joaquim Margarido, que faleceu na madrugada desta quarta-feira, Sr^a Presidente, Joaquim Margarido, o respeitado empresário e cofundador de um dos mais importantes grupos de comunicação do Norte do País.

V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, como profissional da Comunicação, sabe o quanto pessoas cultivam amizades - muitas vezes, não, mas quando têm a possibilidade - quando atuam no segmento da Comunicação. Assim foi o empresário Joaquim Margarido, que, repito, faleceu na madrugada desta quarta-feira.

Ele é cofundador de uma das mais importantes empresas e grupos de comunicação da Região Norte do nosso País, que é a Rede Amazônica. Ele faleceu nesta madrugada, aos 86 anos, depois de uma árdua batalha contra o câncer.

O Sr. Margarido nasceu no Rio de Janeiro, mas mudou-se para Manaus no ano de 1974, quando a Rede Amazônica estava em franca expansão. O empresário se mostrou um valoroso esteio para o crescimento do grupo, tendo recebido a incumbência de negociar a sua grade de programação.

Em tão pesaroso momento pela perda de um ente querido, eu quero me solidarizar com os seus familiares, ocasião na qual externo, através do presente voto de pesar, os meus sinceros sentimentos a Sr^a Déa Ribeiro Margarido, esposa de Joaquim Margarido, bem como aos seus filhos Luiz Margarido, Linimar e Carlos Alberto, além dos demais familiares, amigos, companheiros, sobretudo profissionais e trabalhadores da Rede Amazônica de comunicação.

Eu tive a alegria e a satisfação de conhecer o Dr. Margarido, uma pessoa simples, uma pessoa discreta, mas um profissional da mais alta competência. Quero aqui externar a minha solidariedade a todos os servidores da Rede Amazônica de televisão e o faço na pessoa do Sr. Phelippe Daou, porque, além de serem sócios, profissionais que trabalhavam juntos, eram grandes amigos. Então, Dr. Phelippe Daou, receba o meu abraço, receba a minha solidariedade pelo acontecimento.

Sr^a Presidenta, nesse momento, quero dizer que hoje é um dia muito importante para todos nós, um dia muito importante para o País, porque exatamente neste dia 5 de outubro nós estamos comemorando 28 anos da promulgação da atual Constituição de nosso País, que foi denominada por Ulysses Guimarães, no seu célebre discurso no ato da promulgação, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição Federativa, a Constituição representativa e participativa.

Ainda no memorável discurso, Ulysses Guimarães lembrava o caráter coletivo dessa Lei Maior.

Dizia ele:

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar.

Como caramujo guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.

Destacou ainda o Senhor das Diretas, Ulysses Guimarães, que o Brasil era o quinto País... Vejam, senhores e senhoras, Senador Pimentel – V. Ex^a, que foi Ministro da Previdência Social do Brasil –, Ulysses Guimarães fez



questão de ressaltar no discurso, no ato da promulgação da Constituição, o fato de o Brasil ser o quinto País a implantar um instituto moderno de seguridade, com a integração das ações relativas à saúde, à previdência e à assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuem ou não, além de beneficiar 11 milhões de aposentados espoliados em seus proventos.

Sem dúvida, um dos maiores avanços e conquistas da sociedade brasileira foi a nossa Constituição Cidadã reconhecer, pela primeira vez no País, a saúde como um direito social, e não só um serviço público.

O art. 6º é ainda mais abrangente ao estabelecer como direitos sociais, além de saúde e educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados.

Uma Constituição, Srª Presidente, que infelizmente está sob ataque constante daqueles que a veem como um principal obstáculo ao retorno do modelo neoliberal, do Estado mínimo, da prevalência do negociado sobre o legislado e da redução drástica dos direitos sociais.

Eu disse e vou repetir umas tantas vezes aqui desta tribuna que já ouvi Senadores lendo pronunciamentos, fazendo pronunciamentos em que destacavam artigos escritos e publicados na imprensa brasileira que diziam o seguinte: que a nossa Constituição está ultrapassada porque tem muito mais direitos escritos nela do que responsabilidades. Ora, a legislação existe exatamente para isto: para equilibrar os direitos, para garantir àqueles que não têm possibilidades que possam ter uma vida no mínimo digna para si e para toda a sua família.

Nesse sentido, Srª Presidente, eu quero aqui me referir – e assim têm feito vários Senadores e Senadoras – à tal PEC nº 241, também chamada de PEC da Maldade, pois vem cumprir esse papel nefasto, uma vez que congela investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia, investimentos, saneamento básico, meio ambiente, esportes; tudo. Ela congela os gastos públicos por 20 anos.

Para que se tenha um parâmetro, caso a PEC tivesse sido aprovada em 2002, o orçamento da educação, que hoje é de R\$103 bilhões, seria reduzido para meros R\$31 bilhões.

E não adianta virem com aquele discurso de que o Brasil está beirando a falência, que ou isso é feito ou, então, amanhã o Estado brasileiro não terá sequer recursos, Senador Paulo, para pagar o salário do servidor público. Isso não é verdade.

Eles que não se utilizem de inverdades ao se dirigirem ao povo brasileiro, porque isso é, na minha concepção, criminoso contra a população brasileira. Porque vejam o que diz a PEC: essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que limita os gastos públicos, limita tão somente os gastos públicos no social, no investimento de infraestrutura, mas mantém intacta a política financeira de nosso Brasil, não impõe um limite aos gastos financeiros. Esses, sim, deveriam ser limitados. Ou será que acham bonito, acham bom, saudável para a economia pública o Brasil ser o campeão mundial em taxa de juros; o país que cobra a mais elevada taxa de juros do mundo.

E o que isso teria a ver – alguém poderia me perguntar – com gastos públicos? Tem tudo a ver, porque o grande gasto público não está na Previdência Social, não está nos investimentos em saúde, em educação, não está no Programa Minha Casa, Minha Vida. O grande gasto público é para pagar juros e serviços de uma dívida; uma dívida que quanto mais se paga mais se aumenta. Então, não venham dizer que isso é questão de responsabilidade, porque não é. O exemplo está claro, e nós vamos ter tempo. Não o tempo que gostaríamos, mas o tempo necessário para mostrar isso à população brasileira.

Num momento de crise, em que todos reclamam que têm a sua lucratividade caindo, que têm o seu negócio quase beirando a situação falimentar, o que acontece com o sistema financeiro? Bancos cada vez têm lucros maiores. É aí que nós temos que limitar. É exatamente no sistema financeiro, e não na área social.

E aqui eu quero – já concluindo, porque sei que o meu tempo se vai, Senadora Ana Amélia – falar da manifestação belíssima que tivemos no dia de hoje e dizer o seguinte: não adianta o Senhor Michel Temer, um Presidente que não é respeitado pela maioria da população brasileira, que não confia nele – mais de 68% dos brasileiros e brasileiras não confiam nesse Presidente que assumiu o Governo entrando pela porta dos fundos –, dizer que vai fazer uma grande campanha publicitária para explicar o que é a PEC 241, porque a população brasileira não é besta, não é boba, e vai entender rapidamente que essa proposta de emenda à Constituição é para tirar-lhes direito.

Então, nós vamos resistir, ao lado de trabalhadores, de trabalhadoras, da população brasileira, e não permitir que essa proposta de emenda à Constituição seja aprovada.

Volto em outro momento, Presidente, para falar e fazer um balanço das eleições em relação ao meu partido e ao pleito geral.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada,



Senadora Vanessa.

Eu queria me associar à homenagem póstuma ao Sr. Joaquim Margarido, porque conheci o grupo, a sucursal aqui em Brasília, no mesmo prédio onde funcionava a RBS, no Palácio do Rádio. Tive uma convivência não com ele, pessoalmente, mas com a equipe da TV Amazônica. Então, associo-me à homenagem que a senhora, com muita justiça, faz a essa figura notável das comunicações, não apenas para a Região Norte do País, para o seu Estado, o Amazonas, mas também para toda a área de comunicações do Brasil. Associo-me às homenagens.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador José Pimentel, que fez a permuta na inscrição da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente desta sessão, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, hoje, 05 de outubro, nós comemoramos o Dia Nacional da Micro e da Pequena Empresa e, ao mesmo tempo, também a nossa Constituinte.

Portanto, são dois grandes eventos que marcam o Brasil: de um lado, a nossa Constituição, a Constituição Cidadã, trazendo novas regras democráticas, sociais, econômicas e políticas para o Brasil; e a nossa micro e pequena empresa, com todo um arcabouço que foi construído inicialmente pelo Constituinte e, depois, regulamentado.

Com a criação do Simples Nacional, em 2006, nós passamos a ter uma nova marca para a nossa micro e pequena empresa. Até 2006, nós tínhamos 1,337 milhão de micro e pequenas empresas no Brasil formalizadas, e hoje estamos com 11,3 milhões de micro e pequenas empresas formalizadas no Brasil, uma demonstração de que os próprios números falam pela segurança jurídica, pela melhor organização para os pequenos no Brasil. E esse sistema permite hoje que mais de 90% desses 11,3 milhões de micro e pequenas empresas sejam formais em nosso País.

Ao mesmo tempo, nós temos hoje nessas empresas 52% de todos os empregos com carteira assinada. Ou seja, junto à micro e à pequena empresa temos mais da metade dos brasileiros com carteira assinada, recebendo os seus salários, enquanto que as empresas fora do Simples têm apenas 48% dos empregos formais.

Nesse período de dez anos de existência do Simples Nacional, da Lei Complementar nº 123 para cá, as micro e pequenas geraram 12,1 milhões de empregos a mais, enquanto as empresas fora do Simples tiveram uma diminuição de 194 mil empregos. Ou seja, enquanto as micro e pequenas geram empregos, as médias e grandes, lamentavelmente, são as grandes desempregadoras do nosso País.

Se formos para o mundo da remuneração, as micro e pequenas são responsáveis por 41% de toda a massa salarial no Brasil. Mas o que chama mesmo a atenção, nobre Senadora Ana Amélia, é que esse mundo que emprega, que paga salário, que gera emprego tem apenas 27% do Produto Interno Bruto. Aquelas que desempregam, aquelas que não têm maior preocupação social para com o Brasil têm 73% do produto interno brasileiro. Essas para as quais nós precisamos ter um olhar todo especial, que geram emprego – volto a registrar –, que pagam salário, têm apenas 27% do Produto Interno Bruto. E nós precisamos criar o ambiente para que as micro e pequenas empresas no Brasil possam chegar, no mínimo, a 50% do Produto Interno Bruto, como têm hoje 52% da geração dos empregos no Território nacional.

Dentro dessa visão de construir esse ambiente, na Frente Parlamentar Mista de que a ampla maioria dos Senadores e das Senadoras faz parte, nós conseguimos criar um ambiente político em que, independentemente das nossas diferenças partidárias, nessa questão da micro e pequenas empresas, votamos sempre por unanimidade.

Eu tive o privilégio de ser o primeiro Líder da Frente Parlamentar e seu Presidente no período de 2004 para cá. E esse feito não é marca de um ou outro Parlamentar; é uma marca da Frente Parlamentar, da forma como ela dialoga com esse segmento da economia; da clareza que o Congresso Nacional tem da importância da micro e da pequena empresa e do empreendedor individual para nossa economia.

Em um país continental como é o Brasil – nós somos a quinta população do Planeta –, para atender às várias demandas, seja no setor de serviços, da indústria, do comércio, dos vários segmentos que geram emprego neste País, é necessário que o Congresso Nacional tenha essa visão. Foi por isso que essa sétima mudança feita no Simples Nacional de 2006 para cá, a exemplo das anteriores, foi aprovada por unanimidade aqui no Senado Federal e, em seguida, na Câmara dos Deputados.

Evidentemente, essa sétima mudança traz uma série de regras novas no que diz respeito à inclusão de vários setores da nossa economia, particularmente dos produtores de vinho da sua Região, Senadora Ana Amélia. V. Exª ao lado de vários outros Senadores e Senadoras sempre pautaram esse tema, mas sem se esquecerem também da produção de vinho em outras Regiões do Brasil, a exemplo do Nordeste – a região de Petrolina e também a região de Sobral, lá no Estado do Ceará, já são produtoras de vinho e contribuem com



esse segmento, que é de suma importância para toda nossa economia.

Ao mesmo tempo, permite essa sétima alteração que o agronegócio familiar, o pequeno produtor, o chamado integrado na cadeia produtiva – seja do leite, da carne, do porco, do cabrito, dos vários produtos –, agora possa se formalizar sem perder a sua condição especial de beneficiário da Previdência Social. A avaliação que se faz com essa mudança é que algo em torno de 4 milhões de pequenos agricultores da agricultura familiar possam se formalizar.

E eles, que hoje têm muita dificuldade para participar das compras governamentais, das vendas para o Município, da merenda escolar, da alimentação para unidades de saúde públicas e de uma série de outros segmentos, através da política de antecipação da produção, agora, ao se formalizarem como empreendedores individuais, poderão emitir a nota fiscal da sua comercialização. Com isso, não terão mais a perseguição por parte dos fiscais, que questionavam a edição dessas notas fiscais compradas na própria prefeitura.

Aqui, também, nós estamos criando um ambiente para que possamos renegociar a dívida das micro e pequenas empresas. Agora, no final do mês de setembro, a Receita Federal do Brasil editou uma notificação para 670 mil micro e pequenos empreendedores, micro e pequenas empresas que têm algum tipo de dívida para confisco do Município, que é o ISS, para confisco do Estado, que é o ICMS, e para com a União – são seis impostos federais.

Por ter alguma dificuldade no seu pagamento, elas estão sendo comunicadas de que, a partir de 1º de janeiro de 2017, serão excluídas do Simples Nacional. Essas empresas todas iriam falir, se o Congresso Nacional não tivesse aprovado um parcelamento dessas dívidas em até 120 meses. Cabe a nós criar um ambiente de diálogo com as Receitas Federais, com o Confaz, que conduz os secretários estaduais de Fazenda, para que nós não tenhamos nenhuma micro e pequena empresa excluída do Simples, porque isso vai aumentar o desemprego no Brasil.

É exatamente por isso que estamos concluindo essa fase da sétima negociação e já iniciando a negociação de dois outros itens que ficaram de fora desse processo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Um deles é a atualização das faixas de enquadramento das micro e pequenas empresas, porque desde 2012 que essas faixas estão congeladas, a inflação soma hoje 32% e a carga tributária das micro e pequena empresas está tendo idêntico, igual aumento. Isso implica o chamado imposto inflacionário, e nós precisamos criar um ambiente para que possamos fazer essa atualização, como já fizemos em vários outros momentos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Lembro que a Câmara Federal, quando votou essa atualização, havia feito a correção da tabela. Lamentavelmente, mudou-se o Governo, e a Receita Federal não aceitou a atualização dessa tabela.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com isso, esses 11,3 milhões de micro e pequenas empresas formais estão tendo um aumento, lamentavelmente, de 32% da sua carga tributária, a partir de janeiro de 2017.

Nós precisamos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... Sr. Presidente, urgentemente, aprovar a atualização do Simples Nacional, para que não façamos essa malvadeza com quem gera empregos, com quem gera negócios e que atualiza a economia brasileira.

Ao mesmo tempo, nós precisamos impedir a substituição tributária feita pelo Confaz, pelos governos estaduais, no que diz respeito ao ICMS. Isso retira todas as conquistas que as micro e pequenas têm no custo do ICMS estadual. Isso é um crime, porque é uma burla à lei federal. Já tivemos com o Confaz vários diálogos. Alguns itens conseguimos excluir da substituição tributária, e precisamos agora também, nessa oitava atualização da lei geral, pautar essa matéria para fazer justiça tributária a quem gera emprego, a quem gera riqueza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Pimentel, a Sr^a. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Encontra-se na Casa o Sr. José Eleonildo Soares, primeiro suplente do Senador Roberto Rocha, da representação do Estado do Maranhão, convocado em virtude de licenciamento do titular.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma que será publicado na forma regimental e demais documentos exigidos por lei.

Designo a comissão formada pelos Srs. Senadores Magno Malta e Ivo Cassol para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. José Eleonildo Soares é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Presidência solicita que todos permaneçam em posição de respeito. (Pausa)

O SR. JOSÉ ELEONILDO SOARES (PSDB - MA) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. José Eleonildo Soares, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa, adotando o nome parlamentar Pinto Itamaraty, conforme comunicação de filiação partidária e nome parlamentar, que será publicado em termos regimentais. (Vide item 2.1.1 do sumário)

Como ele é do PSDB, acho que vai ser tucano Itamaraty!

Quero dar as boas-vindas ao Senador e desejar um bom recesso ao nosso nobre Senador Roberto Rocha.

Está declarado empossado.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com alegria que dou as boas-vindas ao nosso novo Senador, com o nome político Pinto.

Seja bem-vindo. Ao mesmo tempo, é tucano. Então, o bico está grande!

Seja bem-vindo. Desculpe-me Senador. É uma alegria tê-lo aqui em nossa Casa.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar também os nobres colegas, Senadores e Senadoras, e alternar os meus cumprimentos e a minha gratidão a todos os amigos e a todas as amigas que estão nos quatro cantos deste rincão brasileiro, especialmente no meu querido e amado Estado de Rondônia, e agradecer esse carinho especial que essas pessoas sempre tiveram quando me receberam nesta caminhada, por pouca que eu fiz, nesse pleito eleitoral, mas agradecer o carinho especial com que a população me recebeu nas suas casas, cumprimentando-me e me abraçando, passando essa energia positiva. Agradeço também aquelas amigas e aqueles amigos que sempre vão à igreja ou, mesmo em casa, nas suas orações, sempre têm pedido ao nosso Pai celestial por nós.

Obrigado, de coração!

Enão poderia aqui deixar de agradecer especialmente aos nossos Prefeitos eleitos no Estado de Rondônia: o nosso Prefeito de Cerejeiras, Airton Gomes, que foi reeleito e vem fazendo um grande trabalho; ao Prefeito Hélio Mendes, de Nova Brasilândia, também o nosso abraço; ao Prefeito de Santa Luzia, da nossa cidade; a Nelson do Posto, também o nosso abraço, o nosso obrigado; ao Luizão do Trento, que foi reeleito na cidade de Rolim de Moura, também renovando 100% os vereadores daquela localidade – espero que os vereadores de Rolim de Moura, agora eleitos, os novos vereadores, economizem no mínimo de 40% a 50% do repasse que vai para aquela Câmara Municipal, dando exemplo de economia –; ao Prefeito Célio, ex-Prefeito de Urupá, reeleito agora para mais um pleito; ao Célio Lang, o nosso abraço e o nosso obrigado. A outro empresário também Carlos Borges, popular Móveis Brasil, de Alta Floresta, eleito Prefeito neste último domingo.

Também ao empresário madeireiro Anildo, do Vale do Anari, nosso parceiro de todas as horas, também eleito Prefeito; e voltou de novo para a política Nilton Caetano, ex-Prefeito da cidade de Espigão do Oeste, e, então, deixo-lhe o meu abraço; ao Vice-Prefeito de Costa Marques, Amaury Arruda, do nosso Partido também, Vice do Mirandão; ao Município de Cacoal, uma das maiores cidades também do Estado de Rondônia, onde a Prefeita eleita é a Deputada Glaucone e o Vice é Cirone da Tozzo; em Primavera de Rondônia, Ronilton é o Vice do Eduardo Bertolletti; também de Pimenteiras a Valéria, que é Vice do Vino. Elegemos também 47 vereadores.

Também é uma alegria dizer, Sr. Presidente, que nós estamos disputando as eleições da capital, onde o candidato do nosso grupo do PTB é o Deputado Léo Moraes, filho de Paulo Moraes, que foi meu Secretário de Segurança do Estado de Rondônia. À sua mãe, que também é uma guerreira no meio político, quero



deixar o meu abraço também, mãe do Léo, que é uma política nata. E, ao mesmo tempo, quando eu falo do ex-Deputado e ex-Secretário Paulo Moraes, que Deus o acompanhe onde está, mas, com certeza, está aí acompanhando os passos do seu filho!

O nosso candidato é o candidato a Vice, o Dr. Amado, que foi nosso Diretor do Hospital de Base de Porto Velho. É um homem público, companheiro de todas as horas. Alguns profissionais podem até reclamar do Dr. Amado, mas, com certeza, Dr. Amado, essa luta sua sempre foi para atender ao público, para atender à população.

Aqui eu queria aproveitar para, além de mandar o meu abraço para toda a população da capital, mais especialmente, Dr. Amado, no seu nome, que é o candidato a Vice dessa chapa do Léo Moraes, de Porto Velho, para o segundo turno, ao mesmo tempo dizer a todos os amigos e a todas as amigas do Baixo Madeira, de Calama, dos demais Distritos, de Santa Catarina e de tantos outros do Baixo Madeira, também cumprimentar os meus amigos de Nova Califórnia, divisa com o Acre, meus amigos de Vista Alegre, também na região de Extrema, do Distrito de Extrema, do Distrito de Jaci-Paraná – são todos Distritos da capital de Porto Velho –, de União Bandeirantes e também de Rio Pardo e de Marco Azul. Digo para esses meus amigos e para minhas amigas que a política em Porto Velho não acabou – nós estamos disputando no segundo turno – e que este Senador e ex-Governador do Estado de Rondônia, que sempre defendeu essa região do Baixo Madeira, desse povo mais sofrido de Extrema, colocando máquinas e equipamentos para fazer hora-máquina, para fazer estradas naqueles locais abandonados pelo Executivo municipal, fazendo saúde em Extrema com o hospital do Estado lá presente, e não é diferente em União Bandeirantes, que essa luta, essa briga que eu tive foi para defender aquelas pessoas que foram lá para buscar esse espaço, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo, em Rio Pardo, permutamos aquela área e até hoje o governo do Estado nem a prefeitura se preocuparam em defender vocês e de Marco Azul.

Digo para todos vocês que eu estou junto com Léo Moraes, eu estou junto com o Dr. Amado. E aqueles que puderem me acompanhar nesse projeto futuro, com certeza, tanto o Léo Moraes como o Dr. Amado fazem parte desse projeto, fazem parte desse trabalho para que a gente possa ter, lá na frente, o resultado positivo.

Ao mesmo tempo, queria aqui aproveitar nesta oportunidade, especialmente neste dia especial, Sr. Presidente, neste mês especial, em atenção ao nosso importante Outubro Rosa. O que significa Outubro Rosa?

Significa um alerta sobre a prevenção do câncer de mama.

E aproveito o ensejo para comentar sobre o início da segunda fase dos testes clínicos da fosfoetanolamina. O que é a fosfoetanolamina? Não é nada mais, nada menos do que a pílula do câncer, que defendi aqui, na tribuna do Senado, nas Comissões, onde aprovamos uma lei, que está suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o que mais me deixou alegre, feliz e satisfeito foi saber que, por onde andei, no Estado de Rondônia, nesses dias, a população me abraçava e dizia: "Cassol, não desista da luta pela pílula do câncer, da fosfoetanolamina!"

E tivemos a feliz notícia de que, durante a primeira fase, o composto demonstrou ser seguro. Portanto, o resultado positivo divulgado pelo Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo), anunciado nesta quarta-feira, vem apenas reforçar a nossa luta pela liberação do composto em nível nacional, diante da suspensão pelo Supremo Tribunal da Lei nº 13.269, aprovada por esta Casa e sancionada ainda pela Presidente Dilma Rousseff. E foi a Associação Médica Brasileira que entrou com esse processo, prestando um desserviço para a população. Com certeza foi um desserviço para a sociedade, porque o Ministério de Ciência e Tecnologia, Sr. Presidente, já tinha, em suas pesquisas, dito que não havia nada que pudesse prejudicar, que é seguro, agora, vem se confirmar pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

Assim, como Parlamentar, cidadão eminentíssimo, defensor do direito à vida, gostaria de solicitar e sensibilizar todo o Supremo Tribunal Federal, seus Ministros e Ministras em relação à fosfoetanolamina, que tem se revelado como um sopro de esperança a milhões de brasileiros portadores de câncer por este Brasil afora.

E, nesta última segunda-feira, Sr. Presidente, assisti a um filme na Globo que contava a história de dois jovens com câncer que viveram um amor...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... mesmo nos últimos momentos de vida. Aquilo foi uma prova de luta de tantos jovens que há no Brasil afora, sem contar os idosos, de meia-idade, criança, que querem continuar com seus familiares e terem uma esperança de vida. Então, sensibilizou-me esse filme na segunda-feira, à noite, na Tela Quente. Mas não só por isso, quero pedir aqui a toda a sociedade, especialmente, para os profissionais liberais da área de saúde, Sr. Presidente, que não desistam e não deixem como está!

Por que estou, mais uma vez, nesta luta em busca dessa realidade e dessa conquista? Eu gostaria que o Presidente me desse mais alguns minutos também, porque meu tempo já está se encerrando, porque, em



cinco minutinhos, consigo completar meu discurso. (*Pausa.*)

O.k., obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, essa luta que comecei no mês de agosto do ano passado, há, praticamente, um ano e um mês, dois meses, quando a fosfoetanolamina era simplesmente uma descoberta do cientista Gilberto, do Renato, do Otaviano, de tantos outros, que estavam, na verdade, enclausurados.

E fui a São Carlos, conversei com os pesquisadores, conversei com os pacientes. E ouvi deles não um relato, Sr. Presidente. Ouvi deles sabe o quê? Depoimentos de uso, como o da Margarete e de tantos outros pacientes. E também no meu Estado o resultado foi extraordinário.

Digamos que, entre dez dessas pesquisas que o Instituto do Câncer de São Paulo fez, quatro tenham dado certo. Digamos que uma só tivesse dado certo. Se uma vida só tivesse sido salva já teria sido suficiente.

Sem contar também que a fosfoetanolamina tira a dor. Pela menos, a pessoa que não consegue mais reverter a doença, o câncer, consegue morrer com dignidade. Na verdade, o paciente de câncer, mesmo com injeções, com remédios para evitar a dor, muitas vezes, não consegue evitá-la. Com a fosfo tem acontecido isso.

Mas já a temos como um medicamento, como um complemento, como uma droga – como a chamam – segura, Sr. Presidente, isso já dá uma segurança para aqueles profissionais que entraram na Justiça contra a lei do Congresso Nacional, de Deputados e Senadores, e para que ela se torne uma realidade. E esse pedido especial que queria fazer aos Ministros. Até agradeço aos Ministros, porque, quando foram julgar a constitucionalidade, em vez de julgá-la inconstitucional, simplesmente a suspenderam. Suspenderam para dar uma alternativa, para dar uma oportunidade.

Esses profissionais, esses médicos, essa Associação Médica que entrou na Justiça deveria lembrar uma coisa: nós não somos eternos. Quem nos garante que, amanhã, a vítima não seremos nós? Quem nos garante que, amanhã, não será a nossa família que estará precisando de um tratamento alternativo, fora a quimioterapia e radioterapia?

E olha, gente, vou ser sincero com vocês: pior do que quimioterapia e radioterapia não existem. O câncer mutila a família. Por que mutila a família? Porque retira do meio de convivência a pessoa diagnosticada com câncer. Ela fica mutilada, ela fica isolada dos amigos, familiares e, portanto, da sociedade também.

Então, nós temos de ter uma alternativa. Não basta só a fosfoetanolamina. Qualquer outro conhecimento novo que vier, qualquer outra descoberta que vier, temos de ter como opção.

O direito à vida está na Constituição, e cada um de nós pode lutar por ela. O que nós não podemos e ser escravos da burocacia; o que nós não podemos e ser escravos do sistema de interesses financeiros, daqueles que só visam ao lucro, e não visam, na verdade, defender a vida.

Graças a Deus nem eu nem ninguém de minha família hoje está precisando da fosfoetanolamina, mas já tive uma tia com câncer e sei do sofrimento por que ela passou. Ao mesmo tempo, quem me garante que amanhã, daqui a uns dias, daqui a uns anos, de repente, alguém da minha família precise? Então, minha luta como Senador da República, como pai, como filho e como avô é pela vida, é pelas pessoas. Disso não vou abrir mão. Vou, com certeza, Sr. Presidente, até o final.

É neste Outubro Rosa, neste mês especial, que queria sensibilizar todos os oncologistas, que queria sensibilizar a Associação Médica. Retirem esse processo, retirem esse processo! Deixem essas pessoas portadoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... de câncer utilizarem essas alternativas de tratamento que há hoje como um sopro de vida, mesmo que não faça o efeito esperado! Só a expectativa de tentar já vale a pena. E esta a minha reivindicação; é este o meu pedido.

Aqui, Sr. Presidente, para encerrar, queria aproveitar a oportunidade e pedir a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, a todos os que estão me ouvindo e a todos os que estão me acompanhando, a todos aqueles que acompanham meus passos, àqueles amigos e àquelas amigas aqueles amigos e aquelas amigas que sempre ligam a televisão, a TV Senado, ou mesmo ouvem a Rádio Senado ou acompanham, por alguma mídia nacional ou alguma mídia estadual ou mesmo pela mídia local... Quero agradecer esse carinho especial que vocês têm depositado na pessoa do Senador Ivo Cassol, nesse parceiro, ex-Prefeito de Rolim de Moura, ex-Governador do Estado de Rondônia, mas defensor da vida aqui na tribuna desta Casa, aqui em Brasília.

Foi aqui neste plenário, Sr. Presidente, que nós demos visibilidade à fosfoetanolamina. V. Ex^a me ajudou, como também os Senadores Cristovam Buarque, Hélio José, Dário Pereira, Blairo Maggi, Moka, a Senadora Ana Amélia; o Senador do nosso Mato Grosso do Sul por Rondonópolis, o Senador Medeiros; como tantos outros ajudaram nessa luta, ajudaram nessa briga.



Tantas pessoas por onde eu passo, ou aqui mesmo, falam: "Cassol, como é que eu faço para conseguir o medicamento, como é que eu faço para conseguir esse composto, qual é o caminho?" E eu só digo: o caminho é um só, é a Justiça.

É só você ligar no meu gabinete, no (61) 3303-6328 ou 6329, e falar com a Dra Mariana, que é advogada. Ela estava em São Carlos e foi a primeira advogada que entrou na Justiça. Coloquei-a no meu gabinete para que ela acompanhasse, ajudasse e defendesse todos esses portadores de câncer, que precisam de um apoio, precisam de uma indicação e precisam também que nós, o gabinete, acompanhemos esse processo judicial, que a Associação Médica é contra.

Portanto, nós estamos lutando, nós não desistimos. Por mais que alguém, de repente, tenha até ficado apreensivo... "Por que o Senador Cassol se calou nos últimos tempos?" Quero dizer a vocês que nós estamos na Corte Máxima do nosso País, que é o Supremo Tribunal Federal. Lá é a última instância.

Então, nós precisamos usar todos os argumentos que temos para provar o contrário e, ao mesmo tempo, que o Supremo dê um tempo maior. Nós também temos hoje, neste Outubro Rosa, neste dia especial, o resultado positivo do Instituto do Câncer de São Paulo.

Como disse, a pesquisa, feita com dez pacientes, agora vai passar para 200 pacientes, a partir do começo do mês que vem. Essa pesquisa não faz mal à saúde, o uso dela não faz mal.

Portanto, gente, se não faz mal o uso dela, por que nós proibirmos? Por que proibir quem já está marcado para morrer, quem já está diagnosticado com câncer? Lógico que o tratamento alternativo, Sr. Presidente, já, de alguma maneira, contribui.

Mas eu quero dizer o seguinte: todos aqueles que vierem, novos, ou aqueles que existem, nós não podemos desperdiçar. Só quem tem alguém dentro da família sabe o valor e a necessidade de usar todos esses medicamentos, todos esses tratamentos alternativos, com um só propósito: que aquela pessoa diagnosticada com câncer, independentemente do local ou de que câncer tem, perpetue, continue – mesmo doente ou diminuído, ou mesmo com controle da doença – entre seus amigos, continue entre seus familiares, continue entre a sociedade onde aquela pessoa vive.

Para encerrar essas palavras, eu quero agradecer o tempo que V. Ex^a me concedeu e concluir os amigos do Brasil afora, os amigos não só de Rondônia, mas de todos os Estados da Federação que estão me assistindo, para fazermos uma corrente, para, juntos, na igreja ou mesmo em casa, em nossas orações, pedirmos a Deus que a Associação Médica Brasileira, que estava preocupada com a segurança do medicamento – digamos que era isso, mas não era, pois estava preocupada com o faturamento, quanto teria no final do mês ou quanto ganharia no tratamento...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ...esquecendo que amanhã as pessoas podem precisar de um tratamento alternativo. Para que deixar essa descoberta vir do Paraguai ou de outro país quando pode ser utilizada a daqui? Vamos juntos, na igreja, em casa, onde você estiver, especialmente os alunos, os acadêmicos de várias universidades brasileiras que estão aqui presentes, fazer essa corrente. Vamos todos, as crianças e os jovens, os adultos e os idosos, num só propósito, pedir a Deus que abençoe todos os pacientes diagnosticados com câncer, para que Deus possa abençoar e que possamos ter mais alternativa com a fosfoetanolamina liberada para os pacientes com câncer utilizarem esse medicamento para tratamento da sua saúde e poderem continuar entre os amigos e entre a sociedade.

Um abraço.

Obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

(Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Eu, agora, vou fazer uso da palavra. O Senador José Medeiros vai assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador José Antônio Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, no último domingo, o Brasil foi às urnas e mostrou uma grande revolta com a classe política, com um número de abstenção altíssimo no País inteiro e um descrédito dos políticos e da política Brasil afora.

Eu penso, Sr. Presidente, que nós precisamos fazer uma reforma política profunda e urgente, que não pode se atentar por um pontinho ou outro pontinho apenas, não pode ser uma coisa apenas cosmética, para dizer que está fazendo uma coisinha aqui. É preciso mudar o sistema político. A população hoje não acredita em política, algo que é tão importante na vida de todos nós, uma atividade que é nobre. A população não acredita em política, e isso é culpa dos personagens, por desvios éticos inaceitáveis, mas também é culpa do sistema. Então, nós precisamos mudar o sistema e precisamos fazer uma reforma política profunda.

Eu protocolei nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, um conjunto de PECs (propostas de emenda à Constituição) e projetos de lei para mudar o nosso sistema político. São propostas objetivas que mudariam esse sistema. Elas, na minha opinião, aproximariam os eleitos dos eleitores e tornariam a política mais acessível ao cidadão comum.

Eu gostaria de ver essas propostas sendo votadas. Vai ser muito triste eu chegar ao final do meu mandato aqui, como Senador, e não ter essas propostas votadas aqui neste plenário. Se elas vão passar ou não, isso faz parte da democracia; é da consciência de cada Parlamentar dizer se ele concorda ou não; isso faz parte do processo democrático. Agora essas propostas não serem votadas é que é para mim algo inaceitável.

Quais são essas propostas, Sr. Presidente? Todas foram protocoladas na minha primeira semana como Senador aqui, nesta Casa.

A primeira delas é a PEC 3, de 2015, que proíbe os Parlamentares de se reelegerem mais do que uma única vez, para dar chance a outros, para o sistema ser constantemente oxigenado, renovado. Quando a pessoa fica muito tempo em um cargo, ela começa a se achar proprietária desse cargo e vai se esquecendo de que ela é apenas um representante. É importante dar chance a outras pessoas. Hoje, o acesso à política não é fácil. Eu mesmo levei três eleições para conseguir ter um mandato de deputado distrital aqui, no Distrito Federal. Eu perdi a primeira, perdi a segunda, eu só ganhei na terceira, para entrar na política da forma mais limpa e com toda a dignidade que alguém pode entrar. É preciso tornar o sistema mais acessível ao cidadão comum. Então, temos que limitar o número de reeleições. A pessoa entra, dá uma contribuição e depois abre espaço para outro. Então, a primeira proposta é essa que proíbe os Parlamentares de se reelegerem mais do que uma única vez.

A segunda proposta é a proibição de reeleição para cargos executivos, também para dar chance a outras pessoas. Agora, é moda no Brasil as pessoas falarem assim: "Ah, mas um mandato só? Em um mandato só, ninguém consegue fazer nada". Ora, que desculpa! Juscelino Kubitschek, que construiu esta cidade em que nós todos estamos, só teve um mandato e construiu uma cidade; ele foi Presidente de 1955 a 1960 apenas.

A terceira proposta é a que institui o voto facultativo, acabando com o voto obrigatório no Brasil. Hoje muitas pessoas votam sem fazer a reflexão devida que esse gesto precisa e merece. Acabam votando em qualquer um; às vezes, votam no mais conhecido que quase sempre é o que gastou mais dinheiro para ficar mais conhecido, o que tem mais propaganda. O voto facultativo, além de mais democrático, vai obrigar também a classe política a ter um outro tipo de postura, a ter que fazer um trabalho de base, de convencimento de ideias e de prestação de contas dos mandatos, porque só o convencimento dessas ideias vai levar o eleitor às urnas.

A proposta que proíbe os Parlamentares de se reelegerem mais do que uma única vez é a PEC 3 de 2015; a que proíbe reeleições para o Executivo é a PEC 4 de 2015; a que institui o voto facultativo é a PEC 10 de 2015; todas tramitando na CCJ desta Casa.

A quarta proposta é a que institui o voto distrital no Brasil, dividindo-se as unidades da Federação, os Estados, em distritos, e cada distrito passando a eleger um Parlamentar. Isso vai aproximar o eleito do eleitor e o eleitor do eleito; vai facilitar a fiscalização do mandato do eleito, porque vai bastar aquela região fiscalizar um Parlamentar apenas; vai exigir que ele tenha que prestar contas constantemente do que está fazendo; vai baratear o custo de campanha. Hoje, uma pessoa, para ser candidata, tem que fazer campanha em todo o Estado; só quem tem muito dinheiro, estrutura para fazer isso. Aqui, no Distrito Federal, que é deste tamanhinho, já é difícil a pessoa fazer campanha na Ceilândia, depois ir para o Gama e Santa Maria, depois ir para a saída norte, para Planaltina e Sobradinho. Imagina no Estado de São Paulo, onde a pessoa ter que fazer campanha em Presidente Prudente, em Bauru, na cidade de São Paulo, em Campinas e em Ribeirão Preto. Isso favorece quem tem dinheiro, quem tem estrutura. Quando se diminui a área geográfica da campanha, torna-se a política mais acessível ao cidadão comum. E isso vai facilitar o debate. Nós tivemos, na última eleição para Deputado Federal no Estado de São Paulo, 1.231 candidatos. A pessoa fica o tempo todo tentando ficar conhecida. Ela não consegue nem ficar conhecida, que dirá suas ideias e seus compromissos. Nós tivemos aqui, no Distrito Federal, 980 candidatos a deputado distrital. Então, reduzindo a área geográfica da campanha, nós



facilitamos o acesso do cidadão comum à política e dificultamos o uso e o abuso do poder econômico, porque fica mais fácil para o cidadão fiscalizar quem é que está fazendo uma campanha desproporcional.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – A quinta proposta...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu só queria aproveitar – já estão saindo daqui – para registrar a presença dos funcionários da empresa americana Bristol-Myers Squibb. Eles estão fazendo um treinamento cívico e estão nos visitando. Eu só queria parabenizar pela visita e agradecer.

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – A quinta proposta é a proposta que institui um sistema de revogabilidade de mandatos. A pessoa, para ser candidata, passa a ter que registrar na Justiça Eleitoral suas propostas e compromissos. A Justiça Eleitoral, por sua vez, publicaria essas propostas e esses compromissos no seu site, na internet. Durante todo o mandato, o eleitor poderia acompanhar essas propostas e compromissos. Se, em algum momento, o eleito contrariasse frontalmente qualquer dessas propostas e desses compromissos registrados, ele perderia o mandato.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Qualquer eleitor poderia entrar com uma ação e pedir o mandato dele de volta. Isso vai fazer com que, primeiro, as promessas caiam; segundo, com que os eleitores passem a exigir dos candidatos compromissos objetivos. Um candidato a deputado que diga ser contra o aumento da carga tributária e que, eleito, vote um aumento de imposto ou uma criação de um novo imposto perderia o mandato, porque ele contrariou frontalmente algo a que ele se propôs a fazer. Com um candidato a governador que diga que vai construir um hospital em tal região, o eleitor vai exigir: "Vai entregar quando? Com quantos leitos?" E ele vai ter que cumprir exatamente aquilo a que ele se propôs. Essa é uma proposta de respeito ao eleitor. Se não cumprir, perde o mandato. Alguém pode dizer: "Ah, mas isso vai tornar o sistema maluco". Não, maluco, não. Maluco é hoje, em que as pessoas se elegem com algumas propostas e, nos seus mandatos, esquecem-se dessas propostas e desses compromissos. É preciso ter respeito ao eleitor. Então, essa é a quinta proposta, a PEC 8, de 2015.

A sexta proposta é a que institui uma padronização das campanhas, é o PLS 36, de 2015. A Justiça Eleitoral faria licitações, a gráfica que ganhar imprimiria o panfleto de todos os candidatos àquele determinado cargo, naquele determinado lugar, com igual formato, igual quantidade para todos. A pessoa vai ter que ganhar no conteúdo, na proposta. A Justiça Eleitoral pagaria diretamente o fornecedor, a gráfica, e o candidato receberia apenas o material. Não iria dinheiro nem para o partido nem para o candidato. Ele receberia o material para divulgar as suas ideias. A produtora de televisão que ganhasse a licitação gravaria o programa de todos os candidatos àquele determinado cargo naquele determinado lugar. Seria o mesmo fundo, seria o mesmo tempo de televisão. O candidato teria que ganhar ali no convencimento, no conteúdo, nas propostas. Nós teríamos eleições, pelo menos, menos desiguais do que as que nós temos hoje.

A sétima proposta é a que possibilita uma pessoa ser candidata sem filiação partidária, sem precisar estar filiada a um partido político. Hoje um conjunto enorme de brasileiros não se considera representado em partido político nenhum. É justo e democrático que essas pessoas também possam ser votadas. Se o Congresso Nacional tem que representar a diversidade de pensamentos que existem na sociedade brasileira e se, na sociedade brasileira, uma grande parcela dessa sociedade não acredita em partido político nenhum, é justo e democrático que essas pessoas também possam ser candidatas, colocar as suas ideias. Um único filtro que eu coloco é que a pessoa para ser registrar como candidata sem filiação partidária tenha que recolher 1% de assinaturas daquele eleitorado que ela vai disputar. Aqui, no Distrito Federal, por exemplo, há 1,9 milhão eleitores; com 19 mil assinaturas, uma pessoa poderia ser candidata a deputado distrital ou a Deputado Federal sem filiação partidária. Essa é a PEC 6, de 2015, também protocolada na minha primeira semana como Senador.

A outra proposta é a PEC 5 de 2015, que decreta perda de mandato para alguém que se eleja para um cargo legislativo e vá ocupar um cargo no Executivo, para alguém que se eleja deputado e depois vá ser secretário de Estado ou ministro. Hoje, em várias prefeituras e também em alguns Estados, os governadores e os prefeitos se utilizam de colocar pessoas no secretariado para encher as Assembleias Legislativas e as câmaras vereadoras de suplentes, porque, assim, eles controlam melhor os Poderes Legislativos. Isso vai contra o princípio da Constituição Federal que diz que os poderes são independentes. Essa não é uma boa prática para democracia, não é uma boa prática para o contribuinte, que perde a independência de um Poder, e não



é correto com o eleitor, porque, se a pessoa se candidata para um cargo, ela tem que ocupar aquele cargo que ela se propôs a ocupar.

Eu não estou propondo nada original. Quando o Presidente Barack Obama se elegeu Presidente dos Estados Unidos pela primeira vez, ele convidou a então Senadora pelo Estado de Nova York, Hillary Clinton, para ser Secretária de Estado, que é o equivalente a Ministro das Relações Exteriores aqui no Brasil. E ela, para ser Secretária de Estado, teve que renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York. A pessoa não pode estar um dia no poder fiscalizador, em outro dia no fiscalizado, depois voltar para o fiscalizador, depois voltar para o fiscalizado. Muitas vezes, ele volta ao mandato por apenas um dia para votar um projeto de interesse do governo. Isso é uma promiscuidade. Tem que ter respeito à vontade do eleitor.

Apresentei esse conjunto de propostas objetivas, Sr. Presidente, que, na minha opinião, mudariam a cara da política deste País, tornariam a política mais acessível ao cidadão comum, diminuiriam a área geográfica da campanha, facilitariam um processo de renovação, de que a política seja vista como um serviço, como ela é, e não como uma profissão.

Gostaria de ver essas propostas sendo debatidas e votadas nesta Casa. Esse sistema que está aí é um sistema maluco, é um sistema em que a pessoa é dona do voto dela até o momento em que ela coloca o voto na urna. A partir daí, tudo pode acontecer com o voto dela. Ela pode votar em alguém para Deputado e eleger alguém que ela detesta; alguém com menos votos pode se eleger e alguém com mais votos pode não se eleger. Isso não é correto. É até difícil de explicar para as pessoas.

O nosso sistema político é um sistema político que, com raras exceções, só elege alguns tipos de pessoas: ou empresário com muito dinheiro, ou um representante dele para representar o interesse ali, ou alguém que vai representar um segmento específico da sociedade, ou uma categoria profissional – agora até uma religião –, ou aquele que ocupa um cargo no Executivo, uma secretaria, e, pelos cargos que nomeia ali, ele consegue ter uma base para se eleger depois como Parlamentar.

Agora, o espaço para quem quer entrar na política para debater ideias, para representar ideias, é restrito, e é esse espaço que tem que ser ampliado, porque esta aqui é uma Casa de debates que representa a população brasileira. Esta aqui tem que ser uma Casa que debata ideias, que represente ideias e não interesses, como muitas vezes a gente vê hoje.

Apresentei essas propostas objetivas e gostaria de vê-las sendo votadas. Muita gente fala: "mas os Parlamentares não vão votar contra o sistema que colocaram eles lá". Vamos colocar em votação. Cada um coloca o seu posicionamento. Mas essas propostas não serem votadas, é algo que não posso aceitar.

Além dessas propostas, Sr. Presidente, apresentei algumas também que visam a incentivar a democracia direta. Temos que ter mais democracia direta. A nossa democracia representativa está falida. Propus aqui a PEC nº 8, de 2016, que foi aprovada na CCJ e está para ser pautada aqui no plenário. Foi aprovada lá na Comissão de Constituição e Justiça e está esperando para entrar na pauta aqui do plenário. A PEC nº 8, de 2016, dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular. Eles passam a trancar a pauta se não forem votados em até 45 dias. Não pode um projeto oriundo da Presidência da República, ter precedência legislativa...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... a um projeto que teve mais de 2 milhões de assinaturas diretamente de brasileiros. As dez medidas contra a corrupção já teriam sido votadas na Câmara – estão lá há mais de seis meses – se isso estivesse valendo.

Apresentei também o PLS nº 267, de 2016, que permite os projetos de iniciativa popular serem feitos pela internet, através de assinatura eletrônica. Isso vai desburocratizar, vai facilitar, vai permitir a participação do cidadão no ato de legislar. A Justiça Eleitoral já conferiria as assinaturas eletrônicas e já as mandaria conferidas para o Parlamento. Não precisariam ficar o tempo que ficam aqui. Ninguém consegue conferir e acaba que um Parlamentar apresenta um projeto só para ele poder tramitar.

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Então, são projetos importantes e que incentivam esse importante instrumento do nosso Estado democrático de direito, que são os projetos de iniciativa popular.

É isso que eu tinha a dizer. Sr. Presidente.

Eu espero que nós, Parlamentares que estamos aqui, tenhamos consciência das nossas responsabilidades e consciência de que a população hoje está dizendo "não" a esse sistema político. Isso é culpa dos personagens, por desvios éticos inaceitáveis, mas isso também é culpa de um sistema que faz com que muitas pessoas que estão me ouvindo hoje, em casa, falem: "Eu tenho vontade de ser político, só que não vou entrar nisso não, porque a campanha é cara, é trabalhosa". As pessoas ainda têm uma imagem ruim de um político. Um



sistema que incentiva as pessoas de bem a não quererem entrar na política não pode ser um bom sistema. Nós precisamos incentivar as pessoas de bem, o cidadão comum a entrar na política e facilitar o acesso dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pediria a V. Ex^a que assumisse a Presidência para que eu pudesse fazer a minha fala.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Convidado para fazer uso da palavra o Senador José Medeiros, pelo PSD do Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Agência Senado, pelas redes sociais, já pela segunda vez repito essa história aqui na tribuna e não me canso de contá-la. Ela não é minha. Quem contou esse caso aqui foi o Senador Cristovam Buarque. Ele falou que, certa feita, o helicóptero da Presidência da República, quando o Presidente era o Lula, teve uma pane, no sertão de Pernambuco, e o piloto teve que fazer um pouso de emergência. O interessante é que ali havia algumas crianças de algumas casas, que correram até a cerca para verem aquele acontecimento. E na verdade era um grande acontecimento, porque, imaginem, no Sertão de Pernambuco, uma aeronave, um helicóptero da Força Aérea Brasileira, pousando ali no quintal daquelas crianças, que nunca tinham visto nenhum avião!

No momento, desce da aeronave o Presidente da República – maior surpresa ainda. Olha o acontecimento: desce uma aeronave e era o Presidente da República. E Lula desceu, foi até a cerca, ficou de cócoras e o fotógrafo da Presidência da República tirou a foto dele, conversando com aquelas crianças. No outro dia, era capa dos jornais.

O então Senador Cristovam Buarque, quando viu a foto, teve curiosidade, pegou a foto, pegou as informações, desceu e foi até Pernambuco saber quem eram aquelas crianças. Conversou com cada família, pegou o nome de cada criança e escreveu uma carta ao Presidente da República. Falou da simbologia daquele fato e que era uma ótima oportunidade para que o Brasil pudesse ter uma relação diferente com as suas crianças.

Passou-se o tempo. Ele disse que nunca recebeu resposta dessa carta.

Passados mais de dez anos, ele voltou a Pernambuco para ver como estavam as crianças, e as encontrou. Uma engravidou aos 12 anos de idade, outro estava preso, outro havia sido assassinado e por aí foi. Ele falou: "Que triste fim, que triste o destino daquelas crianças".

Então, ele escreveu outra carta, só que, dessa vez, para a Presidente Dilma, dizendo que não fora possível mudar o futuro daquelas crianças e nem do restante das crianças brasileiras, mas que, na pessoa daquela criança que havia nascido com a mãe de 12 anos, era possível dar um novo rumo. Disse que também não recebeu resposta.

Ele contou essa história – e a estou repetindo hoje novamente –, porque hoje foi lançado, pela Presidência da República, um programa chamado Criança Feliz, um robusto programa calcado nos fundamentos do Marco Legal da Primeira Infância, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados – e aqui cumprimento o Deputado Adilton Sachetti, que está aqui nos assistindo e também o Dr. Flávio Bertin, do meu Estado –, em menos de um ano; e aqui, também, em tempo recorde.

Aliás, simbolicamente, o Marco Legal da Primeira Infância foi o primeiro projeto aprovado em 2016. E, na oportunidade, eu até disse: isso é simbólico! Estavamos num momento de ebulação política, e falei: vem um novo horizonte, vêm novos ares por aí.

Mas não quero me alongar neste discurso, até porque os tempos são de menos palavras e mais ação, menos retórica e mais trabalho, menos ideologia e mais apego aos fatos e às necessidades do povo brasileiro. Entretanto, peço a todos alguns instantes. Não fosse pela relevância intrínseca do tema ou por esse amplíssimo alcance social, outras duas razões me trariam à cerimônia de vir aqui à tribuna e falar desse tema.

A primeira dessas razões é mais dos meus pais do que minha, para falar a verdade. É mais deles, porque foram os meus pais que, a despeito de todo esforço do mundo, sofreram a dor da perda de dois filhos pela seca e desnutrição – o mesmo não tendo acontecido comigo, porque a família acabou migrando para o Mato Grosso, uma terra que mana leite e mel. Portanto, senhoras e senhores, além do amor dos meus pais, posso dizer que sou fruto da coragem, da resiliência, da bravura e também da candura de dois imigrantes nordestinos que desafiam o destino, saindo de sua terra para dar de comer a seus filhos. E bem assim é a história de tantos brasileiros pelo País afora.

Mais uma vez, remeto à presença do Deputado Adilton Sachetti, cuja família saiu lá do interior do Paraná para também ir para o Mato Grosso.



É uma biografia que – se ainda não eliminada da vida nacional, essa biografia do povo brasileiro – há de ser cada vez mais enfrentada por todos notadamente pelo Governo Federal.

É nesse contexto que se insere o belíssimo Programa Criança Feliz, um programa de focada assistência às famílias com crianças de até seis anos, um programa que visa a assegurar o desenvolvimento pleno das potencialidades infantis e, portanto, humanas, sabendo-se que é na primeira infância que se constroem as bases determinantes do desenvolvimento cognitivo, social, comportamental e afetivo dos indivíduos.

Nessa linha, senhoras e senhores, vejam que avanço: o Estado, que antes assistia a pais e filhos migrarem em busca de um prato de comida, hoje estrutura um programa social de visitação periódica, de porta em porta, às famílias necessitadas, com o objetivo de garantir não só condições de sobrevivência, mas, sim, de tutelar o desenvolvimento humano em sua plenitude, partindo do apoio à gestante na preparação para o nascimento da criança, passando pelo acesso facilitado da criança a serviços e utilidades públicas e chegando até à orientação colaborativa ao exercício da parentalidade. Tudo isso consta do feixe de objetivos do programa. Para parafrasear um ditado africano, que diz que é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança, eu digo que hoje, neste dia histórico, estamos começando a colocar toda a aldeia brasileira a cuidar de suas crianças.

Trata-se de uma medida com metas tão ambiciosas quanto factíveis e com uma programação orçamentária de crescimento gradual, substancial e seguro, a fim de se garantir sua eficácia. Isso sem falar no exercício de cooperação federativa que subjaz ao programa, integrado por atribuições das três esferas de Governo.

Em resumo, o programa é alvissareiro, auspicioso. Nem preciso dizer quão entusiasmados estamos todos nós que militamos na atenção à primeira infância. Quando me incluo nesse rol, chego à segunda razão que não me deixaria faltar a este momento na tribuna. Eu tive a honra de ser um dos que trabalhou aqui no Senado Federal para a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância. Nessa condição, pude lutar para que fosse aprovada essa lei, de autoria do hoje Ministro Osmar Terra e que institui o Marco Legal da Primeira Infância.

Nessa lei, senhoras e senhores, são inscritos conceitos, princípios, objetivos, regras e arranjos institucionais, tudo isso voltado à tutela dos primeiros anos de vida das nossas crianças. Agora, com o Programa Criança Feliz, todo esse arcabouço normativo é densificado, ganha cores e se concretiza. Vejam, senhoras e senhores, que papel destacado tem o Ministro Osmar Terra nessa temática: autor da lei e, agora, realizador do programa que lhe dá vida prática.

Os elogios que aqui faço ao Ministro se estendem, naturalmente, a toda equipe do Ministério, ao Presidente da Câmara, ao Presidente do Senado, Renan Calheiros...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... que deu todo o apoio para que essa lei tramitasse e a colocou em regime de urgência para que pudéssemos votar. O mesmo dirijo ao Presidente Michel Temer que, em pouco tempo, já demonstra alta sensibilidade à área social, sem receber nenhuma carta do Senador Cristovam Buarque.

Já encerrando, quero dizer que deposito muita fé no Programa Criança Feliz. Tenho fé em que todos e cada um dos multiplicadores, supervisores e visitadores possa carregar consigo um pouco da força transformadora que reside no amor de um pai e de uma mãe; a força transformadora do amor do meu pai e da minha mãe, que me permitiram comer, crescer, estudar e, acima de tudo, me garantiram dignidade. Esse programa é importante porque, além de tudo, como dizia um professor de Harvard, ele não só cuida das crianças. Ele diz que, para...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... cuidar das crianças, é preciso cuidar de quem cuida das crianças. *(Fora do microfone.)*

Ele tem no condão também essa...

Concedo um aparte ao Senador Davi Alcolumbre, futuro Governador do Amapá.

O Sr. Davi Alcolumbre (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador José Medeiros, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz na tarde do dia de hoje, fazendo referência a um programa que foi objeto de solenidade hoje no Palácio do Planalto, e trazendo esse programa para sua vida. V. Ex^a traz uma realidade com a qual muitos milhares de brasileiros convivem no dia a dia e transfere esta realidade, de uma solenidade muito importante, anunciada pelo Governo Federal, pelo Presidente Michel Temer, na manhã de hoje, para a circunstância da vida de V. Ex^a. Então, eu cumprimento V. Ex^a pelas palavras, cumprimento o



Governo Federal. São gestos como este que V. Ex^a traz na tarde de hoje que nos fazem acreditar nesse novo rumo que o Brasil enfrenta, nesse novo Governo, enfrentando as dificuldades. Com certeza, venceremos a crise juntos. Parabéns, Senador José Medeiros, pelo seu belo pronunciamento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço o aparte, Senador Davi Alcolumbre, as palavras carinhosas. Ressalto também a presença ali, no momento desse lançamento, do médico e grande Senador do Mato Grosso do Sul, Senador Waldemir Moka, que sabe da importância porque trabalhou nessa área e sabe mais do que ninguém a importância científica disso.

Passo, com muita honra, a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador José Medeiros, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que fez, em nome da Frente Parlamentar da Primeira Infância. Em segundo lugar, quero dizer que não existe nada mais importante para quem quer realmente um País, uma sociedade melhor, do que cuidar do ser humano nos seus três primeiros anos de vida, porque é exatamente nesses três primeiros anos de vida que se forma o chamado sistema nervoso central, os centros emocionais de afetividade. Tudo isso, depois, vai ser refletido no cidadão. Então, se você não cuidar da chamada primeira infância, depois não tem mais o que fazer. A pessoa vai ser – o seu perfil, o seu comportamento afetivo, emocional – exatamente um reflexo da vida que ela teve, do carinho, do afeto. Por exemplo, desnutrição em criança de zero a três anos, vale lembrar... V. Ex^a é formado em Matemática, mas uma criança que tem desnutrição...

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – ... nos três primeiros anos de vida não consegue fazer um curso de Matemática; não consegue. Ela não consegue. Então, é de uma importância tão grande isso, que eu acho que é preciso envolver e explicar para a sociedade, da forma mais didática possível, que não há nada mais indigno, mais covarde, do que você limitar um ser humano num momento inicial da sua vida, quando ele não tem condição nem de se defender. Então, eu acho que é realmente um programa extremamente oportuno, sério, e uma preocupação com a geração futura deste País. Parabéns a V. Ex^a, mais uma vez, pelo brilhante discurso que fez, em nome da Frente Parlamentar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu que agradeço, Senador Moka, e suas palavras são muito importantes. Eu sugiro até que o Governo possa usar esse raciocínio para que a sociedade brasileira...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... saiba da importância desse programa brasileiro. *(Fora do microfone.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos fazer a Ordem do Dia.

Não houve acordo entre as Lideranças partidárias com relação à apreciação de nenhuma matéria. Ontem nós votamos as duas medidas provisórias e votamos também as autoridades que estavam sobre a mesa para apreciação.

Hoje de manhã nós tivemos uma reunião muito produtiva com presidentes de Partidos, com o Presidente da Câmara dos Deputados, com Lideranças partidárias, em que tratamos da necessidade da reforma política. A eleição municipal apenas colocou uma megalente de aumento em um problema que todos conhecemos: o quadro indigente de fragmentação da política brasileira, com uma inflação irrespirável de legendas. Nós estabelecemos que vamos votar no dia 9 a proposta de emenda à Constituição que trata da Federação, da cláusula de barreira e do fim da coligação proporcional aqui no Senado Federal.

Fizemos um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Presidentes de partido e aos Líderes, no sentido de que a Câmara especificasse dois ou três temas por projeto de lei e mandasse esses temas para o Senado Federal. Assim nós agilizariamos a mudança da política nacional. Há uma compreensão de que ou nós fazemos a mudança da política no Brasil, ou fazemos a sua reinvenção, ou vamos repetir o Jim Jones cometendo um suicídio coletivo; todos nós, porque a cada eleição a política exposta, criminalizada, perde prestígio e, mais do que nunca, nós precisamos reformá-la.

A Câmara pode votar, por exemplo, a substituição do sistema político eleitoral. Nós podemos definir uma regra precisa, permanente com relação a financiamento de campanha, a partir da experiência que nós tivemos na última eleição, que, sem dúvida nenhuma, funcionou muito bem. As campanhas viviam uma irreabilidade, custos altíssimos, e eu acho que essa eleição municipal baixou um pouco a bola desses custos



eleitorais. A partir daí, nós vamos estabelecer um calendário. Se for necessário o Congresso Nacional funcionar até o final do ano, nós vamos fazê-lo funcionar para entregarmos a reforma política que está sendo cobrada pela sociedade brasileira.

Nós discutimos bastante, praticamente todos os Presidentes dos partidos falaram. A Câmara vai fazer um esforço para que no dia 9, quem sabe, já tenhamos a votação de algumas dessas medidas, e vamos fazer essa reforma verdadeiramente integrada entre as duas Casas do Congresso Nacional.

Eu disse, na oportunidade, que não há governo – seja do PMDB, do PSDB, do PT – que consiga transmitir aos agentes privados e públicos alguma estabilidade política com essa babel partidária. Mantido esse quadro, estaremos fazendo uma espécie de cheque pré-datado para futuras crises políticas. Elas virão, com certeza, restando apenas saber o momento e identificar um pretexto. Eu disse também, na oportunidade, que defendo uma mudança mais radical; inclusive, é o pensamento da Senadora Kátia Abreu. Eu acho que nós poderíamos fazer a transição do sistema de governo, porque todos sabemos que, no sistema parlamentarista, não gastaríamos tanto tempo, como gastamos nestes últimos meses, para resolver um problema político que pareceu inadministrável. Certamente, no parlamentarismo, teríamos encontrado uma saída em um curíssimo espaço de tempo. Quando a política não constrói saída, quem paga o preço é a sociedade, é a população, com uma fatura de inflação maior, de desemprego maior, de juro maior, e o Brasil não pode permanentemente continuar a pagar esse preço.

A classe política, como todos sabem, já perdeu o respeito de boa parte da sociedade. Nós tivemos 50% de votos entre abstenção, voto branco e voto nulo, e precisamos refazer esse modelo, precisamos refazer esse modelo. E eu disse, na oportunidade, também, que alguns detentores de mandato entendem que, porque se elegeram naquelas regras, não podem permitir que aconteça mudança na política brasileira, pois entendem que em tempo que ganha não se mexe. O grande problema, eu chamei a atenção na oportunidade, é que nós não estamos ganhando: estamos perdendo a cada eleição, e por isso precisamos fazer a reforma política no Brasil.

Então, se for necessário, vamos funcionar até o final de dezembro. Se for importante entrarmos, para entregar a reforma política, no mês de janeiro, nós vamos funcionar no mês de janeiro – espero que isso não aconteça, porque nós precisamos eleger, priorizar e votar no Senado Federal quatro ou cinco itens da reforma e, na Câmara dos Deputados, também quatro ou cinco itens da reforma, e essas matérias, de forma integrada, serão apreciadas nas duas Casas do Congresso Nacional.

Eu saí da reunião, Senadora Rose, Senadora Simone Tebet, Senadora Vanessa Grazziotin, entusiasmado – olhe que, ao longo desses anos, tenho participado de reuniões que objetivam fazer a reforma política. Nunca tivemos uma reunião tão consistente quanto essa que fizemos hoje no gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados.

Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Oxalá o seu entusiasmo se transforme em realidade. Nós estamos falando tanto em reformas – reforma previdenciária, reforma trabalhista –, quando a mãe de todas as reformas é a reforma política. Avançamos, sim, no que se refere a uma minirreforma do sistema eleitoral, não do sistema partidário. Tivemos amplos debates na CCJ. Avançamos em relação à diminuição do tempo, ao fim do financiamento de empresas ou de pessoas jurídicas subsidiando as candidaturas.

Sr. Presidente, esse presidencialismo de coalizão mostrou-se tão nocivo ao País, à democracia, que nós podemos dizer, com toda a tranquilidade, que o que nós vivenciamos no Brasil, sem nenhum demérito ao termo que vou utilizar, é uma verdadeira prostituição política. Hoje, criam-se partidos para se negociar cargos, ministérios e tempo de televisão. Se nós, realmente, não colocarmos uma barreira, essa cláusula de barreira tão ovacionada, nós teremos, no futuro, ao invés de 35, 50 partidos. Seja quem for o futuro Presidente da República, de que viés ideológico for, com toda a boa intenção que tiver, vai continuar com os mesmos vícios dos governos que passaram. É urgente a reforma política.

Quero parabenizar V. Ex^a. Que fiquemos aqui até o final de dezembro, mas que votemos o mais rapidamente possível. Ainda que não seja a reforma política nos moldes, por exemplo, propalados pelo Senador Reguffe – que pensa, corretamente, numa reforma política ideal muito mais ampla. Se conseguirmos entregar, até o final do ano, uma reforma política que trate do sistema político no que se refere à coligação na proporcional, de cláusula de barreira, mesmo que permitindo a federação de partidos para garantir o direito das minorias, já teremos tido um avanço e teremos aprovado, talvez, o projeto mais importante dos últimos 10 ou 12 anos para a democracia brasileira.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra a Senadora Rose. O Senador Garibaldi



na sequência.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro,vê-lo com entusiasmo falando da reforma política é música para os nossos ouvidos aqui nesta Casa. Porém, eu queria fazer uma observação, em face das colocações que tenho ouvido. Mais uma vez, Senador Raimundo Lira, estamos vendo o Presidente voltado com afinco para estruturar essa discussão e levá-la adiante, porque já fracassou o presidencialismo neste País. Este modelo esgotou-se.

Agora, Sr. Presidente, o apelo que tenho a fazer é o contrário do que tenho ouvido. Não vamos, mais uma vez, fazer um pouco daquilo tudo que precisa ser feito. Não vamos entregar se pelo menos isso, se pelo menos aquilo. Desculpem-me, mas no Brasil, até hoje, as reformas que foram oferecidas ao plenário sempre foram às vésperas das eleições, por conveniência, e nunca uma reforma como a de que o País precisa. Os recados que chegaram das urnas, parece-me, hoje estão presentes na cabeça de todo mundo. Daqui a uns dias podem passar.

Tenho um pedido a fazer a V. Ex^a. Quero solicitar a V. Ex^a, porque, desta vez, o Brasil merece que essa reforma política seja levada até o fim, com todos os seus contornos, com todos os seus conteúdos que precisam ser feitos.

O senhor já viu que, há dias, nós fizemos uma reforma política, mas não tratamos de coincidência de mandato, de coligações, de nada. Fomos remendando daqui e dali, de acordo com a conveniência do plenário do momento. E isso o Brasil não aguenta mais!

Está certo que o presidencialismo fracassou. V. Ex^a tem toda razão ao dizer que, se estivéssemos em outro sistema e se esse fosse o parlamentarismo, nós teríamos resolvido essa crise ou estaríamos bem adiantados dentro dela.

Portanto, eu parabenizo V. Ex^a e me coloco à disposição.

Peço desculpas por não ter estado na reunião, porque estava em outras comissões em relação às MPs.

Parabéns! Siga em frente! Estamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Garibaldi, eu registro, com muita satisfação, a honrosa presença do nosso querido amigo Senador Paulo Octávio. É uma honra muito grande tê-lo aqui, no Senado Federal.

Senador Garibaldi. Na sequência, o Senador Raimundo Lira. O Senador...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Presidente, uma dúvida me ocorre aqui: a reforma tem que ser feita na Câmara e no Senado. Nós não podemos pensar que um projeto nosso, isolado no Senado, e não termos essa convalidação na Câmara ou a Câmara ter a convalidação do Senado...

Eu quero trazer essa questão de ordem pragmática e dizer que V. Ex^a junto com o Presidente da Câmara poderiam ter um entendimento, porque, senão, fazemos uma reforma aqui, mas ela poderá ser contestada na Câmara e nós perderemos a oportunidade que V. Ex^a vislumbra agora, do alto da sua cadeira de Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Ex^a tem absoluta razão, Senador Garibaldi. Por isso, a necessidade de fazer, Senador José Aníbal, essa reforma com a integração efetiva das duas Casas do Congresso Nacional.

Hoje o Presidente Rodrigo Maia chamou os presidentes de partido. Algumas lideranças compareceram. Esse núcleo ficou mais ou menos instalado – será ampliado, evidentemente. É muito importante que nós votemos aqui alguns pontos nessa primeira etapa e que a Câmara também vote alguns pontos nessa primeira etapa, para que nós possamos construir essa convergência que V. Ex^a apresenta como única solução para fazermos a reforma política.

Senador Moka. Nós vamos conceder a palavra, na sequência, à Senadora Vanessa, ao Senador Hélio José e ao Senador Raimundo Lira.

Eu inverti a ordem para que nós possamos mantê-los todos aqui na sessão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, muito objetivamente: o Senador Garibaldi foi muito feliz, porque nós acabamos, já fizemos várias tentativas de reforma política. E o pior é que – e eu me incluo, faço essa autocrítica – você mexe com a vida de Deputados Federais e eles não participaram da discussão. É claro que o Senado tem essa prerrogativa, mas o importante é fazer isso de acordo com a Câmara.

Vou dar só um exemplo aqui: estamos saindo de uma eleição municipal e uma coisa que me incomoda muito é essa questão de legenda. Você pega, entre os eleitos, um vereador ou uma vereadora que ficou de fora da Câmara, mas que tem o triplo de votos de um que está dentro, pelo sistema de votação de legenda de eleição proporcional.



Acho que isso é uma coisa que não é democrática. Por exemplo, numa Câmara em que existem 21 vereadores ou 9 vereadores, quem tem que entrar são os 9 mais bem votados e fim de papo. Eu acho isso, estou convencido disso. É mais democrático, porque o cara teve mais voto. Agora, do jeito que é, lamentavelmente, acaba havendo essa distorção.

Eu sei e entendo a questão partidária, a importância da legenda, mas, do ponto de vista da população, não é possível entender como um vereador que teve o dobro ou o triplo de votos ficou de fora da Câmara em detrimento de um que teve um terço dos votos daquele vereador, por exemplo. É o apelo.

Parabenizo V. Ex^a pela iniciativa. Tenho certeza de que V. Ex^a com o Presidente da Câmara haverão de chegar a um bom termo. Essa reforma é urgente e necessária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José, Senadora Vanessa, Senador Raimundo Lira.

Antes de conceder a palavra a V. Ex^as, eu registro, com grande satisfação, as honrosas presenças dos estudantes do curso de Direito da Unifebe de Brusque, Santa Catarina. É uma honra muito grande tê-los e tê-las aqui, no Senado Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, V. Ex^a faz a coisa certa na hora certa. Essa conversa com o Presidente da Câmara vem num momento muito oportuno.

Acabamos de sair de uma eleição que nos trouxe muitos ensinamentos. Nós, igual ao que a nossa querida, Sr. Presidente, Senadora Simone coloca, fizemos uma minirreforma eleitoral e verificamos que, mesmo com a reforma eleitoral, ainda ficou muita coisa a ser consertada, principalmente em relação a financiamento de campanha.

Nesta eleição, nós vimos que os ricos ficaram muito bem, obrigado. Os milionários conseguiram se eleger facilmente, conseguiram eleger sua bancada de vereadores e os pobres tiveram muita dificuldade para poder encaminhar a discussão. Então, é um aprendizado que vamos ver como consertar.

Nós ainda vimos essas incoerências que foram relatadas aqui de que uma pessoa, com um mínimo de votos, consegue ser eleita, enquanto outras, com muitos votos, não conseguem ser eleitas. Nós devemos encaminhar, o mais brevemente possível, a questão do fim das coligações partidárias. Não dá, na proposição, para ter coligação. Nós precisamos ver como é que vamos fazer com que a população brasileira possa contribuir de forma mais clara, via internet, com os seus candidatos preferidos, para que tenhamos uma campanha tranquila.

Precisamos ver, Sr. Presidente, como é que é possível, como V. Ex^a colocou, aprovar um regime de Governo que permita sermos mais realistas com esta situação atual. E, nesse caso, realmente o regime presidencialista está deixando claro que está dando sinal de fadiga. Talvez seja a hora de mudarmos mesmo para o parlamentarismo.

A única coisa clara que fica de tudo isso, Sr. Presidente, é que o diálogo de V. Ex^a com o Presidente da Câmara nos apraz bastante, porque há possibilidade maior de nós, de fato, termos uma confluência das duas Casas para fazer essa tão sonhada reforma política, que é necessária para todos.

Ontem aqui, anteontem, num debate com o Senador Cristovam, neste Plenário, falávamos sobre a possibilidade de que, no primeiro turno das eleições – são dois turnos geralmente na eleição da Presidência da República, ou na eleição de Prefeito, ou na eleição de Governador –, todos os partidos que forem organizados tenham que lançar o seu candidato majoritário, todos, sem exceção. Se o partido existe, está registrado, se existe primeiro turno, que todo partido tenha que lançar seu candidato a Presidente da República para ver o tamanho que o partido vai ter. Para controlar, senão as televisões não tinham como fazer debate, quem tem a representação até x participa do debate, quem não tem não participa do debate, ou a pesquisa vai aferir a forma de quem vai participar do debate.

O que nós temos que ter são regras para não haver essa proliferação grande de partidos, o que, muitas vezes, pode ser um verdadeiro mercado persa.

Então, essa ideia que o Senador Cristovam trouxe aqui, no plenário... Nobre Presidente, Senadora Rose de Freitas, Senadora Lídice da Mata, o Senador Cristovam deu uma ideia aqui de que, no primeiro turno das eleições presidenciais, por exemplo, todo partido organizado lance seu candidato a Presidente, já que temos segundo turno, e nós vamos medir o tamanho de todo mundo e vamos ver como é que vai acontecer de agora para frente, porque não dá para ficar aquela mercancia. Se nós acabarmos com as coligações proporcionais, isso vai fazer com que todo partido tenha que ter tamanho para existir. Está certo? E isso poderia valer também para Prefeito e para Governador.

Acho, então, que há muitas coisas importantes que temos que debater neste momento tão rico e oportuno, Sr. Presidente.

Quero congratular-me com V. Ex^a quando coloca a ideia de, até o dia 9, já estarmos debatendo, com



mais afínco, essas teses aqui, na nossa Casa.

Muito obrigado.

Era isso que eu tinha que ponderar neste primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu peço a palavra não para falar em relação ao conteúdo da reforma política, que nós devemos aprovar, mas tão somente para falar do encaminhamento que V. Ex^a, ao lado do Presidente da Câmara, vem dando em relação a essa matéria.

Depois de tanto tempo que nós estamos aqui, Sr. Presidente, foi a primeira vez – eu acho que esse é o ânimo que V. Ex^a apresenta –, nós tivemos uma reunião conjunta entre Senadores e Deputados, Deputadas e Senadoras, para tratar desse tema único, porque o que aqui foi dito é a mais pura realidade.

A Câmara aprova um conjunto de medidas que chegam ao Senado Federal e param. A mesma coisa acontece com as medidas que nós aprovamos e que vão para as gavetas da Câmara dos Deputados. Eu sei, nobre Senador, que V. Ex^a teve um papel fundamental na realização da reunião de hoje, que poderia ter sido no Senado, mas, por uma decisão de V. Ex^a, foi lá na Câmara dos Deputados. Eu acho que isso é uma excelente sinalização.

Quero cumprimentá-lo também, Senador Renan, porque V. Ex^a está procurando cada um dos partidos políticos para debater o tema. Procurou o nosso Partido, o PCdoB, e está procurando todos os partidos. E eu acredito ainda que, apesar de todas as dificuldades que nós vivemos no País, o diálogo é o caminho, e principalmente o caminho para resolver esse grave problema do esgotamento do sistema político eleitoral do nosso País.

Então, muito me alegra o fato de que tenham ficado para o Senado Federal alguns pontos, para iniciarmos aqui o debate e a votação, e para a Câmara dos Deputados outros pontos.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia acabar de fazer as minhas observações sem antes cumprimentar V. Ex^a, que iniciou a sua fala falando do número de abstenções, de votos em branco, de votos nulos que houve nessas últimas eleições.

Eu quero destacar agora um outro fato positivo. É que lá no seu Estado, o Estado de Alagoas, foram 21 mulheres eleitas prefeitas de cidades. Num Estado em que existem 102 Municípios, isso significa, Senadora Rose, Senadora Lídice, 20%, para um País que tem, em média, 10% de participação das mulheres nos cargos eletivos. Então, eu quero cumprimentar o seu Estado e cumprimento V. Ex^a, para que transmita ao Governador, à Secretaria Rosinha, às bravas mulheres alagoanas e ao povo alagoano nossos cumprimentos e, mais do que isso, o reconhecimento por esse feito tão importante, que deva servir de exemplo para todo o Brasil.

Parabéns e muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço muito, em nome do povo de Alagoas, que conquistou essa dianteira mais uma vez, porque, na última eleição, Alagoas já tinha possibilitado a eleição do maior número proporcional de mulheres no Brasil para as prefeituras, e agora repete esse desempenho, aumenta, elegendo, em 102 Municípios, 21 mulheres.

Eu tenho uma satisfação a mais, porque, dessas 21 eleitas, 10 são do PMDB, de modo que eu agradeço o registro da Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Procuradora da Mulher aqui, do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não quero, de maneira nenhuma, deslustrar o feito de Alagoas, mas quero reivindicar para o Rio Grande do Norte um feito. É que o Estado elegeu 47 mulheres prefeitas, e é uma tradição que se renova, porque a primeira mulher prefeita foi do Rio Grande do Norte, a primeira mulher Deputada foi do Rio Grande do Norte. E o Rio Grande do Norte tem primado por oferecer às mulheres as oportunidades de participar da sua vida política.

Portanto, eu queria trazer essa contribuição e, ao mesmo tempo, exaltar as mulheres do meu Estado, que conseguiram vencer os homens lá nas eleições.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A primeira Senadora foi do Amazonas, viu? Temos muito orgulho disso também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Os cumprimentos ao Senador Garibaldi, às mulheres do Rio Grande do Norte.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, inicialmente



quero parabenizar V. Ex^a pela rapidez com que tomou a iniciativa para que possamos, enfim, de uma forma consistente e objetiva, aprovar aqui uma reforma política.

Fui o relator da PEC 113. Haviam sido aprovados 11 itens na Câmara dos Deputados, e aqui fizemos, naquele momento, o fatiamento da chamada “janela partidária”. E eu gostaria, também, naquele momento, de ter colocado nesse fatiamento a extinção definitiva da reeleição, porque já teriam sido eleitos os prefeitos atuais sem o instituto da reeleição, permitindo naturalmente a governadores e prefeitos que foram eleitos com direito à reeleição ter o direito à reeleição.

Muito bem, Presidente. E aqui eu gostaria de sugerir algo. Temos hoje a PEC 113-A, que substituiu a PEC 113. Ouviu, Presidente Renan Calheiros? Na PEC 113-A, Presidente Renan, que substituiu a PEC 113, foi aprovada na Câmara dos Deputados a extinção da reeleição. Então, poderíamos fatiá-la novamente e aprovar a extinção da reeleição de presidente da República, de governadores e de prefeitos, repito, preservando o direito de quem adquiriu o direito à reeleição, porque já daríamos uma demonstração à população brasileira, aos eleitores das eleições municipais, de que estamos caminhando na direção de realmente fazer uma reforma política.

Os outros itens nós temos que aprovar não porque são novidades ou porque são inspiração de algum Senador ou Deputado, mas porque têm o apoio da opinião pública brasileira, que é acabar, de forma definitiva, como fez o Supremo Tribunal Federal, o financiamento empresarial de campanhas – já temos o Fundo Partidário, que é um valor significativo – e manter o financiamento das eleições por pessoas físicas. Algumas irregularidades foram constatadas pelo Tribunal Superior Eleitoral de alguns CPFs que foram usados indevidamente, mas isso temos que corrigir e não achar que não foi um processo correto. Temos que aperfeiçoar, como fazem os países desenvolvidos.

Às vezes, conversando em um seminário internacional, ouvi a informação de que a América Latina não evolui, não se desenvolve com mais rapidez porque não usa o pragmatismo, ou seja, não aperfeiçoa aqueles procedimentos políticos e econômicos que vêm dando certo.

Também é importante aprovar o voto impresso, porque não existe nenhum tipo de procedimento na vida do cidadão que não tenha um comprovante. Se um correntista de uma agência bancária vai a uma agência falar com o gerente que não está constatando um depósito que fez de R\$5 mil, a primeira pergunta que o gerente faz é sobre o comprovante do depósito. Então, os 141 milhões de eleitores brasileiros têm que ter o direito de, quando votarem, terem o comprovante de votação em uma urna lacrada, porque eventualmente poderão ser usados aqueles votos impressos para uma possível conferência.

Nós devemos também regulamentar o fuso único para as eleições. É uma coisa exótica que 90% do Brasil fique esperando o resultado das eleições porque em dois Estados do Norte o fuso horário é diferente do fuso de Brasília.

Nós temos o exemplo do que aconteceu na Venezuela, onde a Corte Suprema Eleitoral, por lei, tem que divulgar o resultado das eleições presidenciais a cada 5%. E, nas últimas eleições da Venezuela, só houve a primeira divulgação quando já haviam sido apurados 99% dos votos da eleição presidencial.

Precisamos, como já falaram aqui muito, acabar com a coligação na eleição proporcional, como falou o Senador Hélio José e a Senadora Grazziotin, porque é muito exótico, por exemplo, um Deputado Federal de São Paulo que teve mais de cem mil votos não ter direito a uma vaga e um Deputado que teve três mil votos passar a ser um representante dos paulistas na Câmara dos Deputados.

Precisamos também aprovar, com a máxima rapidez, a cláusula de barreira, porque tira a eficiência do Congresso Nacional haver, por exemplo, na Câmara dos Deputados, 29 líderes para sentarem numa mesa. E todos nós sabemos que a rapidez do Congresso Nacional funciona através de consensos de líderes. E fica muito difícil. A Senadora Rose de Freitas teve essa experiência como Presidente da Comissão de Orçamento, ou seja, toda decisão que precisa tomar era em uma mesa com mais de duas dezenas de líderes. E aí não havia a menor eficiência no funcionamento da Comissão, apesar do seu esforço, da sua determinação, da sua coragem e da sua inteligência.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, apenas relembrando aquilo que é o desejo da maioria da população brasileira e é o desejo da maioria também do Congresso Nacional.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pela ordem, Senador Ataídes.

V. Ex^a me permite dois minutinhos só?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, com muita satisfação.

ORDEM DO DIA



Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Aécio Neves e outros Srs. e Sras Senadoras, que altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 17 da Constituição Federal.

O parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira, na CCJ, é favorável à proposta e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2, substitutivo, que oferece.

(É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2016

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço, Aécio Neves e outros Senhores Senadores que altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 782, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável à proposta e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.)

A Presidência comunica que, por acordo de Líderes, ocorrido em 3 de setembro, fará a discussão conjunta desta proposta com a Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A, de 2015.

À proposta foram apresentadas as Emendas nº 3 a 5, de Plenário.

Esta é a quinta sessão de discussão das propostas e das emendas, em primeiro turno.

A Presidência comunica que há expediente sobre a mesa, por meio do qual os subscritores requerem que suas assinaturas sejam consideradas na forma do art. 243 do Regimento Interno. (**Vide item 2.2.1 do sumário**)

O expediente vai à publicação.

Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A, que reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57, 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (direitos eleitorais e partidos políticos).

(É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113A, DE 2015

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 113A, de 2015 (nº 23/2007, na Câmara dos Deputados), que reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (direitos eleitorais e partidos políticos)

Parecer sob nº 443, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável à Emenda nº 2-CCJ, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição da Emenda nº 3-CCJ.)

Esta é a quinta e última sessão de discussão da proposta, em primeiro turno.

Declaramos encerrada a discussão, em primeiro turno.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente, para votação em primeiro turno da proposta.

A Presidência recebeu das Lideranças partidárias os nomes para integrarem a Comissão Temporária Interna, destinada a acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas, nos termos do Requerimento nº 584, de 2016. (**Vide item 2.1.1 do sumário**)

Indicados pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Humberto Costa, PT, como titular; Senador Telmário Mota, PDT; como suplente, Senador Acir Gurgacz e Senador José Pimentel. Pelo PMDB, Senador Hélio José. Pelo Bloco Social Democracia, Senador Ataídes Oliveira. Pelo Bloco Moderador, Senador Elmano Férrer. E, pelo Democracia Progressista, o Senador Roberto Muniz, como titular, e o Senador José Medeiros, como suplente.

Há, sobre a mesa, um requerimento do Senador Elmano Férrer propondo a realização de uma sessão temática para discutir o apoio financeiro e a dívida dos Estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos governadores. (**Requerimento nº 735/2016 - Vide item 2.1.5 do sumário**)



Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada a Ordem do Dia.

Eu queria comunicar ao Plenário que ontem decidimos que teremos sessões deliberativas nesta semana e teremos sessões deliberativas na terceira semana do mês, de 18 a 20.

Na semana da realização da eleição, no segundo turno, nós não vamos ter sessão deliberativa.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Eu concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu iria solicitar de V. Exª exatamente a leitura dos nomes que irão compor essa Comissão Especial de Obras Paralisadas no País. Mas V. Exª, com a competência que lhe é peculiar, a fez antes da minha solicitação.

Portanto, Presidente Renan, quero só lhe agradecer então pela leitura dos nomes dos membros que agora comporão essa comissão que eu não tenho dúvida de que irá prestar um bom serviço ao povo brasileiro e ao nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Voltamos à lista de oradores.

Eu comunico aos Senadores e às Senadoras que nós vamos ter, às 19h, sessão do Congresso Nacional. Nós estamos concluindo a apreciação de sete vetos. Em seguida, votaremos, Senador Alvaro Dias, dois destaques à LDO e votaremos créditos. Temos o crédito do Fies, que é muito importante e precisa rapidamente ser aprovado, e temos outros igualmente importantes, como os créditos do Ministério das Relações Exteriores, que paga aluguel e despesas das embaixadas no exterior. Também é um crédito emblemático, que precisa ser rapidamente resolvido. (Pausa.)

Eu consulto se algum Senador ou alguma Senadora deseja usar a palavra. Reafirmo que vamos ter sessão do Congresso Nacional às 19h. Se não for o caso, vamos encerrar a sessão.

Amanhã, nós não teremos sessão deliberativa. Nós só teremos sessão deliberativa na terceira semana de outubro, de 18 a 20.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Presidente, eu estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no último domingo, milhões de brasileiros foram às urnas exercer o direito de votar e escolher seus candidatos a prefeito e vereador, em 5.568 Municípios.

Por ser a primeira disputa realizada após a proibição total do financiamento empresarial de campanhas, as eleições de 2016 foram inegavelmente um verdadeiro teste eleitoral. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, neste pleito de 2016, os candidatos a prefeito e a vereador declararam gastos que somam R\$2,1 bilhões, o equivalente a aproximadamente um terço dos R\$6,2 bilhões gastos nas eleições municipais de 2012 – aproximadamente um terço.

A redução de gastos é positiva. Porém, é preciso atentar que os gastos declarados ao Tribunal Superior Eleitoral se referem apenas aos valores das doações legais. É preciso também prudência em aguardar ainda as prestações de contas à Justiça Eleitoral e a atuação dos órgãos de controle, para se saber a dimensão de possíveis recursos não contabilizados.

Essa foi a eleição de maior dispersão partidária da história. Hoje, como é do conhecimento das Sras e dos Srs. Senadores, 35 partidos foram registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e candidatos de todos eles concorreram ao cargo de prefeito.

Dados preliminares do Tribunal Superior Eleitoral mostram que 31 partidos vão comandar ao menos uma cidade no Brasil a partir do ano que vem. É a maior fragmentação partidária no comando dos Executivos municipais. Em 2012, foram 26 partidos, um número já por demais assustador.

O número de candidatos também impressiona. Mais de 496 mil pessoas demonstraram interesse em ocupar uma das 5.568 vagas de prefeito e uma das 57.943 cadeiras de vereador.

Contudo, as eleições de 2016 se destacam negativamente pela enorme abstenção dos cidadãos, superando 17,5% do eleitorado, o que equivale a mais de 25 milhões de eleitores num total de 144 milhões. Sem falar ainda dos votos brancos e nulos.



Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em São Paulo, mais de três milhões de eleitores se abstiveram ou votaram nulo ou branco, onde 6,945 milhões é o número total de aptos a votar. O índice de abstenções em São Paulo chegou a quase dois milhões de eleitores. Votos brancos totalizaram 367 mil eleitores, e 788 mil eleitores – quase 800 mil – anularam o voto.

Na cidade do Rio de Janeiro, a abstenção foi deveras elevada: do total de 3,7 milhões de eleitores quase 1,2 milhão se abstiveram; 204 mil votaram em branco e 473 mil anularam o voto.

Esses dados, que se repetiram em diversas cidades do Brasil, revelam que o eleitor está afastado, incrédulo e desesperançado e comprovam, mais uma vez, a imperiosa necessidade de se fazer reforma política que deve ser promovida por este Congresso Nacional. O atual modelo político está falido, recado que nos foi dado desde as manifestações de junho de 2013.

Não podemos mais adiar essa reforma, que é fundamental para a sociedade, para a economia e para o futuro da Nação. A reforma política deve ser prioridade um deste Senado, deste Congresso Nacional.

A credibilidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, da política no Brasil está em queda livre. A população não enxerga mais o voto como um poder de mudança e de capacidade de transformação, inerente à democracia. Para a maioria dos cidadãos, política é coisa bem distante.

Além da alta taxa de abstenção, da qual já falamos, somente 229 mil pessoas, cerca de 0,16% do total do eleitorado nacional, decidiram bancar algum candidato. Ou seja, 229 mil pessoas, 229 mil eleitores num universo de 144 milhões de eleitores fizeram doação como pessoa física. Esse baixo número de doadores individuais demonstra o fracasso dos candidatos na missão de convencer os seus eleitores a lhes dar recursos.

E tal fato nos leva a refletir sobre um outro problema: os partidos foram obrigados a recolher ao Fundo Partidário para financiar as campanhas políticas, e isso é preocupante. Como serão as próximas eleições? Teremos que duplicar, triplicar ou mesmo quadruplicar os recursos públicos do Fundo Partidário? Pergunto.

O financiamento de campanha é um assunto que deverá ser reaberto para nós e bastante debatido aqui nesta Casa. Para se ter uma ideia, de janeiro a agosto de 2016, os partidos políticos receberam a quantia de R\$492 milhões do Fundo Partidário. Esse valor é só a metade do que os partidos vão embolsar até o final do ano.

No ano de 2015, foram R\$811 milhões de dinheiro público, recurso esse que não foi repassado, aliás, não mereceu o controle do Tribunal de Contas da União, tão somente da Justiça eleitoral, que, ainda assim, não tem como fazer um acompanhamento rigoroso das contas do Fundo Partidário.

Isso precisa ser revisto, uma vez que o aumento do volume do Fundo Partidário deve ser acompanhado também de um aumento da capacidade de controle dos recursos públicos, sobretudo, os do Fundo Partidário.

Outro ponto da reforma política, e já temos diversas propostas tramitando nesta casa, diz respeito à coincidência dos pleitos, ou seja, eleições gerais para todos os cargos eletivos. Este ano, segundo o TSE, tivemos um gasto de R\$650 milhões. Em 2012, o valor gasto com o pleito municipal foi de R\$482 milhões. E isso diz respeito apenas aos valores gastos pela Justiça Eleitoral.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Pois não, Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Elmano Férrer, tenho que ir para uma audiência, por isso ousei interromper o discurso de V. Ex^a, que é um discurso feito por escrito, quando V. Ex^a aprofunda vários temas da reforma política. Quero aplaudir esta preocupação de V. Ex^a com relação à reforma política que é a de todos nós. O que existe, hoje, é que todos querem, mas não há uma convergência nos pontos que são essenciais e que V. Ex^a aborda com grande maestria. Desculpe se interrompi o discurso, mas foi para aplaudir a preocupação de V. Ex^a.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – O nobre Senador qualificou e engrandeceu o nosso pronunciamento. Que sirva de exemplo a todos nós, outros Senadores, com assento nesta Casa.

Há, ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, a distorção produzida pelo sistema de voto proporcional para a eleição de vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais.

Nas eleições de domingo, mesmo com a exigência de um desempenho mínimo de 10% do quociente eleitoral para os candidatos a vereador, e mesmo com a diminuição da quantidade de votos para as legendas partidárias, a proporcionalidade continuou a produzir seus efeitos. No Piauí, por exemplo, na cidade de Teresina, o último vereador obteve 1.759 votos, enquanto candidato com 5.017, quase três vezes mais, não foi eleito. Na cidade do Rio de Janeiro, que damos também como exemplo, houve candidato com mais de 16 mil votos que não foi eleito, enquanto um outro com 10 mil votos a menos conseguiu uma cadeira na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, resgatar a credibilidade da política brasileira. É imperioso revermos nosso modelo, nosso sistema político, que é um modelo anacrônico.



Não podemos mais postergar uma reforma política de verdade em nosso País. Uma reforma que, aprendendo com os erros do passado e com as novas formas de dialogar com a sociedade, nos leve a superar a profunda crise do nosso sistema representativo. Uma reforma que resgate a confiança do povo brasileiro, uma reforma que afaste o discurso do ódio e da antipolítica.

Sr. Presidente, por essas razões, conclamo esta casa, as Sras e os Srs. Senadores, para pautarmos, discutirmos e votarmos as tantas propostas de reforma política que aqui tramitam. E já podemos dar o exemplo, com a votação do substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, do nobre e eminentíssimo Senador Ricardo Ferraço, que põe fim às coligações nas eleições proporcionais e institui cláusula de barreira já a partir das eleições de 2018, além de outras mudanças.

É esse, por fim, o apelo que faço aos nobres Senadores e às nobres Senadoras, para que discutamos aqui nesta Casa as propostas de reforma política que aqui tramitam.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que queríamos dizer na sessão de hoje.

(O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos.)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Elmano Férrer.

Há requerimentos sobre a mesa.

O primeiro requerimento:

Requer, nos termos do inciso IV, §7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de debate temático para discutir o apoio financeiro e a dívida dos Estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos Governadores.

O autor é o nosso Senador Elmano Férrer, que acabou de usar a palavra

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, conforme indicação da Presidência, no período de 12 a 18 de novembro do corrente ano, em Marraquexe, no Marrocos. (**Requerimento nº 737/2016 - vide item 2.1.5**)

Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País entre os dias 11 e 20 de novembro de 2016.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram.

Requerimento do Senador Antonio Anastasia que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da 135ª Assembleia da União Parlamentar e da Sessão Ordinária do Grupo dos Parlamentares Latino-americanos e do Caribe, conforme indicação da Presidência, no período de 20 a 28 de outubro do corrente ano, em Genebra. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no mesmo período. (**Requerimento nº 738/2016 - vide item 2.1.5**)

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Dando sequência à lista dos oradores... Se algum Senador ou Senadora presente quiser usar a tribuna, nós temos tempo à disposição. Nós começaremos a sessão do Congresso Nacional às 19 horas – são 18h24. Se algum Senador quiser fazer uso da tribuna, está facultada essa oportunidade neste momento.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, acabo de sair do Ministério dos Transportes, onde estivemos reunidos com todas as associações da área portuária do Brasil.

Ontem pela manhã tivemos um encontro, um simpósio, aqui no Interlegis, onde tivemos a participação do Ministro Gilmar Mendes, como palestrante; também do Ministro Maurício Quintella, que abordou o mesmo tema; ainda do Ministro Wellington Moreira Franco; do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves; entre tantas outras autoridades. E o que mais se discutiu, Sr. Presidente, foi exatamente a questão da segurança jurídica. Hoje vivemos ainda uma crise no Brasil, e precisamos retomar o crescimento, precisamos gerar emprego neste País.

Acabamos de sair de uma eleição, em que todos nós estivemos na base, ouvindo a angústia da população. Como sempre tenho dito: quem está lá na fila, à busca de um emprego, tem pressa, tem angústia e nos cobra. Da mesma forma, quem está lá no posto de saúde com seu filho, numa fila de espera, tem pressa e nos cobra uma decisão.

Por isso é que nós também queremos trazer aqui essa preocupação, no sentido de que a gente busque



modernizar, para que o investidor, seja ele brasileiro, seja ele estrangeiro, seja um capital brasileiro ou um capital internacional, acredite no Brasil. O Brasil é um país de potencial imenso. Temos ainda muito a oferecer em termos de desenvolvimento, em todas as áreas, e de capacidade de incrementar a nossa produção, em todas as áreas, principalmente na produção agropecuária, da qual faz parte o Centro-Oeste brasileiro. Agora, sem dúvida nenhuma, tudo está calcado no custo Brasil. E tudo isso tem a ver, Sr. Presidente, com a questão da nossa logística.

Por isso, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem (Frenlog), estamos nos reunindo diuturnamente com setores que querem investir – e essa questão portuária é fundamental. Além desse simpósio que realizamos ontem, agora há pouco tivemos uma reunião no Ministério dos Transportes, em que o Ministro, através de uma portaria, criou um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho já produziu um estudo, para que a gente possa não só modernizar a nossa infraestrutura portuária, mas também poder receber os investimentos necessários.

E aí é onde entra o papel do Congresso Nacional: buscar trazer, através de uma legislação moderna e eficiente, essa segurança jurídica tão necessária e reclamada por todos. Porque investir nessas áreas de infraestrutura, na verdade, é um investimento de médio e longo prazo. Para se investir numa ferrovia, numa estrada e, principalmente, num porto, é pensar em oito ou dez anos para começarem a voltar os investimentos e ainda, claro, investimento concluído não se faz com menos de 20, 30, 40 e até 50 anos.

Ontem à noite, nós estivemos numa reunião onde estava presente o Presidente da República, Michel Temer; estava presente o Senador e hoje Ministro da Agricultura, Ministro Blairo, que tem feito um grande trabalho nessa área no Ministério, no sentido de desburocratizar o Ministério da Agricultura. Aliás, há necessidade desburocratizar, facilitar e simplificar todos os Ministérios.

Nessa reunião que tivemos ontem, também estava presente o Ministro Gilmar Mendes, estavam presentes o Ministro Padilha, o Ministro Geddel Vieira, o Ministro Wellington Moreira Franco, com a Bancada de Mato Grosso e outros tantos Parlamentares, e pudemos discutir muito mais o papel nosso aqui do Congresso Nacional para que possamos avançar.

Então, é neste sentido, Sr. Presidente, que estamos aqui e daqui a pouco vamos ter a sessão do Congresso Nacional. Como Relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) precisamos hoje, se possível, votar. Votar essa lei para que possamos construir uma peça orçamentária, mas, principalmente, uma peça orçamentária que seja realista. Daí o nosso relatório, que já está aprovado, com apenas três destaques que precisamos votar hoje.

No nosso relatório nós prevíamos – e já está aprovado – principalmente que qualquer obra nova no Brasil, acima de 50 milhões, tenha que ter um projeto executivo e estudo de viabilidade técnica e econômica, exatamente para que obras públicas tenham começo, meio, fim, e principalmente tenham um custo definido. Uma obra com projeto básico nunca é possível definir o recurso que será investido verdadeiramente. Aí o que fica? Sempre sob suspeição.

Uma obra como a transposição do Rio São Francisco, começada com projeto básico, redonda exatamente custos imprevisíveis, e a sociedade toda fica a reclamar. Da mesma forma, foi incluído em nosso relatório praticamente um capítulo sobre obras inacabadas. Ou seja, temos mais de 20 mil obras inacabadas no Brasil. E a obra inacabada, a obra inconclusa representa o quê? Desperdício do recurso público, porque essa obra vai ter que recomeçar, vai ter que montar nova mobilização e o custo acaba sendo multiplicado e acima sempre da expectativa.

Então, no nosso relatório está previsto que, para começar uma obra nova numa unidade da Federação, se houver uma obra inconclusa, não se poderá começar nova obra. Ou seja, vamos concluir prioritariamente as obras que existem. Como disse aqui, são mais de 20 mil obras inacabadas no Brasil. Penso que, principalmente agora, temos que focar na conclusão daquelas obras em que falta pouco. Há obras com 3%, 5%, 10%, e não se concluem.

Por isso, espero que hoje todo o Congresso Nacional possa dar essa resposta ao País, para que nós possamos concluir a votação da LDO com esses aspectos que já estão no relatório de não começar novas obras com obras da mesma natureza inconclusas.

Também se discute muito a questão da PEC da contenção de despesa. No nosso relatório, está previsto, para o ano de 2017, realmente a contenção das despesas. O Governo tem que ter um planejamento eficaz no gasto público, porque o que a população mais reclama, o que a população mais quer é um serviço público de qualidade, um serviço público que venha atender a quem paga imposto e, principalmente, ao trabalhador que não tem como sonegar.

Então, ao votar hoje a LDO, no nosso relatório, como ia colocando, nós já definimos que, para o ano que vem, duas áreas que ficam excepcionalizadas é a área da educação e a área da saúde. Para isso, o Governo



terá que investir, no mínimo, a correção monetária, o que foi investido no ano de 2016. Isso representa, Sr. Presidente, mais de R\$11 bilhões para serem investidos na saúde e na educação.

Além disso, no nosso relatório, nós colocamos também a excepcionalidade de contratação das vagas do ano de 2016 de todos os concursos públicos na área também da educação, porque foram criados inúmeros cursos na área de expansão universitária, cursos de Medicina, outros tantos cursos que foram criados no Brasil e não poderíamos deixar uma legislação engessada em que as universidades não pudessem contratar novos professores ou aqueles concursos que já foram realizados, não só para as universidades, bem como também para o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Ou seja, investir também na nossa educação, na área profissionalizante, é fundamental para promovermos o desenvolvimento deste País e darmos oportunidade principalmente para aqueles que querem através de um curso profissionalizante, seja um jovem, seja já um profissional maduro, aperfeiçoar para poder, com isso, não só ganhar mais, ter uma melhor qualidade de vida e, claro, produzir mais oportunidades também para toda a juventude, que, às vezes, através de um curso profissionalizante, pode já começar a trabalhar e, depois, fazer uma faculdade ou uma universidade, enfim. Então, essas duas áreas estão preservadas para investimento no próximo ano.

Então, eu venho aqui, Sr. Presidente, concluir a todos os Parlamentares – Senadores e Deputados Federais – para que consigamos hoje, a partir das 19 horas, não só dar quórum lá, no Congresso Nacional, como também votar a nossa LDO.

Finalizo aqui, Sr. Presidente, apenas relatando que, ontem, nessa reunião com o Ministro Gilmar Mendes, que é o Ministro a quem coube, como Presidente do TSE, coordenar todo o trabalho da Justiça Eleitoral, ele nos fazia inclusive uma prestação de contas, praticamente ele estava ali dizendo que estava com o dever cumprido. Conseguimos terminar as eleições municipais do primeiro turno sem maiores ou grandes incidentes. Ou seja, mostrou-se cada vez mais que o sistema de eleição no Brasil é um sistema extremamente moderno e eficaz, não temos nenhuma possibilidade de fraude e, principalmente, demos resposta ao mundo que, em poucos instantes, poucas horas depois, já tínhamos o resultado das eleições.

Agora estamos no segundo turno, começando o processo do segundo turno. Nós que somos de Mato Grosso a única cidade em que temos eleições de dois turnos é a nossa capital, Cuiabá. Lá, em Cuiabá, tivemos o primeiro turno, em que apoiamos a candidatura do Deputado Emanuel Pinheiro, que é um Deputado experiente, pôde demonstrar para a população cuiabana que é exatamente um candidato com um apoio muito forte, apoio da maioria da Bancada federal. Nós, tenho certeza que V. Ex^a, como Senador de Mato Grosso, como o Senador Blairo Maggi, estamos apoiando a candidatura do Deputado Emanuel Pinheiro, a candidatura que saiu, com todo o vigor das urnas, sendo o primeiro colocado no primeiro turno. Haveremos agora, mais do que nunca, de mostrar a competência, principalmente o trabalho, a figura humana que representa o Emanuel Pinheiro, que será um Prefeito para cuidar acima de tudo das pessoas.

Cuiabá teve o Prefeito Mauro que fez um grande trabalho com a ajuda de todos nós que colocamos recursos e que estamos fazendo obras importantes, como o pronto-socorro da nossa capital, o hospital universitário, que foi começado com recurso... Aliás, temos recursos, mais de 70 milhões, na conta do Governo do Estado. Essa obra está parada. Inclusive, queremos cobrar de público aqui do Governo do Estado, porque a maior necessidade hoje é de investimento na saúde, e não podemos deixar uma obra como o hospital universitário da nossa capital paralisada.

Mas, voltando aqui, em relação ao Prefeito Mauro, liberamos agora recurso, inclusive, para uma grande obra que está sendo feita, que é a urbanização das margens do Rio Cuiabá. O Prefeito Mauro elaborou vários projetos, execução de vários parques, inclusive, o parque que está em construção próximo à Assembleia Legislativa, ou seja, trazendo uma humanização também à nossa capital. Cuiabá, que é a Cidade Verde, a cidade que nasceu em cima da mina do ouro, mas nasceu, acima de tudo, com os bandeirantes, com a força de todos aqueles que foram construir a nossa bela capital, a capital Cuiabá.

E eu tenho certeza de que, após a administração do Prefeito Mauro Mendes, o Prefeito Emanuel Pinheiro vai dar prosseguimento a todas essas obras, concluindo com a ajuda de todos nós. E, como Relator da LDO, venho aqui, mais uma vez, compromissar-me com a administração, a futura administração do Deputado Emanuel Pinheiro, do Prefeito Emanuel Pinheiro, para conseguir os recursos necessários para a conclusão do pronto-socorro, bem como para tocar todas as obras que estão em andamento pela administração atual do Prefeito Mauro, mas principalmente para humanizar mais ainda a administração, sendo o Prefeito Emanuel Pinheiro o Prefeito das pessoas, para cuidar das pessoas, para ter atenção nos bairros, para ter atenção nas comunidades. E ontem nós nos reunimos e, como ele disse, a maior aliança que ele quer fazer não é aliança de partido; é aliança da sociedade, com as igrejas, com os movimentos evangélicos, sociais, buscando acima de tudo o movimento comunitário para que ele possa fazer uma administração junto, ao lado, junto com a comunidade.



Por isso, eu quero transmitir aqui a minha fé, a minha esperança, principalmente acreditando na consciência do povo cuiabano para eleger o que é melhor para as nossas futuras gerações. E não tenho dúvida de que a eleição do Deputado Emanuel Pinheiro, do nosso companheiro Emanuel Pinheiro vai ser essa administração que todos nós esperamos, mas que será uma administração com todo o apoio, o apoio aqui em Brasília da maioria da bancada, do Presidente da República e principalmente o apoio da sociedade cuiabana.

Então eu quero agradecer imensamente aqui, Sr. Presidente, e esperar que nesta semana que vem nós tenhamos aqui a liberdade, não teremos sessão, votando hoje a LDO, que possamos estar todos juntos, V. Ex^a, o Senador Blairo Maggi, a maioria dos Senadores, o nosso companheiro Neri Geller, com quem estivemos ontem reunidos, ex-Ministro, que também está junto com a campanha do Emanuel Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Parabéns pelo simpósio realizado ontem sobre infraestrutura aeroportuária, o que, realmente, mostra sua preocupação – que não é de hoje, é de muitos anos – com o setor de logística no Brasil, e também pelo trabalho feito em relação à LDO.

Quanto às eleições de Cuiabá, nós do PR, nosso Partido, estamos coligados com o Deputado Emanuel Pinheiro, por entendermos que é o melhor para Cuiabá hoje, para a nossa capital. É um Deputado preparado, experiente. E tenho certeza de que, unidos com a população do Mato Grosso, os cuiabanos principalmente, nós conseguiremos a oportunidade para que o Emanuel Pinheiro possa, pela primeira vez, ser prefeito daquela capital, a nossa capital querida do Mato Grosso.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

Dando sequência, há requerimentos sobre a mesa, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Sérgio Petecão.

Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 22), conforme indicação da Presidência, em Marraquexe, no Marrocos; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período da missão. (**Requerimento nº 739/2016 - vide item 2.1.5**)

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Requerimento sobre a mesa, que solicita, nos termos do art. 40, do Senador Sérgio Petecão, licença dos trabalhos da Casa para participar da 135^a Assembleia da União Interparlamentar, bem como da sessão ordinária do Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe, conforme indicação da Presidência, no período de 22 a 27 de outubro do corrente ano, em Genebra; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no mesmo período. (**Requerimento nº 740/2016 - vide item 2.1.5**)

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Algum orador deseja fazer uso da palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Cidinho, eu faço, com muita rapidez aqui, um apelo a V. Ex^a.

Quando nós entramos no recesso branco devido às eleições municipais, eu tive aqui uma reunião com os terceirizados da Casa, que não receberam o salário de indenização. Se nós todos dizemos que a responsabilidade é solidária, se a empresa sumiu e não pagou, compete à Casa pagar, porque a súmula do Tribunal Superior do Trabalho, publicada e aplicada em todo o País, garante a responsabilidade solidária. Não dá para aceitar que pessoas que ganham em torno de R\$1 mil... Simplesmente a empresa desapareceu, sumiu e não pagou a indenização deles. E, pelo que eu fiquei sabendo, a Casa pagou a indenização para a empresa. Isso que é lamentável. Como é que o Senado paga a indenização dos trabalhadores para a empresa, supondo que ela iria pagar os trabalhadores, que não pagou? Voltei, nesta segunda-feira, a Brasília, e os trabalhadores estão praticamente chorando nos corredores, porque não receberam um centavo da sua indenização.

Eu quero fazer um apelo a V. Ex^a para que o transmita ao Presidente do Senado.

Eu sou Relator do PL da terceirização. Calculem os senhores o que acontece lá fora, nas metalúrgicas, nos comércios, nos bancos, nas construções, onde as empresas terceirizadas avançam, se aqui, dentro do Congresso, elas não pagam, e o Senado não paga! Como é que fica a situação do nosso povo, da nossa gente humilde, que não quer nada mais do que tem de direito? Se é décimo-terceiro, é décimo-terceiro; se é férias, fundo de garantia, enfim, é o que ele tem de direito.

Eu vou me reunir, mais uma vez, amanhã de manhã, com eles e disse a eles que faria este apelo aqui



no plenário, depois da reunião que tive com eles hoje, no sentido de que tenhamos uma solução para dar. A Casa, no mínimo, Sr. Presidente, tem que reunir todos eles, orientá-los e dizer o que aconteceu e o que eles podem fazer. Parece-me que é como se eles fossem filhos de ninguém, filhos do vento; é como se eles fossem invisíveis, mas eles estão aqui dentro. Eles foram, por incrível que pareça, simplesmente passados, quase que nem gado, de um proprietário para outro: o proprietário era a empresa que não pagou e o proprietário deles, que é quase uma escravidão, virou outra empresa que está aqui dentro. E nenhuma os paga. Eu me ponho no lugar deles. Ao voltar para casa, a família pergunta: "E aí, recebeu?" Dizem: "Não, não recebi nada, o Senado não paga, a empresa não paga" Isso é a terceirização, Sr. Presidente.

O apelo que eu faço é para que V. Ex^a, se puder, transmita isso para a Mesa do Senado. Isso não pode continuar assim.

E, por isso, esse resultado também de tanta abstenção no processo eleitoral. Houve Estado que chegou a 40%, 50%, porque há uma indignação da população com a política no seu todo. Ninguém pense que é contra esse ou aquele partido, é contra a política. E, quando o próprio Congresso não cumpre a sua parte em matéria de cumprir o mínimo, Sr. Presidente... É o mínimo. Eu cheguei a dizer que, se pegar o salário de meia dúzia de Senadores e meia dúzia de diretores, pagam-se todas as pessoas que estão aí, que devem ser mais de 200. Uns têm para receber R\$700, R\$800, R\$900, R\$1.000, mas, para eles, é importante, muito importante.

Eu vou esperar um retorno da Mesa. Encaminho isso a V. Ex^a para que seja transmitido ao Presidente do Senado. Que depois nos deem um retorno. Eu vou perguntar aqui todo o dia até que se ache uma solução para essa questão, porque é inadmissível se falar em reforma trabalhista, em reforma da Previdência, em mudanças de congelamento de salário, se eles nem recebem o salário a que eles têm direito.

Nenhuma crítica, naturalmente, a V. Ex^a. A V. Ex^a, de forma respeitosa, eu diria até que estou elogiando V. Ex^a, conheço o caráter de V. Ex^a, sei que V. Ex^a levará ao Presidente da Casa esse apelo que estou fazendo. É um apelo: paguem, é o pessoal da limpeza. É esse pessoal que está aí, são eles que estão pedindo, quase implorando para que paguem somente a indenização deles.

É isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Com certeza, será transmitido à Mesa Diretora do Senado o seu apelo, com toda a justiça, porque já não é a primeira vez que vejo V. Ex^a fazendo essa reivindicação. E, com certeza, o Senado Federal é responsável direto pela empresa que foi terceirizada e pelo cumprimento desses compromissos. Então, nós transmitiremos à Presidência do Senado o seu apelo. E esperamos que não seja preciso mais outro pronunciamento de V. Ex^a aqui sobre esse mesmo tema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – E parabéns pela sempre preocupação com os trabalhadores.

Antes de passar a palavra ao Senador Hélio José, eu queria cumprimentar o cantor Leo Chaves, da dupla Victor & Leo. Ontem, eu tive o prazer de participar, em Uberlândia, juntamente com o Ministro da Educação, da festa do seu aniversário, mas também do lançamento do Instituto Hortense, que está sendo liderado pelo cantor Leo Chaves e que visa dar apoio e acompanhamento para as crianças na educação. É um projeto ousado, um projeto pioneiro que está sendo conduzido pelo Leo Chaves e também pelo Augusto Cury. Ontem, nós estivemos em Uberlândia, onde houve uma grande demonstração realmente de participação, com vários artistas e com a sociedade se envolvendo nessa questão importante que é a educação no nosso País. Então, eu quero parabenizar o Leo Chaves e também todos os artistas que estiveram presentes ontem no lançamento do Instituto Hortense, como Bruno & Marrone, Ivete Sangalo, Zeze di Camargo & Luciano, Alexandre Pires, a dupla Jads & Jadson, Carlinhos Brown e Padre Antonio Maria, além de vários empresários de todo o Brasil, que estão empenhados nesta causa de dar uma oportunidade aos alunos que estão em sala de aula, pelo menos na fase inicial, para que tenham um acompanhamento de um psicólogo, um acompanhamento mais permanente. Trata-se de dar valor àquilo que realmente nós precisamos dar, aos nossos jovens e às nossas crianças no que se refere à questão da educação. Parabéns, Leo Chaves, pela iniciativa.

Agora, eu passo a palavra para o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar nossos ouvintes da TV e Rádio Senado, cumprimentar as Sras e os Srs. Senadores aqui presentes e cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente Cidinho Santos.

Antes de fazer a minha fala, eu queria concordar com o nosso nobre Senador Paulo Paim, pois é inadmissível que nesta Casa existam servidores terceirizados que fazem o seu trabalho honesto e que não



recebem os seus direitos trabalhistas. Nós conhecemos a honradez do trabalho de toda essa turma que convive conosco aqui nos corredores, que convive conosco no dia a dia nos nossos gabinetes. Então, o que o Senador Paulo Paim colocou aqui e que V. Ex^a também, nobre Presidente, Senador Cidinho Santos, colocou e que vai encaminhar ao nosso Presidente do Senado, à nossa Mesa Diretora para que se possa chegar a uma solução...

É inaceitável o ponto a que chegou esse processo predatório da terceirização. Isso chegou ao ponto, nobre Senador Paulo Paim, que o STJ teve que rescindir contratos das pessoas terceirizadas que lá trabalhavam, porque as empresas não pagaram os direitos trabalhistas, não estavam fazendo depósitos dos direitos, como décimo-terceiro, férias, INSS, enfim, os direitos trabalhistas das pessoas. É um absurdo se chegar ao ponto de o TST ter que também rescindir contratos, de o Ministério do Planejamento todos os dias fazer isso! Então, nós precisamos mudar a forma de contratação dessas pessoas. Não dá para admitir essa "escravidão branca" – entre aspas – feita contra esses pais de família que trabalham diuturnamente e que, no final do ano, quando vão pegar os seus direitos, eles não estão depositados, quando vão atrás dos seus recursos, eles não estão lá, pois o FGTS não foi recolhido. Não dá.

E o Senado não pode compactuar de forma nenhuma com esse tipo de situação.

Ainda há algo mais grave. Houve uma empresa, uma tal de RCL, que entrou aqui, que tirou outra empresa que estava trabalhando há anos aqui na manutenção predial, na parte elétrica da Casa. Essa empresa foi tão descabida que fez uma cláusula no contrato para não dar garantia de emprego às pessoas que faziam o serviço anteriormente, para mandar embora pessoas que já tinham 26 anos de casa. Ela não quis nem conversa no sentido de fazer uma contemporização com essas pessoas que já conheciam todo o serviço aqui, para pôr no lugar outras pessoas de interesse sabe-se lá de quem, pessoas que não sabiam das coisas da manutenção aqui na nossa Casa, e começar tudo do zero.

Nesse tipo de relação, como nós sabemos – tanto eu quanto V. Ex^a, que somos contra essa política de terceirização que vem para cá, no projeto que foi aprovado na Câmara –, nós que estamos trabalhando para aproveitar o que há de útil ali e consertar o que há de errado precisamos discutir uma forma de proteção e de cumprimento desses contratos, para que esses contratos sejam exequíveis e com valores reais, para que não seja dado o calote nas pessoas, como tem acontecido, como V. Ex^a está chamando atenção aqui. Então, eu queria me solidarizar com V. Ex^a e sentar com V. Ex^a para vermos se juntos chegamos a um formato de uma proposta de PL para garantir – pelo menos nesses serviços que são terceirizados, como limpeza, telefonia, vigilância – que essas pessoas não sejam vítimas de golpistas, de bandidos, que mudam de nome como se muda de camisa todo dia e mantêm a mesma praxe de mau-caráter de dar o calote nesses pais de família. Então, creio que precisamos chegar a uma solução.

Eu tenho certeza de que a Mesa do Senado, agora com essa interpelação que o nosso Presidente Cidinho Santos vai colocar, vai chegar a um termo para resolver esse assunto, porque tenho certeza de que o nosso Presidente Renan Calheiros não vai compactuar, de forma nenhuma, que uma empresa conviva conosco, mudando de nome, sem pagar o direito trabalhista de quem trabalhou para ela prestando serviço para nós aqui, do Senado Federal. Então, nós precisamos chegar a uma solução.

Nessa linha, eu estou de acordo com V. Ex^a e de acordo com nosso Presidente Cidinho Santos. Eu gostaria que ele sentasse para discutir, talvez, um PLS, alguma coisa alternativa para essas empresas que estão dando calote e mudando de nome, todo dia, como se muda de camisa, para pegar mais pais de família e pôr em situação difícil.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a me permita que eu diga que parece que o nome da empresa ainda é Quality, como se fosse de qualidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois é.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qualidade coisa nenhuma! Isso é uma porcaria! Uma empresa vagabunda para fazer um procedimento desse em cima dos trabalhadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Inaceitável.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não atende ninguém. E vem com nome de Quality, de qualidade. Qualidade onde? Que qualidade é essa? Querer manter os trabalhadores sob regime de escravidão? Fiz questão de dizer o nome da empresa, para que fique bem claro qual é, mas essa é uma, tenho um rol de mais de cem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exatamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No meu relatório, eu vou apresentar mais de cem empresas terceirizadas que dão o golpe, e os trabalhadores chamam de "gato" – tem que chamar de "os gatos da terceirização". Mais de cem! Vou apresentar o nome de cada uma aqui, no dia do relatório, para ver como é que os Senadores irão votar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu acho, nobre Senador Paulo Paim, que deveríamos relacionar CPF



e identidade de quem está por trás dessas empresas, para poder checar com todas as outras empresas se, porventura, teriam esse CPF ou essa identidade, para não deixarmos que esse calote continue acontecendo com esses pais de família que viriam a trabalhar, sendo os verdadeiros escravos brancos. Não podemos aceitar.

Obrigado, Senador.

Eu queria falar hoje aqui, nobre Presidente, Senador Cidinho Santos, sobre a questão da mobilidade urbana.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, deslocar-se em uma grande cidade foi e, infelizmente, continua a ser uma das maiores dores de cabeça para seus habitantes.

Para vocês terem uma ideia, estamos na Capital do País. Aqui em Brasília, ainda há gente que passa quatro horas dentro do coletivo: duas horas para vir de manhã trabalhar e duas horas para voltar no final do dia, ou seja, quase um terço das horas de um dia dentro de um coletivo, com toda a pressão, com todo o estresse. Então, essa questão da mobilidade urbana é fundamental. E há cidades do Entorno do Distrito Federal em que a pessoa ainda demora mais tempo do que isso ainda.

Todos os dias, vemos mais automóveis se espremendo em nossas vias urbanas, criando engarrafamentos monstruosos e aumentando a poluição do ar. Há veículos demais e transporte de menos em nossas ruas, uma realidade que precisamos inverter. Só vamos inverter isso investindo no transporte público de qualidade e, realmente, em condição de mobilidade urbana adequada.

Quem opta pelo carro em uma grande cidade faz isso por diversas razões: sensação de autonomia, prestígio social e conforto estão entre elas. Há, no entanto, um incentivo muito mais forte para o uso do automóvel: o transporte público ruim. Lamentavelmente, isso é que faz com que alguns que poderiam ter consciência de não colocar o automóvel na rua pura e simplesmente venham com seu próprio carro.

Penso que muita gente preferiria deixar seu carro ou moto na garagem se o transporte público tivesse boa qualidade no Brasil. Nos dias atuais, dirigir é sinônimo de engarrafamento, poluição e riscos de acidentes. Se há tantas pessoas dispostas a encarar esse suplício, é porque ninguém gosta de andar nos coletivos superlotados, mal conservados e inseguros, os quais enchem as nossas ruas permanentemente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, esse tipo de transporte é, lamentavelmente, a cara do Distrito Federal. A gente encontra isso aqui na nossa barba, ao lado do nosso Congresso. O sistema de transporte candango é um expoente negativo no Brasil. A maior prova disso é a expansão explosiva da frota particular na Capital do País, com quase 100% de aumento nos últimos dez anos ante o crescimento populacional de menos de 25% no mesmo período. Com 1,6 milhão de veículos, há mais carros e motos no DF do que há pessoas em Goiânia, cuja população é de menos de um 1,5 milhão de habitantes, por incrível que pareça. Essa abundância de veículos faz com que apenas um terço dos brasilienses use o transporte público, enquanto quase metade dos cidadãos aqui utilizam carros e motos.

Sr. Presidente, em maio deste ano, o GDF anunciou um programa de mobilidade urbana voltado à modernização da infraestrutura de transporte público da capital até 2026. Trata-se de um investimento da ordem de R\$6 bilhões, o qual trará, em minha opinião, apenas um paliativo para esse grave problema, lamentavelmente. De fato, a iniciativa do Governador Rodrigo Rollemberg tem o potencial de desafogar o trânsito no Distrito Federal, mas atenta pouco para um fator de extrema importância: a poluição no ar. A proposta do GDF privilegia o uso dos ônibus a diesel, emissores de gases poluentes para atacar o problema da mobilidade. Ela dá menos espaço ao metrô e ao VLT, que é a medida inteligente em todo o mundo. Vamos pegar aqui um exemplo: em Zurique, está lá o trem VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, passando entre a população, entre as pessoas, barato, tranquilo. Por que aqui no Brasil não pode dar certo? É claro que vai dar certo. É porque não querem, porque talvez dê menos lucro para os interessados em investir em meios de transporte mais limpos com grande capacidade de passageiros que é o caso do VLT.

Essa decisão tem reflexos não só no aumento da poluição e do aquecimento global, mas também na saúde de nosso povo.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senhoras e senhores, conforme a Organização Mundial de Saúde, a OMS, 92% dos seres humanos vivem em lugares cuja qualidade do ar é inadequada para a saúde. Segundo a OMS, 3 milhões de pessoas – o equivalente a toda a população do DF – morrem todos os anos, em decorrência da poluição atmosférica.

Já passou o momento, portanto, de diminuir o uso do transporte individual e dos combustíveis fósseis. Apesar disso, continuamos a privilegiar os carros e as motos; a gasolina e o óleo diesel. Nas últimas eleições municipais, por exemplo, um dos grandes tópicos em debate foi a regulamentação do Uber, quando deveria ter sido a busca por alternativas não poluentes para o transporte de massa. Inclusive eu sou um defensor...



Eu gosto pequi – eu não sei se V. Ex^a gosta de pequi –, como um bom goiano, e V. Ex^a é do Mato Grosso. O Expresso Pequi, que é o trem de média velocidade, que seria para ligar Luziânia, Valparaíso e Brasília, é uma grande sacada. Nós precisamos apostar nessa possibilidade, porque são mais de 100 de pessoas por dia transitando nisso, que a gente poderia evitar... Cem mil nada! São mais de 150 mil pessoas. Temos o trem de média velocidade também, que poderia ser feito entre Brasília, Alexânia, Abadiânia, Anápolis e Goiânia, que também daria outra situação bastante razoável para nós. Então, há várias alternativas em que a gente precisa pensar.

Sr. Presidente, eu sonho com uma cidade sem congestionamentos, acidentes ou mortes no trânsito; sonho com os cidadãos indo e voltando para seus lares sem o estresse dos engarrafamentos; sonho, acima de tudo, com um lugar sem pessoas doentes por causa da poluição veicular.

O Distrito Federal tem a vocação para a modernidade e o pioneirismo. Devemos ressuscitar essa vocação, na busca por alternativas para um transporte coletivo seguro, de qualidade e ambientalmente correto. Essa mudança não pode mais ser adiada, pois já estamos penhorando o futuro de nossos filhos e netos. Se desejamos que eles tenham um amanhã, a hora de agir é agora. V. Ex^a é do Estado do Mato Grosso. V. Ex^a sabe o tanto que a mobilidade urbana seria importante naquela ligação daquele trem de média velocidade do qual eu estou falando, o VLT, que sairia do aeroporto passando por Várzea, chegando ao centro de Cuiabá e voltando. E está tudo parado.

Então, precisamos ter alternativas para resolver esses graves problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso é tudo, Sr. Presidente, que eu gostaria de falar nesse momento, deixando claro –eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura – que a gente está de portas abertas para discutir alternativas inteligentes como essa, do VLT, para as nossas grandes cidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Hélio José. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Peço desculpas aqui ao nosso Senador Pedro Chaves, que iria fazer uso da palavra agora, mas nós temos que encerrar a sessão aqui no Senado para, logo em seguida, darmos início à Sessão do Congresso Nacional, marcada para as 19h.

Não tendo oradores inscritos, encerrando a Ordem do Dia, dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 147^a SESSÃO**EXPEDIENTE****Comunicações**

A Presidência recebeu das Lideranças partidárias os nomes para integrarem a Comissão Temporária Interna destinada a acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas, nos termos do Requerimento nº 584, de 2016. São os seguintes os Senadores designados:

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Humberto Costa - PT	1. Acir Gurgacz - PDT
Termálio Mota - PDT	2. José Pimentel - PT
PMDB	
Hélio José - PMDB	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Ataídes Oliveira - PSDB	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Elmano Ferrer - PTB	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Roberto Muniz - PP	1. José Medeiros - PSD





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. N° 052/2016-BLOMOD

Brasília, 20 de setembro de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimento Vossa Excelência e em atenção aos termos do Of. n° SF/1085 2016, de 18 de agosto de 2016, indico o Senador **Elmano Ferrer (PTB/PI)** para compor, como membro **Titular**, a Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento n° 584, de 2016, destinada a “acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.”

Atenciosamente,

Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB - PTC

Nome tagine: Fernando Collor
Rubrica: Fernando Collor
Matrícula: 815
Data: 20/09/16
Hora: 16:42



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 066/16-GLPSDB Brasília, de outubro de 2016.

Senhor Presidente,

De acordo com o ofício OF.nº1170/2016-SF, indico o Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**, como titular, para Comissão Temporária Interna destinada a acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

*Recibido
em 04/10/16
P.1036
46380*





SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Ofício nº 093/2016 – GLBPRD

Brasília, 24 de agosto de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **Humberto Costa** e **Telmário Mota** como titulares e os Senadores **Acir Gurgacz** e **José Pimentel** como suplentes na composição da Comissão Temporária Interna criada pelo requerimento nº 584, de 2016, destinada a “acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.” em vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Senador Humberto Costa

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Nome legítimo:	Senador Humberto Costa
Rubrica:	
Matrícula:	35520
Função:	1
Hora:	13:51

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 159 / 2016

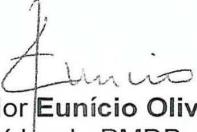
Brasília, 27 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do senador Hélio José – **PMDB/DF**, para compor como membro titular a Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 584, de 2016, destinada a “acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB

recebido em 27/09/2016
ora: 12:54

marcado
Marcos Helder Cristóvão Damasceno
Matrícula 267858
SI-SC/SGM



SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

MEMO Nº 030-BLDPRO/2016

Brasília, 23 de agosto de 2016.

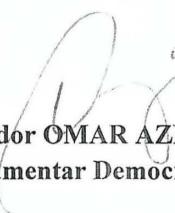
À Sua Excelência
 Senador **RENAN CALHEIROS**
 Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: Indicação de membros à Comissão de Fiscalização de Obras Inacabadas.

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, indico o Senador Roberto Muniz (PP/BA), como titular, e o Senador José Medeiros (PSD/MT), como suplente, para compor a Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 584, de 2016, “destinada ao acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas financiadas, direta e indiretamente, por recursos federais”.

Atenciosamente,


Senador OMAR AZIZ
 Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Senado Federal - Ala Senador Teotonio Vilela, Gabinete 22 -Fones: (61) 3303-5134 - CEP:70.165-900 Brasília-DF
 e-mail: lid.psd@senado.leg.br

Nome legível:	<u>Renato B</u>
Rubrica:	<u>R</u>
Matrícula:	<u>313749</u>
Data:	<u>23 / 8 / 2016</u>
Hora:	<u>18 : 03</u>





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. N° 0060/2016-BLOMOD

Faca - se a
substituição solicite
Toda.

Em 05/10/16.

Brasília, 05 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Magno Malta** (PR/ES), para compor, como membro **Titular**, a **Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN**, em substituição ao Senador **Pedro Chaves** (PSC/MS).

Atenciosamente,

Fernando Collor
Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Recado
em 05/10/16
Pro560
46386



CEDN - Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Paulo Paim (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
Lindbergh Farias (PT)	4. Lasier Martins (PDT)
Maioria (PMDB)	
Kátia Abreu (PMDB)	1. Dário Berger (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	2. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Waldemir Moka (PMDB)	4. VAGO
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Dalirio Beber (PSDB)	1. Ricardo Ferraço (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. José Aníbal (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. VAGO
Tasso Jereissati (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	2. VAGO
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. VAGO
Cidinho Santos (PR)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO
Pedro Chaves (PSC)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
Otto Alencar (PSD)	1. Ciro Nogueira (PP)
Roberto Muniz (PP)	2. Gladson Cameli (PP)
Wilder Morais (PP)	3. Sérgio Petecão (PSD)





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

Designo.
à publicação.
Em 5/10/2016
[Assinatura]

OF. N° 0061/2016-BLOMOD

Brasília, 05 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Pedro Chaves** (PSC/MS), para compor, como membro **Suplente**, a **Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN**.

Atenciosamente,

Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

RECEBIDO EM: 05/10/2016
HORAS: 15:33

Cynthia Andalina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DOC 1B

*1ª publicação
8m. 05/10/16.*

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data de representação do ESTADO DO MARANHÃO, em substituição a ROBERTO COELHO ROCHA, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PSDB.

Nome do Parlamentar: PINTO ITAMARATY.

Sala das Sessões, em 05 de OUTUBRO de 2016.

Para mais informações, ligar para a Secretaria-Geral da Mesa: (61) 3303-5740 e 3303-4568.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

idente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere
Art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a
proclamação dos resultados das eleições de 5 de outubro de 2014, expede

DIPLOMA

de 1º SUPLENTE DE SENADOR a
JOSÉ ELEONILDO SOARES

ito pela Coligação "Todos pelo Maranhão", por ter obtido 1.476.840 votos, conforme
Ata Geral das Eleições.

São Luís, Maranhão, 19 de dezembro de 2014.



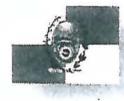
Des. José de Ribamar Froz Sobrinho
Presidente



00100.156723/2016-18 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA



MEMO nº 042/2016-GSMC

Brasília – DF, 4 de outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

*A publicação.
 Em 05/10/16
 Marcelo Crivella*

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, comunico a **reassunção**, a partir de 1º/10/2016, do **mandato** de Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como da **Liderança do Partido Republicano Brasileiro (PRB)** nesta Casa.

Por fim, colho do ensejo para congratular Vossa Excelência pela condução de escolha da presidência desta Casa e reiterar o meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Senador MARCELO CRIVELLA

Líder do Partido Republicano Brasileiro

Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA – Líder do PRB no Senado Federal – Representante do Estado do Rio de Janeiro
 SENADO FEDERAL - Ala Sen. Ruy Carneiro, Gab. 2 – Anexo II – 70165-900 – Brasília-DF - t (61) 3303-5730/5225 t' (61) 3303-2211



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4A888D4F001442F7
 CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CFB780AA001465EF.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



*À Publicação.
Em 5/10/2016
Paulo Bauer*

Ofício nº 061/16-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que esta Liderança cede, ao Senador **JOSÉ MEDEIROS** do Partido Social Democrático (PSD), a vaga de suplente, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Paulo Bauer
Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 14/9/16
Hora 11:16
Paulo Bauer
Carolina Monteiro D. Mourão
Matrícula 231013 - SCLSF/SGM





SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

MEMO N° 033-BLDPRO/2016

Brasília, 04 de outubro de 2016

À Sua Excelência
Senador RENAN CALHEIROS
 Presidente do Senado Federal

*A publicação
 deve ser feita no S_{enado}
 José Medeiros, r
 Termos do escrito
 Em 05/10/16
 D. O. L.*

ASSUNTO: Indicação para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **José Medeiros (PSD/MT)** como Suplente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata.

Atenciosamente,

O. A.
Senador OMAR AZIZ
Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista



Pareceres**SENADO FEDERAL
PARECER N° 804, DE 2016**

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 13, de 2016, que indica do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 5 de outubro de 2016, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S” nº 13, de 2016, opina pela APROVAÇÃO, da escolha do nome do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal, com 15 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador RICARDO FERRAÇO, Relator



RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 13, de 2016, de Líderes Partidários, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

|||||
SF/16527 35458-96

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Senado Federal, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. A referida indicação foi subscrita por líderes partidários do Bloco Moderador (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Partido da República – PR, Partido Social Cristão – PSC, Partido Republicano Brasileiro – PRB, e Partido Trabalhista Cristão – PTC), do Bloco Social Democrata (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Democratas – DEM e Partido Verde – PV) e do Partido Progressista (PP), desta Casa Legislativa.

Segundo o § 2º do art. 103-B da Lei Maior, os membros do CNJ, com a exceção de seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005; com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007 – CCJ; e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).



O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a resumir.

Henrique de Almeida Ávila nasceu em 30 de maio de 1983 e é bacharel em Direito desde 2006, quando graduou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). No âmbito acadêmico, concluiu o Mestrado em Direito Processual Civil, em 2014, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição onde cursa Doutorado também em Direito Processual Civil desde 2015.

O indicado é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal. Também é sócio do escritório Sérgio Bermudes Advogados, que atua nas três unidades federadas. Exerce a docência superior como Professor Assistente de Direito Processual Civil da PUC-SP desde o ano de 2010. É, ainda, Professor convidado da Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG e da Pós-Graduação em Direito Processual Civil da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Possui diversos artigos científicos e livros publicados, em coautoria ou em participação, dos quais destaco as seguintes obras:

- a) *Aspectos Processuais da Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Imóveis*, trabalho de conclusão de sua dissertação de Mestrado;
- b) *O Superior Tribunal de Justiça e o conceito de sentença – análise sob os aspectos do cabimento da ação rescisória e embargos infringentes*, na coletânea de artigos *O papel da jurisprudência do STF*, publicado na Revista dos Tribunais, São Paulo, em 2014;
- c) *O novo CPC e algumas das principais alterações*, publicado na Revista Justiça e Cidadania (Edição 176, de abril de 2015), na Revista Justiça Eleitoral em Debate (volume 5, n. 1, edição de janeiro a março de 2015) e no sítio eletrônico especializado Consultor Jurídico;
- d) *Temas essenciais do novo CPC – Análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro*, publicado pela Editora Revista dos Tribunais em 2016.

SF16527 35458-96



Ressalto que o indicado é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e do Conselho de Prerrogativas da OAB/SP.

Henrique de Almeida Ávila apresentou as declarações e certidões exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Juntou, também, argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea *c* do inciso I do art. 383 do RISF.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, 05 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador RICARDO FERRAÇO, Relator

III
SF/16527.35458-96





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 05/10/2016 às 10h - 34ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA
GLEISI HOFFMANN	2. LASIER MARTINS
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIA
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA
TELMÁRIO MOTA	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO
MARTA SUPLICY	3. GARIBALDI ALVES FILHO
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMAR MOKA
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	4. VAGO
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÚCIA VÂNIA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. ARMANDO MONTEIRO
MARCELO CRIVELLA	2. CIDINHO SANTOS
MAGNO MALTA	3. VICENTINHO ALVES





Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membro para o CNJ
OFS 13/2016 - HENRIQUE ÁVILA

Início da votação: 05/10/2016 12:14:58

Fim da votação: 05/10/2016 12:44:00

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
JORGE VIANA		1. LÍDICE DA MATA	votou
GLEISI HOFFMANN		2. LASIER MARTINS	
JOSÉ PIMENTEL		3. LINDBERGH FARIA	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
TELMÁRIO MOTA		6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA		7. IVO CASSOL	votou
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	votou
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO		2. SÉRGIO PETECÃO	
MARTA SUPLICY	votou	3. GARIBALDI ALVES FILHO	votou
EDUARDO BRAGA	votou	4. WALDEMAR MOKA	
SIMONE TEBET	votou	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	votou	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. HÉLIO JOSÉ	
JOSÉ MARANHÃO	votou	8. RAIMUNDO LIRA	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
JOSÉ AGRIPINO	votou	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO		2. ALVARO DIAS	
AÉCIO NEVES		3. ATAÍDES OLIVEIRA	votou
RICARDO FERRAÇO		4. VAGO	
ANTONIO ANASTASIA	votou	5. DAVI ALCOLUMBRE	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CABIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	3. LÚCIA VÂNIA	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
EDUARDO AMORIM	votou	1. ARMANDO MONTEIRO	
MARCELO CRIVELLA		2. CIDINHO SANTOS	votou
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	votou

Votação:

TOTAL 17 SIM 15 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO N° 3, EM 05/10/2016

Senador José Maranhão
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER N° 805, DE 2016

DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 15,
de 2016, que indica do nome do
advogado OCTAVIO AUGUSTO DA
SILVA ORZARI à vaga reservada ao
Senado Federal no Conselho Nacional
de Justiça - CNJ.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 5 de outubro 2016, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S” nº 15, de 2016, opina pela APROVAÇÃO, da escolha do nome do Senhor OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal, com 11 votos favoráveis, 3 votos contrários e 3 abstenções.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator



RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o OFS nº 15, de 2016, do(a) Líderes Partidários, que dispõe sobre a *indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ.*

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do Sr. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI, servidor público e advogado, para ocupar, no Conselho Nacional de Justiça, a vaga reservada ao Senado Federal.

Essa indicação se faz nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição, e é subscrita, entre outros, pelos líderes dos partidos políticos que compõem o Bloco Socialismo e Democracia, ou seja, o Partido Socialista Brasileiro, PSB, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, o Partido Popular Socialista, PPS e a REDE, respectivamente Senadora Lídice da Mata, e Senadores Roberto Rocha, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Fernando Bezerra, do PSB, Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, Senador Cristovam Buarque, do PPS, e Senador Randolfe Rodrigues, da REDE.

Foram igualmente encaminhados à Presidência do Senado Federal ofícios subscritos por Senadores e Senadoras que apresentam, para eventual deliberação sobre indicação do Senado Federal ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos do mesmo dispositivo constitucional, e assinalado pela Presidência do Senado Federal o recebimento de expediente no mesmo sentido da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Em tais documentos, ressalta-se o fato de ser o indicado da carreira de advogado do Senado Federal, de se ter graduado em direito pela Universidade de São Paulo, USP, e de contar com cursos de pós-graduação em ciência política pela Universidade de Brasília, UnB, e em direito penal pela Universidade de Salamanca, na Espanha, além de ser professor voluntário da Universidade de Brasília.



Os líderes partidários e demais Senadores e Senadoras também registram estarem convictos de se tratar de uma indicação “republicana e impessoal”, enquanto os demais Senadores e Senadoras, que subscrevem os ofícios, declaram a convicção de se tratar de “servidor público de reputação ilibada e de notável saber jurídico”.

Consoante a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, examinar a indicação e proceder à sabatina do indicado. A mesma norma determina o dever do indicado de encaminhar ao Senado o seu currículo, que passamos a resumir.

OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI é advogado do Senado Federal, aprovado em concurso público de provas e títulos, e, nessa condição, atua desde dezembro de 2009 na defesa processual da atividade legislativa do Senado Federal. Para tanto, tem atividade junto aos tribunais superiores em ações de controle concentrado de constitucionalidade, mandados de segurança, mandados de injunção e outras ações, para as quais elabora contestações e recursos em ações de que o Senado Federal seja parte.

Foi Assessor Chefe da Assessoria de Articulação Parlamentar do Tribunal Superior Eleitoral, TSE, cedido pelo Senado Federal, de 2010 a 2013. Nessa condição, teve atuação junto aos poderes Legislativo e Executivo em matéria orçamentária e em matéria eleitoral, além de acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse da Justiça Eleitoral.

O indicado foi Coordenador de Atividade Legislativa do Ministério da Justiça de março a dezembro de 2009, cargo no qual se dedicou à elaboração de pareceres sobre projetos de lei e ao acompanhamento da tramitação de proposições legislativas no Congresso Nacional.

Atuou igualmente como Assessor Técnico da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça de 2007 a 2009, cedido pelo Departamento de Polícia Federal, quando atuou na elaboração de minutas de atos legislativos e de pareceres em matérias pertinentes a direito constitucional, administrativo, eleitoral, pena, processual civil e processual penal.

Aprovado no concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Federal, foi cedido, no período de 2007 a 2010, ao Ministério da



Justiça. Foi também advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, OAB/SP, entre 2005 e 2007.

Antes, foi estagiário na Procuradoria do Município de São Paulo, entre março e julho de 2004, no Ministério Público Federal, em sua Procuradoria da República no Estado de São Paulo, entre janeiro e dezembro de 2003, no escritório de advocacia Pinheiro Neto Advogados, de abril a dezembro de 2002, além de ter realizado trabalho voluntário na Câmara Municipal de São Paulo e na Organização Não Governamental Fundação Projeto Travessia. No ano de 2001 foi professor do idioma inglês na escola *Talkative Idioms*.

OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI é autor de diversas publicações sobre temas relacionados ao direito, especialmente direito penal, direito constitucional e direito eleitoral, dentre as quais os livros *Questões de Direito Penal*, em 2006, e *Compromisso de Ajustamento de Conduta*, em 2005, além de diversos artigos acadêmicos.

Participou de inúmeros cursos, congressos e seminários pertinentes ao aperfeiçoamento profissional em sua área de atividade, foi aprovado em concursos públicos para cargos em empresas estatais, como a Caixa Econômica Federal, em municípios, como Guarulhos, São Paulo, para Oficial de Registro e Tabelionato em Minas Gerais, Delegado da Polícia do Estado de São Paulo, e depois da Polícia Federal, e para Advogado do Senado Federal.

OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI integra diversas associações e institutos relacionados à sua atividade profissional, dentre as quais destacamos o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCrim, e a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, ABRADEP.

Em atenção ao que determina a Resolução nº 7, de 2005, em seu art. 5º, II, o indicado encaminhou as informações pertinentes, como a declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, que não cumpriu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, e que inexistem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele.

Do mesmo modo, e no mesmo instrumento, declara não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, do Distrito



Federal ou de Município, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro de qualquer desses Poderes.

Nesse mesmo passo, subscreve declaração pela qual informa, nos termos do art. 383, inciso I, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, ter integrado o escritório de advocacia FGO Advogados, no período de setembro de 2013 a outubro de 2015, na condição de sócio.

A mesma declaração assegura que o indicado não é réu em ação judicial, e não atuou, nos últimos cinco anos, como membro de juízo ou tribunal, de conselho de administração de empresas ou de cargos de direção de agências reguladoras.

OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI faz juntar aos autos, em cumprimento ao disposto no Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, em seu art. 1º, inciso II, alínea “c”, certidões pertinentes à sua regularidade fiscal nos âmbitos federal e do Distrito Federal, assim como certidões negativas da Justiça Federal quanto à sua pessoa – e o seu número de registro no Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal -, e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, TJDF, seja no plano civil ou criminal,

Por fim, declara-se, “na qualidade de servidor público a demonstrar sólidos conhecimentos jurídicos durante toda a carreira, (...) apto, moral e intelectualmente, a desenvolver as atribuições inerentes à nobre e relevante função de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Senado Federal”.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos bastantes para deliberar sobre a indicação do Sr. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI para o cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 05 DE OUTUBRO DE 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 05/10/2016 às 10h - 34ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA
GLEISI HOFFMANN	2. LASIER MARTINS
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIA
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA
TELMÁRIO MOTA	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO
MARTA SUPLICY	3. GARIBALDI ALVES FILHO
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMAR MOKA
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	4. VAGO
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÚCIA VÂNIA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. ARMANDO MONTEIRO
MARCELO CRIVELLA	2. CIDINHO SANTOS
MAGNO MALTA	3. VICENTINHO ALVES





Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membro para o CNJ
OFS 15/2016 - OCTAVIO ORZARI

Início da votação: 05/10/2016 12:14:58

Fim da votação: 05/10/2016 12:44:00

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
JORGE VIANA		1. LÍDICE DA MATA	votou
GLEISI HOFFMANN		2. LASIER MARTINS	
JOSÉ PIMENTEL		3. LINDBERGH FARIA	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
TELMÁRIO MOTA		6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA		7. IVO CASSOL	votou
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	votou
 Maioria (PMDB)		 Maioria (PMDB)	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO		2. SÉRGIO PETECÃO	
MARTA SUPLICY	votou	3. GARIBALDI ALVES FILHO	votou
EDUARDO BRAGA	votou	4. WALDEMAR MOKA	
SIMONE TEBET	votou	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	votou	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. HÉLIO JOSÉ	
JOSÉ MARANHÃO	votou	8. RAIMUNDO LIRA	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
JOSÉ AGRIPINO	votou	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO		2. ALVARO DIAS	
AÉCIO NEVES		3. ATAÍDES OLIVEIRA	votou
RICARDO FERRAÇO		4. VAGO	
ANTONIO ANASTASIA	votou	5. DAVI ALCOLUMBRE	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CABIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	3. LÚCIA VÂNIA	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
EDUARDO AMORIM	votou	1. ARMANDO MONTEIRO	
MARCELO CRIVELLA		2. CIDINHO SANTOS	votou
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	votou

Votação:

TOTAL 17 SIM 11 NÃO 3 ABSTENÇÃO 3

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO N° 3, EM 05/10/2016

Senador José Maranhão
Presidente





SENADO FEDERAL

PARECER N° 806, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2016 (Projeto de Lei nº 3.031, de 2011, na Casa de origem), do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que *altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais.*

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 21, de 2016 (na origem, Projeto de Lei nº 3.031, de 2011), de autoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que pretende alterar o art. 62 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como objetivo incluir a “simplicidade” como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais.

Na justificação, o autor do projeto afirma que, diante da divergência entre o art. 2º e o art. 62 da Lei nº 9.099, de 1995, em que o primeiro dispositivo estabelece o princípio da simplicidade e o segundo não, torna necessária a alteração do art. 62 para se evitar a antinomia de dispositivos legais.

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas ao PLC.



II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o *direito processual* está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61 da Carta Magna.

Por sua vez, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PLC é conveniente e oportuno.

O art. 2º da Lei nº 9.099, de 1995, constante do capítulo das “disposições gerais”, estabelece que o processo nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais “orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”.

Por sua vez, o art. 62 do mesmo diploma legal, constante do capítulo das “disposições gerais” dos Juizados Especiais Criminais, dispõe que “o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade”.

Como o art. 2º é aplicável tanto aos Juizados Especiais Cíveis quanto aos Juizados Especiais Criminais, entendemos que, atualmente, a “simplicidade” já é considerado um princípio orientador dos Juizados Especiais Criminais, não obstante a omissão de sua citação expressa no art. 62.

Entretanto, entendemos que, no intuito de se evitar qualquer interpretação errônea acerca dos princípios aplicáveis no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, seria interessante a alteração do art. 62 para a



inclusão da “simplicidade” no rol expresso dos princípios norteadores do referido órgão.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2016.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 05/10/2016 às 10h - 34ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	2. LASIER MARTINS	
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIA	
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA	
TELMÁRIO MOTA	6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)		
TITULARES	SUPLENTES	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
MARTA SUPLICY	3. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ	
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPIINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS	
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	4. VAGO	
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÚCIA VÂNIA	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
EDUARDO AMORIM	1. ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	2. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
MAGNO MALTA	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

O Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2016, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL

PARECER N°807, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 130, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, que *acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.*

RELATOR: Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição nº 130, de 2015, primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.*

A Proposta pretende modificar a Constituição Federal para estabelecer a suspensão do prazo de validade de concursos públicos, nas situações em que, por ato formal, a Administração Pública suspenda as nomeações ou a realização de novos concursos para os respectivos cargos ou empregos públicos.

Nos termos da justificativa da Proposta, em tempos de fortes restrições orçamentárias, pode ser necessário suspender a nomeação de candidatos já aprovados em concursos públicos para que não exista o comprometimento das finanças públicas. Mediante a regra apresentada,



objetiva-se evitar, de um lado, o desperdício de recursos públicos na realização de novas seleções, e, de outro lado, valorizar o esforço e mérito dos candidatos que já foram aprovados nos respectivos certames.

A matéria foi despachada à CCJ para exame de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A PEC nº 130, de 2015, não apresenta problemas de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

A Proposta foi apresentada pelo número mínimo de subscritores, nos termos do art. 60, inciso I, da Constituição Federal. Tampouco há violação de cláusulas pétreas, previstas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal. Quanto à juridicidade, a Proposta apresenta as características de abstração, generalidade, inovação, imperatividade e harmonia com as demais normas constitucionais.

Do ponto de vista regimental, a proposição segue seu trâmite regular, tendo sido despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, a PEC é positiva e deve ser aprovada.

De fato, não se pode desconhecer a situação orçamentário-financeira sensível da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que encontram grandes dificuldades para honrarem seus compromissos com diversos agentes públicos e privados. Entretanto, como apontado na justificativa da Proposta, a simples expiração do prazo de validade do concurso público cujas nomeações foram suspensas pode acarretar dois problemas que devem ser solucionados.

No caso da expiração do prazo de validade de concurso sem as nomeações necessárias ao bom andamento do serviço público, haverá, invariavelmente, a necessidade de realização de novo concurso público para



restituição dos quadros de pessoal da Administração, o que implicará em gasto de tempo e recursos públicos, além do prejuízo à continuidade dos serviços prestados pelo respectivo órgão ou entidade.

Também é necessário valorizar o êxito obtido pelos candidatos que obtiveram a difícil aprovação no concurso público. Como se sabe, não raro os candidatos a concursos públicos investem grande quantidade de tempo e de recursos financeiros próprios para se dedicarem à preparação para ingresso no serviço público. Nada mais justo do que reconhecer esse mérito e permitir que os prazos de validade dos concursos sejam estendidos, no caso de suspensão das nomeações, para que esses candidatos ainda possam ser nomeados em período futuro.

Deve ser mencionada a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, com objeto semelhante à proposição em exame e que se encontra sobrestada em razão da aprovação por este Senado Federal do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que trata de regras sobre concursos públicos no âmbito da União.

Em razão da urgência desta matéria, que impacta o dia a dia de diversos órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais, bem como de milhares de brasileiros que esperam suas nomeações em razão da aprovação em concursos públicos, não se pode entender que a presente matéria também deva ser sobrestada.

Isso porque o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, trata exclusivamente de regras gerais a respeito de concursos públicos no âmbito da União. Já a PEC nº 130, de 2015, estabelece regra específica de suspensão da validade de concursos para todos os entes federativos. Dessa forma, não se vislumbra a possibilidade de declaração de prejudicialidade ou de sobrestamento da presente matéria, afastando-se a incidência dos arts. 334 e 335 do Regimento Interno do Senado Federal.



III – VOTO

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 130, de 2015.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador GARIBALDI ALVES FILHO, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 05/10/2016 às 10h - 34ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA
GLEISI HOFFMANN	2. LASIER MARTINS
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIA
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA
TELMÁRIO MOTA	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO
MARTA SUPLICY	3. GARIBALDI ALVES FILHO
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMAR MOKA
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	4. VAGO
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÚCIA VÂNIA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. ARMANDO MONTEIRO
MARCELO CRIVELLA	2. CIDINHO SANTOS
MAGNO MALTA	3. VICENTINHO ALVES



Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 363, DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar a obrigação de órgãos e entidades de trânsito disponibilizar meios eletrônicos para que recursos às multas de trânsito possam ser feitas integralmente pela Rede Mundial de Computadores.

AUTORIA: Senador Zeze Perrella

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar a obrigação de órgãos e entidades de trânsito disponibilizar meios eletrônicos para que recursos às multas de trânsito possam ser feitas integralmente pela Rede Mundial de Computadores.


SF/16919.73809-46

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescida do art. 290-A, no Capítulo XVIII:

“Art. 290-A. Os órgãos e entidades de trânsito disponibilizarão, na internet, sistemas eletrônicos aptos à tramitação dos processos de julgamento de autuações e penalidades.

Parágrafo único. Os sistemas de que tratam o *caput* permitirão a juntada eletrônica de documentos que fundamentem a defesa dos proprietários e condutores, inclusive recursos e petições, nos termos da regulamentação do CONTRAN.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 500 dias após sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo transcorridos mais de dez anos desde a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu como direito constitucional a razoável duração do processo e os meios que

garantam a celeridade de sua tramitação, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, vemos que esse princípio, ainda hoje, não está aplicado integralmente nos processos administrativos de julgamento de autuações e penalidades de trânsito.

O Código de Trânsito Brasileiro é de 1997, anterior, portanto, à EC nº 45, de 2004. Desde então, pouco foram os meios incorporados ao CTB para tornar mais céleres os processos administrativos de trânsito.

A Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que recentemente alterou o CTB, incluiu a faculdade dos órgãos e entidades de trânsito instituírem sistema de notificação eletrônica. Todavia, foi silente quanto aos direitos dos proprietários e condutores, no que diz respeito ao acesso aos meios que garantam a celeridade da tramitação, assegurada pela Carta Magna.

Em razão do exposto, faz-se oportuno que o Parlamento tome a iniciativa de atualizar o Código de Trânsito Brasileiro para colocá-lo em sintonia com a era da informação digital, de maneira que o cidadão tenha, de fato, assegurada a apresentação integral de sua defesa, bem como de recursos e documentos comprobatórios, através da Rede Mundial de Computadores, além de poder acompanhar, pelo mesmo meio, o andamento de seu processo.

Atualmente até mesmo nos processos judiciais as petições podem ser apresentadas eletronicamente. Tais ações evitam o deslocamento de pessoas para realização de tarefas simples, melhoram o trânsito e evitam que as pessoas tenham que faltar ao trabalho para exercer um direito que lhe é próprio, o de ampla defesa e o contraditório.

Por se tratar de matéria de relevância indubitável, esperamos contar com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras na rápida tramitação e aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões,

Senador ZEZE PERRELLA

LEGISLAÇÃO CITADA

- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45>
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>
- urn:lex:br:federal:lei:2016;13281
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13281>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 364, DE 2016

Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias

DESPACHO: Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes.

SF/16233.47815-80

Art. 1º O artigo 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

Art. 17.
.....

“§ 8º O produto da arrecadação da cobrança do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre a importação de todo e qualquer fertilizante, inclusive produto intermediário e matéria prima, será destinado integralmente ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, previsto no inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001”.
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A origem do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - tem suas raízes no Estado intervencionista da década de 40, que concebeu o transporte marítimo, fluvial e lacustre como serviço de utilidade pública, com regulação, disciplina e coordenação estatais, e criou, em 1941, a Comissão de Marinha Mercante - CMM, cujas receitas decorriam de quotas cobradas sobre tabelas de frete.

Como um camaleão, a ideia de cobrança de um adicional com base no frete marítimo foi ganhando contornos diversos e hoje tem como fundamento o objetivo de renovação da marinha mercante.

Analizando a navegação e a indústria naval brasileiras, podemos constatar que ao AFRMM não pode ser creditada nenhuma exuberância

desses setores, ao contrário, exige a reflexão a respeito de ser ele ou não o principal responsável pela ineficiência que se constata.

O AFRMM, fonte básica do Fundo de Marinha Mercante - FMM arrecada aproximadamente R\$ 2,5 bilhões anual. Trata-se de uma contribuição parafiscal de intervenção no domínio econômico que faz incidir um percentual de 25% sobre o valor do frete do transporte marítimo internacional de longo curso; 10% (dez por cento) na navegação de cabotagem (realizada entre portos brasileiros); e 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste.

O Brasil em 2014 importou 80% dos fertilizantes que consumiu. Nitrogênio (N), importação de 83%; Fósforo (P), importação de 61%; e Potássio (K), importação de 95%. Os Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais concentram o maior consumo no Brasil. As culturas que mais consomem adubos em percentual aproximado são: soja (33%), milho (15%), cana (15%) café (6%) e algodão (5%).

A aplicação do AFRMM sobre o frete da importação de fertilizantes em 2014 custou aos agricultores R\$ 474 milhões de reais. Quase meio bilhão de reais foram transferidos pelos agricultores para o fomento da indústria naval brasileira e das empresas brasileiras de navegação, o que corresponde a 1/5 de todo o orçamento executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa em 2014. Trata-se de uma arrecadação que se repete todos os anos e que funciona como uma ferramenta de transferência de renda dos agricultores para os estaleiros e empresas de navegação. Tudo isso, sem qualquer retorno para os agricultores brasileiros.

O fato gerador do AFRMM no caso da importação de fertilizantes, é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro. O Adicional é calculado sobre a remuneração do transporte aquaviário, aplicando alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) na navegação de longo curso (realizada entre portos brasileiros e portos estrangeiros).

Diante da situação acima colocada, e ciente da relevância para a agricultura do desenvolvimento de novas tecnologias para adaptar a atividade agrícola a fatores climáticos como a seca no Nordeste, o desenvolvimento de plantas resistentes a pragas e doenças e, também, o incremento de novas ferramentas de gestão. Entendemos que o fortalecimento do Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio do Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia, com os recursos arrecadados com o AFRMM na importação de fertilizantes, seguramente dará maior retorno aos agricultores e a população brasileira em geral.

SE/16233.47815-80

De acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI o investimento nacional em pesquisa e desenvolvimento – P&D não acompanha a pujança da agricultura brasileira.

No ano 2000 o Brasil investia U\$ 16,6 bilhões em P&D (1,04% do PIB), em 2013 investiu U\$ 39,7 (1,24% do PIB).

A China, no mesmo período, saiu de U\$ 32,6 bilhões (0,9% do PIB) para U\$ 336,5 bilhões (2,8% do PIB).

A Coréia do Sul saiu de U\$ 18,5 bilhões (2,18% do PIB) para U\$ 68,9 bilhões (4,15% do PIB).

A Alemanha, de U\$ 52,4 bilhões (2,4% do PIB) para U\$ 101 bilhões (2,85% do PIB).

Verifica-se, que os países que estão conseguindo destaque no campo do desenvolvimento econômico e social, aportam cada vez mais recursos em atividades de P&D em percentuais mais elevados que o Brasil. Salutar, portanto, para a sociedade brasileira, o fortalecimento da pesquisa e inovação tecnológica aplicada à agricultura.

Convicto da relevância da medida proposta, solicito a atenção e o apoio dos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

SE/162933.47815-80



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001 - 10332/01

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10332>

- inciso I do artigo 1º

- Lei nº 10.893, de 13 de Julho de 2004 - 10893/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10893>

- artigo 17





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 365, DE 2016

Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.

AUTORIA: Senador Otto Alencar

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.

SF/16901.76155-01

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece obrigatoriedade para concessionários e permissionários de distribuição de energia elétrica informarem o consumo da unidade consumidora em comparação com o consumo médio da região onde habita.

Art. 2º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do artigo 17-A, da seguinte forma:

“Art. 17-A A fatura de energia elétrica deverá conter, de forma destacada e didática, informações sobre:

I – o consumo mensal da unidade consumidora;

II – o consumo mensal médio das unidades consumidoras da localidade daquela constante no inciso I;

III – o consumo mensal médio das unidades consumidoras mais eficientes da localidade daquela constante no inciso I; e

IV – a diferença de custo anual da energia para a unidade consumidora constante no inciso I e unidade consumidora eficiente média equivalente ao inciso III.

§ 1º As unidades consumidoras mais eficientes nas localidades da região de atuação da concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica serão informadas, anualmente, que contribuíram para conservação de energia pelas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica como forma de incentivo à eficiência energética.

§ 2º Para fins de aplicação dos incisos III e IV deste artigo, o conjunto das unidades consumidoras mais eficientes será formado pelos consumidores que se encontram entre os vinte por cento com menor consumo de energia elétrica”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O momento econômico e político da Nação impõe esforços para todo o Povo Brasileiro. Acima de tudo, temos o papel de auferir resultados cada vez mais eficientes com a menor intervenção possível. Pequenos gestos podem gerar resultados magníficos. Várias lições desse tipo estão disponíveis sob os preceitos da Economia Comportamental, campo que integra a Psicologia à Economia

SF/16901.76155-01

O setor energético permite a aplicação de várias dessas lições. A energia mais barata é aquela que não é consumida, e sim poupada para o momento futuro, conquanto não comprometa a recuperação da crise econômica.

Como não sabemos se estamos tendo comportamento perdulário no consumo de energia elétrica, uma simples comparação pode suscitar economia. Ao saber que seus vizinhos tem se comportado de forma mais eficiente, os consumidores podem mudar seus hábitos de sorte que resultará em economia de energia e, por conseguinte, em redução de gastos com usinas termelétricas movidas a diesel e óleo combustível, caras e poluentes.

Como consequência, também, a redução no consumo resultará energia mais barata para todo o Sistema Elétrico Brasileiro. Dessa forma, ajudará sobremaneira a recuperação da atividade industrial, altamente dependente da disponibilidade de energia a preços competitivos. Além disso, a medida resultará em maior renda livre para os consumidores, o que ajudará no aquecimento da economia.

O que propomos nesta proposição é que as faturas de energia elétrica tragam explícita a comparação do gasto de cada unidade com o gasto médio da vizinhança, bem como com o gasto médio dos consumidores que são mais econômicos. Essa medida foi utilizada em outros países com resultados bem satisfatórios, pois estimula os consumidores a melhorarem seus padrões.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.427, de 26 de Dezembro de 1996 - 9427/96

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9427>



Projeto de Resolução

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 55, DE 2016

Altera o parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, que veicula o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar o âmbito de vedações ao funcionamento das Comissões.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues

DESPACHO: Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° , DE 2016

Altera o parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, que veicula o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar o âmbito de vedações ao funcionamento das Comissões.

SF/16949.99748-65

Art. 1º O parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 107.
.....

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião, ordinária ou extraordinária, de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias ou extraordinárias, inclusive as de debates temáticos, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa é lamentavelmente omissivo em regrer a questão da simultaneidade das reuniões das Comissões e das sessões de Plenário do Senado ou do Congresso Nacional.

A dicção do art. 107, parágrafo único, faz referência apenas às “reuniões de comissão permanente ou temporária”, sem especificar se se pretendeu abrangente, para incluir também as extraordinárias, ou se a *mens legis* é restrita às ordinárias.

Demais disso, a proibição é restrita ao horário da Ordem do Dia das “sessões deliberativas ordinárias do Senado”, sem incluir, como seria desejável, as sessões deliberativas extraordinárias, as sessões de debates





*SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

temáticos com ordem do dia e as sessões conjuntas do Congresso Nacional, todas claramente – embora não textualmente – predominantes sobre as reuniões de Comissões.

Esta proposição tem por objeto corrigir essas omissões assinaladas, recuperando a primazia da Ordem do Dia do Plenário sobre as pautas dos órgãos fracionários desta Casa.

Sobre estas razões, damos a proposição ao conhecimento, aperfeiçoamento e aprovação dos demais membros desta Casa.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE-AP

SE/16949.99748-65

LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93>
 - parágrafo 1º do artigo 107
- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>



Requerimentos**SENADO FEDERAL**
REQUERIMENTO
Nº 732, DE 2016

Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pela morte do médico Gibran Antônio Garcia Daher, bem como seja encaminhada á sua mãe, Srª Silvia Souza Garcia.

AUTORIA: Senadora Vanessa Graziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

SF/16195.16516-13

REQUERIMENTO N° DE 2016.

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pela morte do jovem médico Gibran Antônio Garcia Daher, bem como seja encaminhada à sua mãe, Sra. Silvia Souza Garcia, no endereço: Avenida Flamboyant, 18 - Edifício Solarium Park – 18º andar - CEP 71917-000 – Aguas Claras / Brasília. DF

JUSTIFICATIVA

No último dia 25 de setembro ocorreu a trágica e precoce morte do jovem médico Gibran Daher, filho da servidora Silvia Souza Garcia, lotada na Ouvidoria deste Senado Federal.

Gibran Daher era médico residente no Hospital Stella Maris, em São Paulo, e acabara de lançar o livro *George Nicholas Papanicolau: O legado*, o qual reflete os modelos e mudanças na evolução do exame preventivo do câncer de colo do útero com uma pesquisa sobre a história de uma grande personalidade médica, o Dr. George Nicholas Papanicolau, e a evolução de seu teste, que se tornou padrão para triagem da doença que acomete milhares de mulheres em todo o mundo.

Gibran Daher se formou, em medicina, na Universidade Católica de Brasília, tendo recebido o título de membro honorário da Liga Cardiotorácica dos Acadêmicos de Medicina da Universidade Católica de Brasília e o prêmio Feto de Ouro, da Faculdade de Medicina do Planalto Central.

Seu empenho e esforço no exercício da medicina garantiram-lhe estágios internacionais, por duas vezes, no Hospital Presbiteriano de Nova Iorque.

Em seus diversos interesses, Gibran mostrava engajamento à questão da saúde da mulher, como prevenção do câncer, HPV e cirurgia mamária. Mostrou envolvimento em causas sociais, entre elas foi colaborador do programa de voluntariado Médicos sem Fronteiras Brasil, em 2014.

Transmitimos nossos sinceros sentimentos à família de Gibran.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2016.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 733, DE 2016

Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada por Carlos Alberto Margarido, pelo falecimento do Senhor Joaquim Margarido.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° ,DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada por Carlos Alberto Margarido, pelo falecimento do senhor Joaquim Margarido, ocorrido na madrugada desta quarta-feira.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto ao endereço sito à Av. André Araújo, n. 1555 – Bairro Aleixo – Manaus/AM – CEP 69.060-001.

JUSTIFICAÇÃO

Joaquim Margarido, respeitado empresário e co-fundador de um dos mais importantes grupos de comunicação do norte do país, a Rede Amazônica, faleceu na madrugada desta quarta-feira, aos 86 anos, durante uma árdua batalha contra o câncer.

Margarido nasceu no Rio de Janeiro, mas mudou-se para Manaus em 1974, quando a Rede Amazônica estava em franca expansão. O empresário se mostrou um valoroso esteio para o crescimento do grupo, tendo recebido a incumbência de negociar sua grade de programação.

Em tão pesaroso momento pela perda de um ente querido, solidarizo-me com os familiares, ocasião na qual externo, através do presente Voto de Pesar, meus sinceros sentimentos à senhora Déa Ribeiro Margarido,



esposa de Joaquim Margarido, bem como aos seus filhos Luiz Margarido, Linimar, Carlos Alberto, além dos demais familiares e amigos enlutados.

Sala das Sessões, em de outubro de 2016.

SE/16684.70183-54

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas





*AcDir
à Comissão Diretora,
para discussão.
Em 6/10/2016*

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº 734, DE 2016

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Sr. **Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República** para que providencie, no prazo constitucional, e sob pena de prática de crime de responsabilidade, informações referentes à publicidade hoje veiculada em mídia de circulação nacional intitulada **“vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer”, com violação dos princípios constitucionais da impensoalidade e da moralidade**, pois possui nítido caráter político-partidário.

Desse modo, requer-se ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil as seguintes informações:

- 1) Qual o custo total e individualizado por veículo da campanha publicitária em questão?
- 2) Qual o custo da produção da campanha publicitária em questão?
- 3) Qual agência de publicidade foi contratada e sob quais condições e critérios para elaborar a campanha publicitária em questão?
- 4) Quais as fontes ou banco de dados utilizados para a elaboração das informações contidas na campanha publicitária em questão?

*Presidente
em 05/10/16
J. Lobo
1038*



ec4d9f0e268fa781dad99057694ca0883d62463

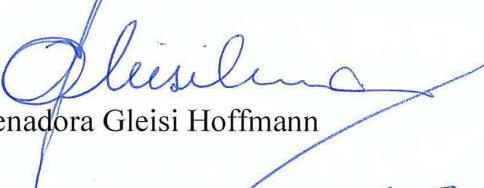
Página: 1/2 05/10/2016 12:05:47



SF1669943759-17

- 5) Qual o número do processo administrativo que originou a campanha publicitária em questão?
- 6) A campanha publicitária em questão foi submetida à apreciação e aprovação do Sr. Presidente da República?

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2016



Senadora Gleisi Hoffmann

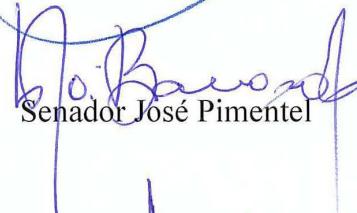
Senador Humberto Costa
Líder do PT



Senadora Fátima Bezerra



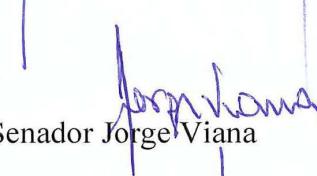
Senadora Ângela Portela



Senador José Pimentel



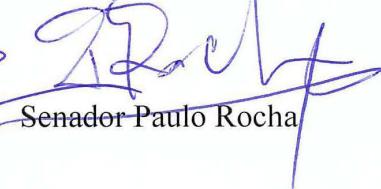
Senador Lindbergh Farias



Senador Jorge Viana



Senador Paulo Paim



Senador Paulo Rocha



Senadora Regina Sousa

Página: 2/2 05/10/2016 12:05:47

ec4d9f0e268fa781dad99057694ca0883d62463

SF/16699.43759-17





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 735, DE 2016

Requer, nos termos do inciso IV do § 7º, do artigo 154, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão de debate temático, para discutir o apoio financeiro e a dívida dos estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos Governadores.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Cidinho Santos, Senador Ciro Nogueira, Senador Davi Alcolumbre, Senador Eduardo Amorim, Senadora Fátima Bezerra, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Ivo Cassol, Senador José Agripino, Senador José Maranhão, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senadora Lídice da Mata, Senador Otto Alencar, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Rocha, Senador Raimundo Lira, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Reguffe, Senadora Simone Tebet, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Wellington Fagundes



[Página da matéria](#)

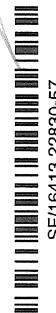


SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ELMANO FÉRRER**

Aprovado em 5/10/2016

in Publicação
Com 5/10/2016

REQUERIMENTO N° 735, DE 2016



Requeiro, nos termos do inciso IV do § 7º, do artigo 154, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão de debate temático, para discutir o apoio financeiro e a dívida dos estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos Governadores.

Sala das sessões,

Senador **Elmano Férrer**

(PTB/PI)

Página: 1/2 05/10/2016 11:54:20

39cb57867cd2133464d88c32797dc4d12bf8957a

Nº	Senador/Senadora	Assinatura
1.	GARIBALDE ALVES	
2.	RANDOLFE RODRIGUES	
3	WÉ CASSOL	
4	CIDINHO SANTOS	
5	Simone TEbet	
6	EDUARDO AMORIM	
7	FLEXA RIBEIRO	
8.	AUDREY DEODORIO	
9.	CIRO NOGUEIRA	
10.	WALLENSON PAES	





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ELMANO FÉRRER**

Nº	Senador/Senadora	Assinatura
10	FERNANDO BEZERRA	
11	Regina Sousa	
12	Otto Alencar	
13	Alauder Pereira	
14	SOSÉ AGRIPINO	
15	HÍDICE DA MATA	
16	Fátima Bezerra	
17	Pavlo Roella	
18	Davi Alcolumbre	
19	Iorá Pimentel	
20	José Maranhão	
21	Vanessa Grazziotin	
22	Itaí Melo	
23	Renan	
24	Bruno Dantas	
25	Pastor Valadão	
26	Raimundo Fernandes	
27		
28		
29		

SF/16413.222830-57

Página: 2/2 05/10/2016 11:54:20

39cb57867cd213464d88c32797dc4d12bf8957a





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 736, DE 2016

Requer, na forma do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de pesar pelo falecimento do empresário Joaquim Margarido, um dos fundadores da Rede Amazônica.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Braga

REQUERIMENTO N° 2016

Requerimento de pesar

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, pesar pelo falecimento do empresário Joaquim Margarido, um dos fundadores da Rede Amazônica.

Manifesto profundo pesar pelo falecimento, na madrugada de 5 de outubro, em Manaus (AM), do empresário Joaquim Margarido. Junto aos também empresários Phelippe Daou e Milton Cordeiro, ele fundou, em 1º de setembro de 1972, a Rede Amazônica – maior conglomerado de comunicação da região Norte, que está presente no Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, além da sucursal em Brasília.

Primeira emissora a transmitir imagem em cores, ela foi responsável por uma grande transformação da Amazônia, ao enfrentar os desafios de integrar e comunicar a região ao resto do Brasil. Graças à ousadia, à coragem e ao pioneirismo de Joaquim Margarido, Phelippe Daou e Milton Cordeiro, a Rede Amazônica transmite a consciência de pátria e de nação, além da compreensão exata do patrimônio da biodiversidade amazônica.

Margarido também deixou sua marca no Norte ao participar da organização do congresso eucarístico que resultou na visita do Papa João Paulo II a Manaus, na década de 80.

Que familiares e amigos do estimado Joaquim Margarido encontrem na fé as forças para superar essa irreparável perda. Meus sinceros sentimentos e condolências à família.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2016

Senador **EDUARDO BRAGA**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Braga

DESTINATÁRIOS

Déa Ribeiro Margarido (esposa)

Linimar, Carlos Alberto e Luís Margarido (filhos)

SE/10540.01233-73

ENDEREÇO

Rede Amazônica – Direção

Avenida André Araújo, 1555

Bairro: Aleixo

CEP: 69060 – 000

Manaus – AM

2





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

REQUERIMENTO - SF
Nº , DE 2016

737

Apresentado
em 5/10/2016

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, quando, por ocasião de designação da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de novembro de 2016, em Marrakesh, Marrocos.

Em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no período compreendido entre os dias 11 e 20 de novembro de 2016.

Brasília, 05 de outubro de 2016

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB do Amazonas

Recebido em 05/10/2016 17:20.
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa



SF/16506.66965-04

Página: 1/1 05/10/2016 15:18:39

4a28bb2d6af741b7dc7ad3aa10799d70609de2fdc





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 738, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 20 a 28 de outubro de 2016 a fim de atender designação para participar da 135ª Assembléia da União Interparlamentar, bem como da Sessão Ordinária do GRULAC - Grupo dos parlamentares Latino-Americanos e do Caribe, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano. Nos termos do art. 39, comunica que estará ausente do país no período de 20 a 28 de outubro de 2016.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° 739, DE 2016

Aprovado em 5/10/2016
2/10/2016

Requer, nos termos do do Regimento Interno do Senado Federal, necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante desse Senado Federeal, por ocasião de designação de Vossa Excelênciia, na Conferênciia das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, que se realizará entre os dias 07 e 18 de novembro do corrente ano, em Marrakesh, Marrocos.

Na oportunidade, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, comunico que me ausentarei do País no período de 06 a 19 de outubro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões,

Lídice da Mata
LÍDICE DA MATA
Senadora

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 15, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6408 Fax 6414
lidice.mata@senadora.gov.br / secgabsenlidice@senado.gov.br





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 740, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos da Casa no período de 22 a 27 de outubro de 2016 para integrar a Delegação do Senado Federal na 135ª Assembleia da União Interparlamentar e na Sessão Ordinária do Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe, em Genebra - Suíça. Comunica, ainda, ausência do país no mesmo períodos, nos termos regimentais.

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão



[Página da matéria](#)



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Aprovado em
5/10/2016

REQUERIMENTO N° 740, DE 2016.

Tendo sido designado pelo Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Senador Ciro Nogueira, para integrar a Delegação do Senado Federal na 135ª Assembleia da União Interparlamentar, bem como na Sessão Ordinária do Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe, a realizar-se em Genebra, Suíça, requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 22 a 27 de outubro de 2016, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, RISF, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, em

Senador SÉRGIO PETECÃO
PSD/AC

05/10/2016 - 18:25
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 – Fax (61) 3303-6714
sergiopetecao@senador.gov.br



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 052/16

Brasília, 30 de agosto de 2016

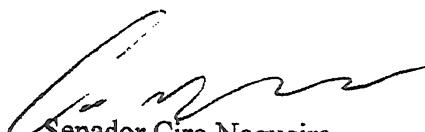
Ao
 Exmo. Senhor
 Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Genebra, Suíça, a 135ª Assembleia da União Interparlamentar, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano, bem como a Sessão Ordinária do GRULAC – Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe - no dia 22 de outubro.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.


 Senador Ciro Nogueira
 Presidente

Presidência do Senado Federal
Rivânia Campos - Mat. 300862
 Recebi o original
 Em 01/09/16 Hs 12:23
Rivânia

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
 Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
 +55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbuip@senado.gov.br

**GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR****135^a ASSEMBLEIA DA UIP e
SESSÃO ORDINÁRIA DO GRULAC****GENEBRA, SUÍÇA, 22 a 27 de OUTUBRO de 2016****DELEGAÇÃO****SENADORES:** 1. Ciro Nogueira – Chefe da Delegação

2. Antonio Anastasia
3. Gladson Cameli
4. Flexa Ribeiro
5. Sérgio Petecão

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbiip@senado.gov.br

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016

REQUERIMENTO N° , de 2016

Requeiro, nos termos do art. 243 do Regimento Interno Do Senado Federal, que as assinaturas apostas às emendas nºs 3, 4 e 5 referentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, que altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral, sejam consideradas de mero apoioamento.

Sala das Sessões, em de outubro de 2016.



Despacho do Corregedor do Senado Federal



DESPACHO

A Corregedoria Parlamentar do Senado Federal recebeu, em 06.07.2016, o Ofício nº 907/2016-10^a DP, datado de 28.06.2016, da lavra do Delegado Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Plácido Rocha Sobrinho, comunicando a Ocorrência Policial nº 7437/2016 registrada naquela Delegacia, em face do Senador José Aníbal (PSDB-SP).

Examinando o assunto à luz da Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993, que *dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar*, verificou-se que, embora o fato tenha envolvido um Senador da República, não ocorreu no âmbito do Senado Federal, portanto, o assunto não poderá ser resolvido neste Órgão porque foge de suas atribuições.

A Resolução nº 17, de 1993, em seu o art. 2º, incisos I e IV, e art. 5º estabelece o seguinte:

“Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor substituto:
I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;
(...); e
IV - fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.
[...]
Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.” [Grifos nossos]

Portanto, tendo em vista os dispositivos legais supracitados, que limitam a ação da Corregedoria Parlamentar às dependências dos prédios do Senado Federal, determino o arquivamento do feito.

Comunique o registro da ocorrência ao Senador José Aníbal.

Senado Federal, de julho de 2016.

Senador SÉRGIO PETECÃO
Corregedor do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Deca	PSDB / PB
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Aníbal	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Pastor Valadares	PDT / RO
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Pedro Chaves	PSC / MS
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	19
Bloco Social Democrata	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	13
Bloco Moderador	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
Vago	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 15 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,96) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,79) Eduardo Amorim (81) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,79) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81) Líder do PRB - 1 Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (89,96)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)	

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.

61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).

64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).

65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)

66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).

68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).

69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).

70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).

74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).

77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).

78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)

79. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.

81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).

85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).

88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).

89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)

91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).

92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).

93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).

94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - líder da liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).

95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice - líder da liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).

96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).

101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).

102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).

103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).

104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
1.	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
1.	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
1.	



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinicius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (11,12)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10)
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10)
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
12. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Outubro de 2016

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 6 163

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

- *. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- ***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- ****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
- *****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- *****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- *****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- 1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- 2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- 3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- 4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- 5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- 6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).

10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).

11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).

18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).

19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).

20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).

21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).

22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).

38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).

39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).

42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)

44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)

45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)

46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)

47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)

49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).

53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)

54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).

55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)

57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)

58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)

59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)		1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾		
Senador Wilder Morais (PP-GO)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (4,5)		1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO (14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) (17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. VAGO (26,27,39,45,56)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).

45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).

46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nº's 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).

49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).

51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).

53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).

54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).

55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).

56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).

58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).

59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).

25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).

26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)

27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)

28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG)

31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).

32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).

16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).

18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).

25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).

26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).

27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).

28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).

29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)		2.
 Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)		2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)		3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (23,32)		5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)		6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)		
VAGO (17,18,22,24,29)		1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾		
Senador Magno Malta (PR-ES)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).

8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).

13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).

14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).

19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).

20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).

22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).

21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).

23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).

25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (39)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (38)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) (5,16,38)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (37,38)
VAGO (6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcicio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (28)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)		4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)		1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)		3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)		
VAGO (22,25)		1. VAGO (14,15,18)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
- 2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 3. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

14. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.

16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.

22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.

23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.

24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.

25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.

5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1^a Designação:** 12/09/2012**2^a Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 20/12/2013**2^a Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(*Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

